Chamada CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA n° 06/2016

Anexo II – Roteiro Básico do Projeto

1. TÍTULO DO PROJETO			
Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo			
2. INSTITUIÇÃO EXECUTORA			
2.1 Nome da instituição	Universidade de São Paulo		
2.2 Sigla	USP		
2.3 Endereço	Cidade Universitária, Butantã, Avenida Professor Luciano Gualberto 315		
2.4 PPG da Instituição vinculado ao Projeto	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política		
2.5 Código do PPG	33002010	Nota (Mestrado)	7
		Nota (Doutorado)	7
3. COORDENADOR-GERAL			
3.1 Nome completo	Adrian Gurza Lavalle		
3.2 CPF	21522451803		
3.3 Titulação	Doutor em Ciência Política		
3.4 Cargo	Professor Doutor 2		
3.5 Link do currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/9538177722637331		
3.6 Endereço profissional	Avenida Professor Luciano Gualberto 315, sala 2047, segundo andar, CEP 05508-900, idade Universitária, Butantã, São Paulo/SP.		
3.7 Telefone fixo	(11) 30913780		
3.8 Celular			
3.9 E-mail	layda@usp.br		
4. INSTITUIÇÃO COLABORADORA 1			
4.1 Nome da instituição	Universidade Federal do Espírito Santo		
4.2 Sigla	UFES		
4.3 Endereço	Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário Goiabeiras, Goiabeiras, Vitória-ES, Cep. 29075-910		
4.4 PPG da Instituição Colaboradora 1	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais		
4.5 Código do PPG	30001013035P3	Nota (Mestrado)	3
		Nota (Doutorado)	Não possui
4.6 Nome do coordenador colaborador	Euzeneia Carlos do Nascimento		
4.7 CPF	02451879793		
4.8 Titulação	Doutora em Ciência Política		

4.9 Cargo	Professora Adjunta do Ensino Superior		
4.10 Link do currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5041035987649708		
4.11 Endereço profissional	Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário Goiabeiras, Goiabeiras, Vitória-ES, Cep. 29075-910		
4.12 Telefone fixo	27-4009-2506		
4.13 Celular	27-99964-6813		
4.14 E-mail	euzeneiacarlos@gmail.com		
5. INSTITUIÇÃO COLABORADORA2			
5.1 Nome da instituição	Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro		
5.2 Sigla	IESP – UERJ		
5.3 Endereço	Rua da Matriz 82		
5.4 PPG da Instituição Colaboradora2	Programa de Pós-graduação em Sociologia		
5.5 Código do PPG	30001013035P3	Nota (Mestrado)	5
		Nota (Doutorado)	5
5.6 Nome do coordenador colaborador	José Eduardo León Szwako		
5.7 CPF	03717543997		
5.8 Titulação	Doutor em Ciências Sociais		
5.9 Cargo	Professor Adjunto do Ensino Superior		
5.10 Link do currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/4951620543771934		
5.11 Endereço profissional	Rua da Matriz, 82		
5.12 Telefone fixo	(21) 2266-8300		
5.13 Celular	(21) 97934-5726		
5.14 E-mail	zeszwako@iesp.uerj.br		
6. INSTITUIÇÃO COLABORADORA3			
6.1 Nome da instituição	Universidade do Vale do Rio dos Sinos		
6.2 Sigla	UNISINOS		
6.3 Endereço	Av. Unisinos, 950 - Cristo Rei, São Leopoldo - RS, 93022-000		
6.4 PPG da Instituição Colaboradora3	Pós-graduação em Ciências Sociais		
6.5 Código do PPG	42007011011P9	Nota (Mestrado)	5
		Nota (Doutorado)	5
6.6 Nome do coordenador colaborador	Monika Weronika Dowbor da Silva		
6.7 CPF	21472644824		

6.8 Titulação	Doutora em Ciência Política
6.9 Cargo	Professora
6.10 Link do currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/9020322641323049
6.11 Endereço profissional	Av. Unisinos, 950 - Cristo Rei, São Leopoldo - RS, 93022-000
6.12 Telefone fixo	(51) 3590-8485 /Ramal: 1127
6.13 Celular	55 51 93370359
6.14 E-mail	mdowbor@gmail.com
7. INSTITUIÇÃO COLABORADORA 4	
7.1 Nome da instituição	Centro de Estudos da Metrópole / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento / Núcleo Democracia e Ação Coletiva
7.2 Sigla	CEM – CEBRAP – NDAC
7.3 Endereço	Rua Morgado de Mateus 615
7.4 PPG da Instituição Colaboradora 4	Não possui
7.5 Código do PPG	Nota (Mestrado): Nota (Doutorado):
7.6 Nome do coordenador colaborador	Maria do Carmo Alves de Albuquerque
7.7 CPF	20089686934
7.8 Titulação	Doutorado em Integração da América Latina
7.9 Cargo	Pesquisadora
7.10 Link do currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/4757477453035412
7.11 Endereço profissional	Rua Morgado de Mateus, 615, São Paulo - SP, 04015-051
7.12 Telefone fixo	(11) 38543321; (11) 5573-9540
7.13 Celular	(11) 987813627
7.14 E-mail	mcarmoa@gmail.com

7. ÁREAS TEMÁTICAS E LINHAS DE PESQUISA EM QUE SE ENQUADRA O PROJETO *(conforme item 2 da Chamada)*

Áreas temáticas:

Esta proposta possui como eixo transversal a área temática Governança, que perpassa outras áreas prioritárias referidas aos setores socioeconômicos e socioambientais das políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce. São os seguintes os temas mobilizados:

(1) Governança

(2) Estudos socioeconômicos

(3) Qualidade de vida

(4) Saneamento básico

Linhas de pesquisa:

a. Tecnologia de governança (USP e CEM-CEBRAP-NDAC)

b. Ação coletiva e Estado (USP e CEM-CEBRAP-NDAC)

c. Participação, instituições e políticas públicas (UFES)

d. Estudos socioambientais, culturas e identidades (UFES)

e. Sociologia Política e dos Movimentos Sociais (IESP-UERJ)

f. Desigualdades, Mobilidade social e Trabalho (IESP-UERJ)

g. Atores sociais, políticas públicas e cidadania (UNISINOS)

8. DETALHAMENTO DO PROJETO

Esta parte refere-se ao escopo técnico-científico do Projeto. A proposta deve ser o mais completa e detalhada nas informações disponibilizadas, demonstrando todos os aspectos relacionados no item 11.2.2 da Chamada, a saber, "Critérios de análise e julgamento" da Avaliação de Mérito Acadêmico. As informações aqui solicitadas podem ser acrescidas com observações/comentários extras que o proponente considerar pertinentes.

I. Resumo

Esta proposta a propósito do edital de recuperação da Bacia do Rio Doce consiste em implementar tecnologia social de governança participativa e analisar os padrões de governança emergentes no contexto gerado pelo desastre, identificando as implicações desses padrões para as políticas de reconstrução das comunidades afetadas. A implementação da tecnologia de governança visa a fomentar a elaboração coletiva das soluções para os problemas e a geração de informações de qualidade com intuito de subsidiar as agências governamentais na tomada de decisões relativas a setores de políticas públicas diretamente implicados, a saber, socioeconomia, qualidade de vida e saneamento básico. Denominada *POP-Painel de Opinião Pública*, essa tecnologia de governança participativa confere legitimidade e sustentabilidade ao processo de reconstrução das comunidades, pois ao incrementar a capilaridade de processos de mobilização cidadã potencializa a produção de soluções decididas coletivamente. Essa tecnologia participativa e o processo colaborativo que a abarca permite a formação e a integração de uma rede de interesses compartilhados, incrementa a capacidade de governança e a efetividade de processos decisórios nos setores de políticas públicas, pois amplia a aceitação das decisões tomadas e sua apropriação social e cria comprometimentos entre os envolvidos com os resultados esperados. Na medida em que este processo for conduzido de forma participativa aumentam as chances de diversos segmentos da sociedade civil inserir propostas de solução de problemas e de influenciar a agenda política, engendrando padrões de ação de governança democrática. No plano analítico da elaboração da problemática, argumentamos que o desastre socioambiental de Mariana define uma "conjuntura crítica" (*critical juncture*), uma circunstância específica de disputa contenciosa (*contention*) que facilita a ação de agentes capazes de introduzir novas ideias, modelos ou políticas alterando a trajetória das instituições. Tratar-se-ia de momentos extraordinários de interrupção da linearidade das ações do Estado e de abertura de novas "janelas de oportunidades políticas", que possibilitam a introdução de novos instrumentos de políticas públicas. Nessa perspectiva torna-se possível compreender os processos de mudança institucional mediante a investigação dos padrões de interação e ações emergentes entre o Estado e a sociedade civil na produção de inovação institucional voltada a solução de problemas enfrentados pelas comunidades afetadas, em que pesem as implicações do legado histórico das instituições do Estado e das formas pretéritas de organização da sociedade civil. Em termos metodológicos, o tema da governança consiste em um eixo transversal às demais áreas prioritárias das políticas públicas elencadas, que norteará tanto a implementação da tecnologia participativa nos diferentes setores quanto a pesquisa a respeito dos padrões emergentes de interação entre o Estado e a sociedade civil. Com o desenvolvimento deste projeto esperamos uma dupla contribuição: primeiro, através de implementação de tecnologia social de governança participativa, contribuir para a expressão de interesses e a decantação de consensos dos diferentes atores e segmentos da população afetados, permitindo que formas ampliadas de governança desempenhem um papel relevante na construção das comunidades; segundo, contribuir com a produção de conhecimento técnico-científico acerca dos processos de inovação organizacional e de mudança institucional que não seriam possível em outros contextos, dada a excepcionalidade das conjunturas críticas para a produção de novas oportunidades políticas.

II. Contextualização teórica do tema e Justificativa

a) Apresentação de uma revisão sintética e crítica da situação do conhecimento sobre o(s) tema(s) estudado(s);

b) Formulação do objeto da pesquisa;

c) Dissertação de como o objeto da pesquisa se inscreve no campo de conhecimento e como os conhecimentos permitem precisar as questões ou as hipóteses da pesquisa;

d) A justificativa deve demonstrar:plano

A relevância e originalidade do projeto para a área temática;

A contribuição do projeto para a consolidação de linha de pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico/inovador ou mesmo de área de concentração do Programa de Pós-Graduação (PPG);

A interdisciplinaridade da proposta.

Região da Bacia do Rio Doce que deverá se beneficiar com os resultados esperados.

II.1. REVISÃO SINTÉTICA E CRÍTICA DA SITUAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE OS TEMAS ESTUDADOS

Tecnologias de governança participativa, sociedade civil e Estado na construção de políticas públicas para a recuperação da Bacia do Rio Doce

A abordagem dos desastres como fenômenos naturais é pertinente, mas insuficiente para avaliar desastres da magnitude do rompimento da barragem de rejeitos de minério de Fundão, em Mariana (MG), da mineradora Samarco/Vale/BHP. Isso, pois, tendem a enfatizar os desdobramentos físico-ambientais e a invisibilizar os impactos humanos e a sua distribuição desigual no território – social e culturalmente. Alternativamente, alguns estudos identificam este tipo de tragédia, e o evento em questão especialmente, como um "desastre tecnológico", dado que as técnicas específicas de rejeitos da Samarco, e da mineração no país em geral, "constituem uma opção tecnológica determinada por incentivos de mercado (...), práticas corporativas inadequadas e intensificadoras de riscos socioambientais e da inação estatal no que concerne à fiscalização e controle" (POEMAS, 2015, p. 11). Esses estudos que abordam o desastre da perspectiva de sua intencionalidade tecnológica mormente assumem a perspectiva de justiça ambiental, segundo a qual os impactos são desigualmente distribuídos na sociedade tendo em vista as assimetrias sociais e econômicas que caracterizam as formas de apropriação e usos dos territórios e de seus recursos (FASE/ETTERN, 2011; ZHOURI, 2008). Neste cenário, o desastre tecnológico pode ainda ser compreendido como racismo ambiental, dada a tendência de intensificação das situações de risco que atingem a população predominantemente negra ou grupos étnicos mais vulneráveis. Conforme define Bullard, o racismo ambiental consiste em "qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor" (BULLARD, 2005).

Em outras palavras, por um lado, o desastre socioambiental de Mariana pode ser interpretado a partir de sua vinculação à opção tecnológica e à estrutura da mineração das corporações, em geral caracterizadas por práticas de redução de custos operacionais na disposição dos rejeitos e pela flexibilização do controle pelos órgãos responsáveis. Por outro lado, com base no enfoque da justiça ambiental e dos efeitos desiguais e particularmente mais agudos sobre populações historicamente marginadas – racismo ambiental –, cuja abordagem desnuda, precisamente, a face reprodutora das desigualdades socioculturais preexistentes associadas aos desastres. Longe de serem abordagens concorrentes, tais perspectivas se complementam na explicação das causas do desastre e de seus complexos e multidimensionais impactos sobre o ambiente e a população atingida.

Argumentamos nesta proposta, em acréscimo, que o desastre socioambiental de Mariana pode ser interpretado como "conjuntura crítica" (*critical juncture*), uma circunstância específica comparada a uma situação de "catástrofe". Trata-se de momentos de disputa contenciosa (*contention*), aqui entendido como controvérsia, discussão e argumentação, bem como formas mais disruptivas de manifestação pública que facilitam a ação de agentes capazes de introduzir novas ideias, modelos ou políticas alterando a trajetória das instituições (MAHONEY; THELEN, 2010, p.7). Nesses momentos extraordinários, a linearidade, normalidade e a normatividade das ações do Estado são interrompidas e novas "janelas de oportunidades políticas" são abertas, possibilitando a introdução de novos instrumentos de políticas públicas, que em momentos ordinários seriam implementados com maior dificuldade, enfrentando a resiliência de modo de operação regular do Estado e suas instituições. Por seu turno, as

janelas políticas dos momentos de conjunturas críticas constituem oportunidades para atores da sociedade civil inserir uma determinada proposta de solução de um problema na agenda pública. As conjunturas críticas, assim, ampliam as chances de grupos, movimentos sociais e organizações civis alterarem o rumo das políticas públicas a partir da potencialização de sua capacidade de influência na agenda política. Por fim, esta noção é particularmente vantajosa não apenas porque oferece uma perspectiva para abordar a mudança institucional, permitindo conciliar o legado histórico das instituições do Estado e das formas pretéritas de organização da sociedade civil às chances de inovação institucional e organizacional, mas porque simultaneamente atenta para as potenciais oportunidades abertas por desastres e alerta para o risco de se acrescer aos custos descomunais do desastre o desperdiço de oportunidades assim caras.

Neste diapasão, a forma de se entender a relação entre Estado e sociedade civil é relevante haja vista o contexto de possibilidades múltiplas de empreender novas ações e instrumentos políticos orientados pelos interesses dos atores envolvidos nas disputas contenciosas. Assume-se o pressuposto, próprio das abordagens centradas em interações socioestatais, de que as mudanças institucionais no Estado e nas políticas públicas, por um lado, e na sociedade civil, por outro, se determinam reciprocamente configurando padrões de governança e condicionando a solução de problemas que afetam a sociedade em geral (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2011; SKOCPOL, 1992). Compreender o desastre como conjuntura crítica é particularmente adequado para esse pressuposto.

Em face do desastre e das oportunidades a ele associadas na modificação de modos predominantes de governança, esta proposta busca implementar tecnologias sociais participativas como mecanismos de ampliação da governança que favoreçam a legitimidade e sustentabilidade das políticas de recuperação da Bacia do Rio Doce, de modo articulado às diferentes dimensões dos impactos sociais – aspectos socioeconômicos, qualidade de vida e saneamento básico. A legitimidade e sustentabilidade das ações mitigatórias e de reparação dos impactos na área atingida dependem da inclusão política dos grupos sociais, direta e indiretamente afetados, no processo decisório e de produção de informação de qualidade para guiar a tomada de decisão das autoridades públicas. No contexto de conjuntura crítica, novas janelas de oportunidades políticas possibilitam a ampliação da participação da sociedade civil e dos grupos interessados na construção da opinião pública e de soluções coletivas para os problemas específicos. Todavia, os canais de participação existentes na sociedade, tais como os conselhos gestores, os comitês de bacia, os fóruns temáticos, as conferências e as audiências públicas são inadequados para produzir as preferências e definir as prioridades da população afetada. Esses mecanismos de controle social foram gestados para funcionar em contextos ordinários de tomada de decisão, sendo insuficientes para lidar com cenários extraordinários de catástrofe ambiental e humanitária, onde soluções urgentes e eficientes precisam ser construídas pelos atores sociais e instituições envolvidas, e onde a voz do cidadão e a formação de uma compreensão coletiva das melhores opções devem ser incentivadas. Isso, pois, demanda um nível de discricionariedade do Estado para que tais soluções sejam implementadas rapidamente. A discricionariedade, entretanto, deve ser combinada com mecanismos democráticos de concertação de interesses, não devendo se restringir a uma abordagem tecnocrática de planejamento público (LIMA; D'ASCENZI, 2012). Até mesmo porque uma das características relacionadas a gestão de recursos ambientais é a necessidade de envolvimento de diversos atores sociais e estatais em várias escalas, criando comprometimento entre os envolvidos com os resultados esperados e ações decididas coletivamente (OSTROM, 2009). Adicionalmente, tratando-se de políticas de recuperação do Rio Doce, assim como em outros casos de políticas de recursos hídricos, pode-se destacar que a ação do Estado contempla apenas uma parte da política, que para ser bem-sucedida "faz-se necessária a cooperação de usuários de água e dos atores sociais em geral" (ABERS et al, 2009, p. 126).

Neste projeto, a questão da governança será trabalhada de duas formas, uma analítica e outra prática. Em primeiro lugar, como um eixo transversal na estrutura analítica interna da pesquisa, agregando as diferentes abordagens utilizadas pelos pesquisadores que trabalham com distintos instrumentos teóricos (neoinstitucionalismo histórico, teoria dos movimentos sociais e da sociedade civil, ecologias organizacionais, políticas públicas, abordagens antropológicas e da comunicação social) e métodos de pesquisa (qualitativos, quantitativos, etnografia e análise de redes). Isso é possível porque a abordagem de governança não constitui um corpo teórico único, mas como veremos, permite transitar entre diferentes paradigmas e teorias, orientando o olhar para atores, processos e escalas. Segundo, como uma tecnologia social participativa que visa a contribuir com a incorporação dos grupos sociais e da população atingida à definição do processo de reconstrução de sua comunidade, referente às áreas da socioeconomia, da qualidade de vida e do saneamento básico, conforme elencado. Essa última forma pode ser

definida como um mecanismo técnico e social que, nessa "conjuntura crítica", estimula a reflexão coletiva e a formação de consensos, bem como permite a expressão de interesses e significados implicados nas relações entre esses atores. Cabe sublinhar que mesmo essa segunda forma do uso de governança, entendida como uma proposta de intervenção prática na realidade, receberá também tratamento analítico do grupo de pesquisadores, permitindo monitorar e descrever os efeitos da ação, investigar seus resultados e propor melhorias práticas.

No plano metodológico mais geral do projeto, entender o desastre como uma conjuntura crítica permite formular (a) perguntas científicas ou acadêmicas e ensejar (b) a produção de conhecimento aplicado que não seriam possíveis em outras circunstâncias. No plano analítico, compartilhamos a ideia de governança como uma perspectiva transversal que oferece vantagens por três motivos: (i) permite um registro mais acurado para se compreender a implementação e operação de políticas, e é particularmente oportuna para se abordar a definição de propósitos em casos de conjunturas críticas como o desastre de Mariana; (ii) oferece orientações heurísticas para formular perguntas científicas ou acadêmicas comuns em contextos de conjunturas críticas, realizadas a partir de campos teóricos específicos (movimentos sociais e sociedade civil, capacidades estatais, políticas públicas, dentre outros); e (iii) enseja orientações normativas para procurar formas ampliadas de governança que permitam à população afetada incidir no processo de reconstrução e, nesse sentido, é compatível com a aplicação de tecnologias sociais participativas.

Assim o projeto articula um componente científico acadêmico, que responde ao estado da arte em literaturas específicas, e um componente aplicado de tecnologia social, informado pelos debates de ponta sobre este tipo de tecnologia, mas que responde ao propósito de viabilizar a expressão de interesses e a decantação de consensos dos diferentes atores e segmentos da população afetados, permitindo que formas ampliadas de governança desempenhem papel relevante na reconstrução das comunidades. Em conformidade com o componente científico acadêmico, serão brevemente apresentadas as principais teorias mobilizadas e sua relação com as vantagens heurísticas oferecidas pelo pressuposto comum da conjuntura crítica e das janelas de oportunidades a ela associadas, tendo em vista a perspectiva de mudanças nos padrões predominantes de governança, na sociedade civil, no Estado e nas políticas públicas.

A literatura sobre **governança** tem como preocupação central fornecer uma estrutura analítica que permite examinar um problema através do estudo de vários atores que têm um objetivo comum (HALPERN; LE GALÈS, 2011). Stoker (1998) aponta que embora o debate atual tenha atribuído uma miríade de significados ao termo governança, há um consenso de que governança se refere ao desenvolvimento de formas de governo nas quais as fronteiras entre e no interior dos setores públicos e privados tem se tornado flexíveis. Por governo entende-se a capacidade de definir objetivos ou propósitos, de coordenar os atores relevantes para alcançar tais objetivos e de impor sanções a tais atores caso descumpram suas obrigações. Assim, há diferentes formas de governar e a estrutura burocrática do Estado ("governo") não é o único ator envolvido na governança de diversos aspectos da vida social. Marques (2013a) por exemplo, identifica três padrões de governança no desenvolvimento de políticas e do legado institucional de uma das maiores metrópoles mundiais, a cidade de São Paulo. Esses padrões não são fixos, mas podem estar presentes em maior ou menor grau no interior das instituições políticas democráticas brasileiras. O primeiro é centrado na burocracia e na participação no interior das políticas sociais universais; o segundo descansa em processos políticos velados que envolvem redes de implementadores de políticas, políticos e interesses privados; e por fim o último padrão se desloca para a esfera da sociedade e está relacionado com as relações de sociabilidade cotidiana que acontecem no interior das periferias.

De modo geral, a noção de governança é útil para este projeto porque define processos através dos quais recursos públicos e privados são coordenados na consecução de interesses coletivos (PIERRE, 2011), consistindo no desenvolvimento de estilos de governo no qual as fronteiras entre o setor público e o privado são permeáveis (STOKER, 1998, p. 17). A governança pode assim ser traduzida como estratégias de governo ampliado, de inovação institucional, de ampliação da participação social e da garantia do acesso aos direitos civis e sociais básicos. Desse modo, os instrumentos de governança permitem a incorporação de atores não usuais nas políticas públicas seja na discussão e elaboração de propostas e soluções seja na realização dessas políticas.

As diferentes conceituações de governança[1] têm como referência comum as alterações recentes na administração pública, concernente às inovações institucionais e de relacionamento entre os atores das agências públicas, dos

[1] Para um balanço das diferentes conceituações de governança, vide: CAPELLA (2008).

setores privados e da sociedade civil. Nesse diapasão torna-se útil para esta proposta definir governança enquanto estratégias de inclusão de novos atores nos processos decisórios correlatos às instituições de gestão pública, quer seja na transmissão de informações de qualidade quer nas deliberações coletivas quer ainda na implementação das políticas sociais impactadas pelo desastre, a saber, aquelas dos setores da socioeconomia, da qualidade de vida e do saneamento básico.

Dentre os referencias teóricos metodológicos da literatura de governança, vale destacar os que permearão os debates com os demais aportes teóricos do projeto. O primeiro ponto diz respeito à análise apurada dos atores envolvidos no processo. Como a governança diz respeito a incorporação de diversos atores em processos decisórios, mapear esses atores e compreendê-los em suas dinâmicas relacionais são os principais fatores para a investigação da dinâmica de governança envolvida na recuperação do Rio Doce. É relevante que a questão que marca grande parte de estudos sobre o tema, em especial os que contrapõem governança e governo, partem da questão: quem governa? Junto da pergunta: quais são os processos relevantes? Isso revela a importância de se identificar os atores e entender a dinâmica de suas relações.

Outra ponderação diz respeito a questão da escala de observação. Como John (2011) explicita a escala da governança é uma questão primordial para a definição do estudo que se quer fazer. A governança é um processo que a princípio pode ocorrer desde escalas supra-nacionais (como o caso da União Européia) até em escalas intra-urbanas ou comunitárias (como é o caso do processo de recuperação do Rio Doce). A definição da escala do estudo delimita o conjunto de atores e processos que devem ser levados em conta, da mesma forma que auxilia no desenho de pesquisas comparativas. Ainda, auxilia a pensar relações estabelecidas entre atores e instituições em diferentes níveis, como as relações federativas no interior de um país e cuja consideração é especialmente importantes nas políticas relacionadas à gestão de recursos hídricos, devido ao emaranhamento institucional do setor no Brasil (ABERS, KECK, 2013). Além disso, a percepção de diferentes escalas permite identificar a co-existência de diferentes padrões de governança em cada uma delas. Por fim, outro ponto importante que se relaciona com a questão da escala, mas vai além, é o cuidado a ser tomado nas comparações. John (2011) argumenta em prol da comparação dos processos de governança entre cidades por se constituírem em casos de estudo com fronteiras relativamente dadas, porém verdadeiramente o que define o que é comparável é o desenho da pesquisa.

Conforme dito, este projeto, considerando a governança não apenas como uma perspectiva analítica, tem por objetivo a implementação de uma tecnologia de governança que poderá ser replicada para apoiar futuras áreas contaminadas. Para tanto, o primeiro passo analítico será mapear os atores chave e as principais redes de relações existentes nos níveis físico e virtual. Essa etapa da pesquisa contribui para a sistematização de informações através das redes de relações existentes entre os principais atores que estão dentro e fora do governo. Ela permite a expressão das tensões entre a realidade e as expectativas e códigos normativos desses atores, com foco especial na identificação de lideranças (*stakeholders*), sejam individuais, sejam organizacionais (também na sua eventual ausência). Em seguida, será necessário oferecer espaços de encontro ao mesmo tempo em que se fomente a participação, expressão de interesses e a decantação de consensos ao redor dos mesmos. Isso será realizado concomitantemente através de três componentes: primeiro, cursos de capacitação voltados para os representantes das populações vulneráveis (por exemplo: para a utilização de recursos tecnológicos como instrumentos de mudança social), consultoria especializada para formalização de associações e movimentos sociais não institucionalizados; segundo, a utilização de uma metodologia participativa para coletar as principais demandas e propostas de solução entre os diversos atores e grupos envolvidos, reunidos na tecnologia social denominada POP (Painel de Opinião Pública); por fim, a formalização de um sistema de governança participativo (ou uma rede de organizações) como um processo interativo que envolve várias formas de ação ou relação e que terá como parte de suas tarefas não somente influenciar políticas governamentais, mas atuar como co-gestoras. Entre os condicionantes de espaços de governança participativa em termos de um processo bem-sucedido é preciso mapear as seguintes variáveis – desequilibro de poder e recursos entre os diferentes atores afetados, os incentivos para sua participação e o histórico da relação de cooperação e conflito entre tais atores ou *stakeholders*. Em seguida, é preciso desenvolver as ações para mitigar as consequências negativas destes condicionantes. (ANSELL; GASH, 2008, p. 9)

Segundo Halpern e Le Galès (2011) pode-se pensar num sistema desse tipo que pode ser desenhado intencionalmente por meio de regras que o estruturam. Os autores apontam três passos para estabelecer uma

coordenação sistêmica. Primeiro, identificar os agentes principais, ou seja, as organizações que contratam as outras organizações. Segundo, mapear as organizações que se juntam para o desenvolvimento de projetos. E, por fim, estabelecer um nível de entendimento mútuo entre as tarefas que as organizações devem dividir com o objetivo de juntar a capacidade de trabalho e liderança para estabelecer uma rede de autogoverno. Os autores ressaltam que é preciso ter em mente que a criação dessa estrutura é algo ideal, mas que o projeto pode falhar neste ponto final em virtude de comportamentos oportunistas que podem ser acrescentados a complexidade e incerteza dos resultados esperados. Goodin (1996) sugere alguns princípios de desenhos desejáveis em três níveis de análise: o desenho político, o desenho de mecanismos e o desenho de sistemas que se destaca na medida em que expressa que todas as partes se encaixam juntas num todo harmonioso, equilibrado e integrado[2]. A noção fundamental de desenho, segundo o autor, se refere àquele que melhor se enquadra ao objeto desenhado pelo seu ambiente. Assim, uma instituição bem desenhada, em particular, pode ser aquela que está consistente internamente e externamente em harmonia com o resto da ordem social na qual se insere. Sendo assim, como saber que critérios satisfatoriamente internalizados se adaptam aos padrões externos dos valores morais? Segundo a filosofia moral, o indivíduo pode ter razões internas e externas para ação. As razões internas são derivadas da estrutura motivacional dos agentes individuais como crenças, desejos, valores e preconceitos. As razões externas são derivadas de conceitos da filosofia moral, como por exemplo, sobre o que é o direito, bom, justo, etc. e estão mais sujeitas a críticas e a avaliações. O mesmo ocorre no caso de desenhos institucionais. O critério de bom desenho está centrado na própria noção de desenho e deve ser complementada pelo julgamento externo. Tanto do ponto de vista individual como do institucional pode haver razões internas e externas para a ação.

Goodin (1996) visualiza duas situações, uma mais dramática e outra menos dramática. A situação mais dramática é uma instituição que se adapta perversamente com o resto do ambiente. A menos dramática ou virtuosa, entretanto, é quando bons desenhos se adaptam com harmonia no ambiente. Esta prescrição recorre à noção de "otimização" que ultrapassa o critério interno de desenho em direção a "adaptações bondosas" para instituições com objetivos incorporados internamente e verificados nos ambientes externos. O autor questiona, nessa perspectiva, que tipos de princípios devem guiar nossos desenhos institucionais e considera claramente, que estes princípios devem ter profunda ressonância moral. Isso não significa que estes princípios devem estar ancorados em profundos conceitos filosóficos da ética e da metafísica e sim devem ser princípios razoáveis tanto no campo empírico como normativo.

De todo modo, a perspectiva de sucesso ou fracasso pode ser problematizada a partir da compreensão de que toda construção institucional é um processo lento, contínuo e instável e o que poderia ser considerado fracasso em determinado momento, pode ser elemento chave para alavancar a instituição em outro (ABERS e KECK, 2013). De todo modo, a compreensão das adversidades no processo de implementação da proposta de governança deve ser uma preocupação analítica constante tanto para identificar as variáveis da realidade não previstas, quanto para fazer as redefinições necessárias na proposta, como acontece em todo processo de implementação de políticas públicas (ARRETCHE, 2001).

A literatura sobre **sociedade civil e movimentos sociais**, por sua vez, oferece um arcabouço analítico extremamente útil aos nossos propósitos de implementar tecnologias sociais de governança participativa na área afetada do rio Doce. Isso porque, especialmente quando aplicada a contextos de conjuntura crítica e de janelas de oportunidades, possibilita compreender a ação coletiva de segmentos organizados da sociedade civil em momentos extraordinários de disputa contenciosa, cujos sujeitos podem se manifestar tanto através de ação direta e disruptiva quanto de concertação e negociação acerca da produção de políticas públicas e de medidas estatais. Assim se, por um lado, a literatura de governança estrutura o debate acerca dos instrumentos de ampliação da inclusão societal no processo político, por outro, a abordagem de sociedade civil e dos movimentos sociais nos habilita a entender os condicionantes da ação coletiva e da efetividade de seus objetivos e proposições. Esta articulação analítica é profícua para se compreender os processos de políticas públicas, nos quais o envolvimento

[2]O autor argumenta que a mudança institucional pode envolver uma combinação entre três diferentes razões: acidental, evolucionário e intencional, mas atribui um peso maior aos agentes intencionais visto que estes últimos podem estar presentes nos outros casos. A intencionalidade, segundo essa perspectiva, está presente na essência das instituições e não somente no seu desenho. "Acidentes acontecem, mas a frequência e a direção dos acidentes podem ser significativamente influenciadas por intervenções intencionais de planejadores sociais (GOODIN, 1996, p. 29 – tradução nossa).

dos diversos atores sociais e estatais é imperativo para a legitimidade das deliberações e o comprometimento entre os envolvidos com os resultados e ações decididas coletivamente.

Abordamos primeiro, os termos do debate nessa literatura a respeito das relações entre os atores sociais, estatais e econômicos. Depois daremos tratamento à relação deste projeto com as principais teorias. Quando pensamos nas dinâmicas sociais que mobilizam os indivíduos retirando-os do seu dia a dia, há colocá-los em ações conflituosas no intuito de defender ou promover direitos, no fundo nos dispomos a entender como as sociedades se transformam. Nesse intuito alguns elementos não podem ser negligenciados, por exemplo, o contexto cultural, econômico e político dos enfrentamentos, os recursos disponíveis aos contestadores e o modo como dão sentido ou enquadram o embate. Caso contrário, corremos o risco de fornecer uma explicação enviesada dos acontecimentos, passando ao largo talvez das reais motivações e possibilidades de compreensão do fenômeno.

De modo geral, os acontecimentos referidos à disputa contenciosa se dão na sociedade civil. Em uma das interpretações mais difundidas no Brasil, a sociedade civil é formada por organizações, associações e movimentos sociais aptos a apreender os problemas sociais e tematizá-los na esfera pública (HABERMAS, 2003). Apoiando-se em uma compreensão ao mesmo tempo defensiva e ofensiva da sociedade civil, Cohen e Arato (1992) ressaltaram que através da esfera pública os atores sociais lutam não unicamente para se defenderem dos ímpetos colonizadores do "sistema" (Estado e mercado), mas para influir sobre esses, por meio de associações e movimentos portadores de inovações democráticas. A premissa de existência de uma sociedade civil forte e de uma esfera pública atuante, presente nesta abordagem, predominou na literatura nacional dos anos 1990 e 2000, a qual creditou grande importância aos procedimentos deliberativos como os conselhos de gestão pública, o orçamento participativo e as novas modalidades de representação, como instâncias capazes de fazer frente ao Estado e ao mercado (AVRITZER, 2007, 2008; LÜCHMANN, 2002, 2007; DAGNINO; TATAGIBA, 2007).

Em complemento, estudos recentes têm assinalado a grande diversidade de repertórios de interação socioestatal no campo da sociedade civil. Isso significa que os movimentos sociais e organizações civis nem sempre optam pelos arranjos participativos como canal de mediação da relação sociedade-Estado. Esses podem recorrer, de modo isolado ou combinado, aos variados "repertórios de interação" que inclui ações que ocorrem fora das instituições (protestos, por exemplo) ou via instituições (participativas, ocupação de cargos, lobby, mecanismos de *accountabilty* societal e horizontal, lei de iniciativa popular, entre outros) (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; DOWBOR, 2012). O notório engajamento de movimentos sociais, ativistas e organizações da sociedade civil no processo das políticas públicas, tem despertado a atenção dos estudiosos acerca das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil, as instâncias governamentais e até mesmo a iniciativa privada, marcados por uma diversidade de padrões de interação que vão desde os modelos conflituosos até os padrões cooperativos (CARLOS, 2015).

Essa imbricação é algo que exploraremos em nossa pesquisa, haja vista a íntima relação entre os poderes públicos na definição das políticas ambientais e na fiscalização e punição àqueles que porventura as descumpram. Pois como pudemos observar através do desastre algumas cidades dependem economicamente de grupos empresariais, caso do município de Anchieta no Espírito Santo, onde parte considerável de suas receitas depende dos encargos fiscais oriundos da Samarco, ou seja, os interesses do Estado e mercado se atravessam. Da mesma maneira as organizações da sociedade civil e movimentos sociais não agem e se mobilizam igualmente, algumas encontram no Estado fonte de recursos, ao assumirem a execução e gestão de projetos governamentais. Por exemplo, o Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas (PROVITA) e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte (PPCAAM) geridos pelo Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos (CADH) ou o Programa de Defesa dos Defensores de Direitos Humanos executado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH), ambos no Espírito Santo. Ou seja, não é clara empiricamente a separação entre sociedade civil, Estado e mercado e, analiticamente, os campos da sociedade civil e do Estado se constituem reciprocamente, cujas fronteiras são fluidas e enuviadas. Tampouco é possível assumir que as ações das entidades da sociedade civil de fato representam os interesses dos atingidos e ocorrem de maneira horizontal e democrática. É preciso averiguar como, quem e por que agem os coletivos organizados.

A esse respeito, as Teorias dos Movimentos Sociais (TMS) oferecem importante contribuição. No contexto do desastre no rio Doce, por exemplo, os sujeitos afetados podem interpretar o fato como uma janela de oportunidades políticas – um momento *sui generis* no cotidiano da vida social que impulsiona os atores à

mobilização coletiva – e ativar laços latentes e/ou articular novos, com vistas aos enfrentamentos sociais, políticos e ambientais decorrentes. Estas teorias assim auxiliam na explicação da emergência da ação coletiva contestatória, das possíveis transformações nas lógicas de interação entre as organizações, na mobilização de recursos, na utilização de certos repertórios de ação e na formação de identidades políticas.

Decerto as entidades não necessariamente agem sempre em conjunto de forma colaborativa. Estudos como o de Silva, M. (2015) apontam não apenas para a especialização como também a competição por meios de sobrevivência e deferência em contextos nos quais dinheiro e militância são escassos, ao passo que Scherer-Warren (1993) vê na unidade de significados culturais elementos de horizontalidade democrática e cooperação entre as organizações. Não se trata de optar entre uma interpretação ou outra, mas perceber o que em cada uma pode ser relevante na explicação do fenômeno.

As ações coletivas assumem diversas formas em função dos contextos culturais em que se situam, assim como pelas condições estruturais do entorno político. Isso porque há uma heterogeneidade de entidades com os mais diversos fins e arranjos e, portanto, compreender os mecanismos de articulação dessas iniciativas ou os nexos de mobilização dos sujeitos é sempre um desafio. Assim, o debate com a literatura pertinente servirá como um mapa a nos orientar por quais caminhos devemos seguir ou evitar, haja vista, a experiência em pesquisas pretéritas.

De modo sintético, apresentamos as principais abordagens das TMS úteis a este projeto.

Dois conjuntos de TMS antes opostas, se complementam neste projeto, a saber, Mobilização de Recursos e do Processo Político, as quais diagnosticam nas estruturas de oportunidades políticas disponíveis aos competidores maiores ou menores incentivos à mobilização. Além disso, as organizações precisariam se voltar à captação dos recursos necessários com vistas a desenvolverem suas lutas, pois sem esses não haveria como garantir a organização e o prosseguimento das disputas. Neste caso, quanto menos coerção estatal e/ou fracionamento nas elites dominantes e quanto mais organização e militância os movimentos aumentariam suas chances de êxito. (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

No intuito de diferenciar as oportunidades políticas de outros elementos explicativos das dinâmicas, como os culturais, e evitar que o conceito seja mobilizado para explicar qualquer mudança social, McAdam (1996) classifica quatro dimensões de alcance para as oportunidades políticas. A primeira refere-se à relativa abertura ou fechamento político das instituições governamentais, ou seja, a capacidade dessas em reconhecer as demandas vindas da sociedade assim como sua disposição para dialogar com a sociedade civil. A segunda diz respeito à estabilidade dos alinhamentos políticos das elites que controlam o Estado, pois, dependendo da situação, poderia permitir rupturas e brechas para ações civis. A terceira é a presença ou não de elites estranhas ao poder estabelecido. Por fim, a última dimensão é a propensão do Estado em usar da repressão através da violência policial ou por meio de mecanismos institucionais de perseguição política.

Nesta abordagem do Processo Político, os repertórios de ação coletiva utilizados pelos movimentos sociais para enfrentarem seus adversários muitas vezes tomam de surpresa o poder estabelecido que não se encontrava preparado para tal ação e, em virtude disso, não consegue revidar de imediato, abrindo espaço para novas investidas. Tilly define repertórios de ação coletiva como "[...] conjuntos de performances reivindicatórias, historicamente criada, limitada e familiar, que circunscrevem geralmente as formas pelas quais as pessoas se engajam na política contenciosa" (TILLY, 2008, p. vii). Os estudiosos desta corrente destacam que a eficácia de um repertório deriva de sua novidade e capacidade de inovação, de sua habilidade de surpreender os oponentes e de criar situações políticas que são prejudiciais aos interesses das autoridades estabelecidas, impelindo-as a agir a favor da causa reivindicada. No que toca ao contexto de pesquisa, o conceito de repertórios de ação contestatória corresponderia às primeiras manifestações de rua surgidas logo após o desastre, quando quase cotidianamente pessoas realizavam marchas, passeatas e encenações públicas, no intuito de provocar o confronto, lançando ao Estado e ao mercado (Samarco) o desafio, assim como buscar por espaço na arena pública e quiçá angariar apoiadores e financiadores para a luta em prol da recuperação da bacia do rio Doce.

O modelo explicativo do processo político se enriqueceu ao absorver do universo cultural das coletividades o sentido e significado que esses conferem às ações, aspecto antes negligenciado. Com o intuito de superar aquela lacuna Benford e Snow (1992) retomaram o conceito de *frame* (enquadramento interpretativo) de Goffman (1974), incorporando-o à TMS. Desta forma, as escolhas de repertórios e a percepção das oportunidades políticas antes

passam pela forma como os sujeitos explicam a realidade ao seu redor. Este entendimento não é inato, por que as organizações os desenvolvem ao longo do tempo e em alguns casos entram em disputas com o objetivo de definir o enquadramento dominante de uma situação. Grosso modo, com a adoção do conceito de *frame* dá-se a aproximação entre o conjunto teórico dos interacionistas e os autores do processo político e da mobilização de recursos. A incorporação de aspectos cognitivos na explicação dos movimentos sociais contribui, assim, para entendermos as suas motivações para ação coletiva (frame de motivação), além de seu enquadramento interpretativo acerca da causa do problema que perseguem (frame de diagnóstico) e da percepção de suas soluções (frame de prognóstico), cada qual envolvido em um momento do processo de recorte e problematização do contexto cultural (BENFORD; SNOW, 2000).

Em suma, ao longo desta revisão acerca das teorias da sociedade civil e dos movimentos sociais buscamos dar indícios das questões norteadoras da investigação, as quais consideram a relação empiria e teoria e visam a instrumentalização do contexto societal para a aplicação da tecnologia de governança participativa. Cabe retomar essas questões para explicitá-las de modo conciso: quais e de que tipo foram as oportunidades políticas criadas para as organizações sociais com a conjuntura crítica imposta pelo rompimento da barragem? Que repertórios de ação foram mobilizados? Quais seus recursos organizacionais? Houve/há o predomínio de certas interpretações (enquadramentos) do desastre sobre outras? Como isso ocorre? Quais os entendimentos sobre os problemas e suas possíveis soluções em políticas públicas que daí emergem? De alguma forma surgiram redes institucionalizadas ou mesmo *pro tempore* entre os movimentos sociais da região com vistas a realizar os enfrentamentos sociais, políticos e ambientais? Que padrões podem ser percebidos nas relações entre as organizações da sociedade civil e as do Estado e mercado diante dos fatos e, por conseguinte, que implicações trazem consigo esses padrões para a construção de políticas públicas de recuperação da bacia?

Nesta proposta, ao colocarmos questões de governança e de mobilização social no núcleo de nossa intervenção, temos também em mente que a resposta aos anseios e demandas da população local, organizada ou não, passa necessariamente pela herança institucional dos aparelhos e serviços locais disponíveis. Quer dizer, a medida de *se e como* as prefeituras implicadas no desastre podem responder à altura dele é condicionado, a nosso ver, pelas suas **capacidades estatais**, mais especificamente, pela sua capacidade institucional de implementação de políticas e de controle *vis a vis* atores responsáveis. Deste modo, a ênfase na mobilização social e nos atores da sociedade civil precisa ser analiticamente complementada com a análise do tecido estatal local – secretarias, órgãos, agências, grupos burocráticos de trabalho e pressão, espaços informais para lobbies, etc. – que detém competência e está legalmente estatuído para dar vazão à institucionalização público-estatal de demandas civis e frente a questões socioeconômicas e socioambientais.

Em sua definição mais concisa, capacidade estatal pode ser entendida como "a competência [ability] dos Estados de formular e implementar políticas" (KJAER et al, 2002, p. 20). Em âmbito nacional, um conjunto de teóricos dedicados às relações entre Estado, mercado e interesses sociais vem, muito recentemente, afirmando a forte conexão entre capacidade estatal e estratégias para o desenvolvimento (Cf. GOMIDE, 2016; BOSCHI et al, 2016), sendo aquela primeira uma condição *sine qua non* destas últimas. Já em âmbito internacional, a capacidade estatal foi entendida na chave da 'disputa contenciosa' como "o grau de controle que os agentes estatais exercem sobre pessoas, atividades e recursos no âmbito da jurisdição territorial do seu governo. Quando aumenta a capacidade estatal? Dizem os autores McAdam, Tilly e Tarrow (2004, p. 78), "isso se dá através de quatro processos, em geral, complementares: a substituição de um governo indireto por um direto; a penetração por Estados centrais em periferias geográficas; a padronização de práticas e identidade estatais, e a instrumentação – [isto é] crescimento dos meios de execução das políticas pretendidas". Para o que nos interessa neste projeto, enfatizamos duas partes da definição desses autores: a 'competência para implementar políticas' e os 'graus de controle' sobre grupos e atores no território – afinal, essas duas variáveis podem orientar, ou ajudar a orientar, a prática de reconstrução do tecido estatal em nível local.

O caminho teórico percorrido pela noção de capacidade estatal seguiu o tom da crítica histórica a explicações voluntaristas, modernizantes e anti-estatais da ação coletiva. Isso, quase uma década antes de autores como Skocpol (1992), Evans (1993) e Tilly et al (1975) insistirem sobre a necessidade de perscrutar os processos sociopolíticos na gênese da construção das capacidades distintivas de Estado. "[Nosso] viés [de análise]", diz Tilly (1975, p. 6), "foi deliberado. A especificação da organização das forças armadas, da taxação, do policiamento, do controle do fornecimento de alimentos e da formação de pessoal técnico põe em relevo atividades que foram

difíceis, custosas e, não raro, indesejadas por grande parte da população". Todas essas são 'capacidades estatais': formas de controle e extração de recursos humanos, materiais e naturais que variam historicamente, cujo elemento fundamental são "relações rotinizadas entre a organização governamental e a população" (TILLY, 1975, p. 32). No caso de Estados que contemplam voto universal e algum tipo de responsividade, essas 'relações rotinizadas' são o que chamamos de cidadania, "[que] consiste de múltiplas negociações elaboradas pelos governantes e estabelecidas no curso de suas lutas pelos meios de ação do Estado" (TILLY, 1996, p. 164).

A ideia de que direitos de cidadania e capacidade estatal andam de mãos dadas é hoje consenso na literatura do neoinstitucionalismo histórico e sociológico (*inter alia* SKOCPOL 1985, 1992; EVANS 1993). Versão arguta deste tipo de argumento que aproxima, e não afasta, Estado e sociedade pode ser vista na análise de Clemens (1997) a respeito da mobilização de associações civis nos Estados Unidos de fins do XIX e início do XX. Clemens se dedicou às interações travadas por organizações de fazendeiros, de trabalhadores e de mulheres com sub-partes do governo estadunidense, sublinhando efeitos político-institucionais nada desprezíveis. O primeiro deles (1997, p. 27) foi o incremento e a racionalização ocorridos na capacidade do Estado norte-americano que passou por dinâmicas duradouras de inovação organizacional. Afinada às sugestões de Skocpol (1992), Clemens observou também como as interações com atores não estatais ampliaram as formas e espaços de representação de interesses para além das tradicionais estruturas partidárias, inaugurando historicamente a 'política do pluralismo' naquele país. Skocpol (1992, p. 47-48), por sua vez, identificou no processo de *Welfare State* dos Estados Unidos como grupos sociais de mulheres politicamente ativos se envolvem na formação da política de seguridade social, demonstrando como processos sociais e políticos se combinam para afetar as capacidades de grupos societais e estatais na formação da política social.

É, então, guiada pela noção e pelos debates ao redor da capacidade estatal que esta proposta quer fazer convergir demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais, com capacidade estatais, na análise da governança. Em tempo, vale observar que este tema, apesar de *sui generis* e de ser também dramático no caso do Rio Doce, foi abordado a partir de outro caso, noutra etapa de política pública (no licenciamento) e em chave comparativa. Fonseca (2016) demonstra, em sua análise sobre capacidade estatal de políticas ambientais, que as dinâmicas de licenciamento de grandes barragens contam no Brasil, na Índia e na China, com coalizões de suporte na sociedade, moduladas pelo seguinte padrão de alianças: órgãos públicos do setor ambiental/organizações ambientalistas, bem como órgãos públicos do setor elétrico/grupos de interesse econômico. Este estudo é duplamente apropriado a nossa realidade. Por um lado, ele parte de pressupostos interativos de constituição da governança, cujas bases poderiam nos levar à noção de 'autonomia enraizada' (EVANS, 1993), que não apenas é vinculante de Estado, sociedade e mercado, como também vê a capacidade estatal acumulada como uma condição para o (sucesso do) desenvolvimento. Por outro lado, esse tipo de estudo antecipa os passos necessários para uma intervenção, pois permanece atento aos modos pelos quais se dão alianças das burocracias com atores e interesses não-estatais. Assim, a forma pela qual o desastre do Rio Doce reconfigurou as chances de acesso ao Estado e de produção de políticas é questão a ser respondida por meio da adequada compreensão da capacidade estatal acumulada (ou, eventualmente, danificada pelo desastre) nos municípios envolvidos.

É assim que, nesta proposta, governança, sociedade civil e Estado analiticamente se articulam na produção de políticas públicas voltadas à recuperação da bacia do rio Doce. Neste propósito, as abordagens sintéticas de **políticas públicas** que aproximam vertentes são úteis, pois acentuam a pluralidade de atores e instituições que podem influenciar as mais diversas e inesperadas maneiras as políticas públicas (BARCELOS, 2013). Dentre essas, a Teoria do Equilíbrio Pontuado de Baumgartner e Jones acentua o papel da comunidade de especialistas na formação de um subsistema de políticas públicas que facilita a apreensão do problema e das possíveis soluções. São considerados dentro desta comunidade de especialistas não apenas burocratas e acadêmicos do setor, mas também organizações civis, movimentos sociais, redes e demais atores societais que acumulam expertise e legitimidade para elaborar propostas viáveis. A ação estratégica da comunidade de especialistas diante de uma janela de oportunidades aberta no sistema busca construir e consolidar publicamente uma imagem alternativa sobre o problema e a solução em questão (BARCELOS, 2013; MARQUES, 2013b). Ao passo que, a Teoria dos Fluxos Múltiplos de Kingdom contribui com a discussão ao apontar para o ambiente de incerteza e para a baixa capacidade dos decisores de compreenderem a complexidade dos problemas em questão. Ademais, pontua que os participantes variam, que o tempo da decisão é escasso, e que não é possível conhecer previamente a efetividade das soluções propostas. Kingdom, aplicando o modelo de *Garbage Can* elaborado por Cohen, March e Olsen em

1973, explica que a formação da agenda de políticas públicas descansa na confluência entre o reconhecimento dos problemas, a formulação de soluções e o contexto político (MARQUES, 2013b). De acordo com esse enfoque, a convergência entre os três fluxos – problemas, soluções e processo político – conduz a escolhas mais decisivas e mudanças nas políticas existentes, pois caracteriza janela de oportunidades ou momentos conjunturais em que há um clima favorável à inclusão de certos temas na agenda (MARQUES, 2013b). Por fim, o modelo de Coalizões de Defesa de Sabatier e Jankins-Smith corrobora com este debate ao destacar o papel de lideranças hábeis que auxiliam a formação de coalizões, o desenvolvimento de aprendizados políticos que são capazes de causar mais impactos nas políticas públicas – chamados de empreendedores de políticas públicas. A partir da formação de coalizões de defesa, esses atores que compartilham crenças e valores e buscam agir de forma coordenada ao longo do tempo, elaboram ideias que são partilhadas a partir de ações capazes de influenciar as políticas públicas dentro de um subsistema ou setor (BARCELOS, 2013).

Em síntese, essas teorias argumentam que as políticas públicas "são gestadas e desenvolvidas a partir de complexas interações entre atores posicionados tanto na esfera estatal quanto na social" (BARCELOS, 2013, p. 149). Esses atores estabelecem relações contínuas, articulando alianças, coalizões, enfrentamentos e desta forma estabelecem estratégias no sentido de tentar influenciar os processos que dão origem às políticas públicas (BARCELOS, 2013). Esta ação estratégica não é norteada apenas por interesses, mas também por crenças, valores, e visões de mundo que compõem suas percepções acerca do que devem ser as políticas públicas (FARIA, 2003). As políticas públicas dentro desta perspectiva são consideradas processos políticos complexos, não apenas administrativos ou gerenciais, mas sobretudo sociais, os quais transcendem as etapas de formulação e implementação das políticas públicas e tornam seus resultados tão complexos quanto imprevistos.

Em uma perspectiva de integração disciplinar as literaturas de governança, sociedade civil, Estado e políticas públicas se complementam em face da complexidade do fenômeno e da recuperação da área da bacia do rio Doce afetada. Neste processo, é imperativo para implementação de tecnologias de governança participativa considerar o contexto sociopolítico existente, cuja tessitura da sociedade civil e das capacidades do Estado – em interação com a conjuntura crítica do desastre e das janelas de oportunidades – condiciona reciprocamente as políticas públicas de reconstrução, quer nos setores socioeconômicos quer nos socioambientais.

II.2. FORMULAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

"Sou pescador do mar e do rio... Quando faltava o rio, tinha o mar... Minha vida era no mar, no rio. "

"Hoje eu tenho cadastrado dentro da associação, são setenta e seis pescadores cadastrados na associação, e esses pescadores hoje eles tão ai olhando pro rio e dizendo assim... Eu pessoalmente, sou nascido e criado aqui, tô com sessenta e oito anos de idade, criei meus filhos pescando, o que pude dar a eles foi educação, pescando, todas as fontes de renda que eu tive foi tirando do rio Doce e criei os meus filhos, entendeu? E hoje o que que eu posso falar pros meus filhos e meus netos? 'Puxa vida, eu criei vocês nesse rio Doce e hoje eu vejo o rio Doce desse jeito que nós não podemos pescar'. O que eu vou dizer pro meu neto? Eu digo assim pra eles, 'hoje vocês não podem nem pisar nesse rio onde foi criado o pai de vocês, hoje vocês não podem nem botar os pés'. É muito triste isso, a gente vê isso e eu criei eles todos, graças a Deus que eu pude dar, eu tenho orgulho de dizer isso como pescador, foi a melhor maneira de dar educação pra eles. (...) Eu sou, hoje, eu sou pai de nove filhos. Eu tenho é cinco homem e quatro mulheres e aí eu digo pra vocês, eu tenho filha professora, eu tenho filha diretora, tenho três meninos que trabalham na Petrobras e digo pra vocês, eu tenho orgulho de dizer isso que foi dali pescando que eu tirei a educação deles e hoje pra mim ver aquele rio, nessas condições que tá é a maior tristeza do mundo. Entendeu? E aí eu digo a vocês, e os outros hoje que tão naqueles lugares que vivem da pesca: o que eles vão fazer? Que tem água pra pagar, energia pra pagar, estudo dos filhos pra pagar, mas que tira dali daquele rio, como é que vão viver? Hoje eu calculo pela minha experiência que daqui a dez anos nós não temos rio pra pescar, é muito difícil dizer isso (...) e eu vê hoje o rio assim nessas condições pra mim é, não só pra mim, mas pra todos os pescadores... Nós somos a área mais atingida da pesca. (...) Eu, eu sou pescador entendeu, me criei pescando posso te

dizer, criei meus filhos pescando, então, poxa, é minha atividade, eu tenho um barco de pesca (...) e não posso ir pro mar, pescar. (...). Minha vida era no mar, no rio, aí direto, entendeu? Tamo criando nossos filhos pescando, será que nós vamos ter que sair daqui pra caçar outra profissão? É doído você ouvir isso do pescador, é triste. O meu sustento, acabou. (...). Sou pescador do mar e do rio. (...). Quando faltava o rio, tinha o mar. Poxa vida, aquela atividade que eu tinha tanto prazer hoje eu não posso fazer, o que que eu vou fazer? "[3]

Tudo aconteceu quando a barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, em Mariana (MG), se rompeu, no dia 05 de novembro de 2015, produzindo o maior desastre socioambiental do Brasil e dando origem a uma tragédia ambiental e humanitária que afetará várias gerações, em alguns casos, de maneira irreversível. Em sua extensão, 55 milhões de m^3 de lama da mineradora Samarco/Vale/BHP gerou destruição socioambiental por 663 km nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até chegar na sua foz, onde adentrou 80 km^2 ao mar, percorrendo diversos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Perdas humanas, desabrigados, destruição do solo, incluindo áreas de proteção ambiental, se somam aos prejuízos de difícil mensuração que acomete pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados, comunidades tradicionais e populações em geral. Os danos ambientais à biota continental e marinhas e aglomeram às violações diversas de direitos humanos, em um desastre sem precedentes no mundo.

Os efeitos do desastre socioambiental tornam contundente a vulnerabilidade das populações direta e indiretamente afetadas, dada a destruição de seus modos de vida e de trabalho, se asseverando ainda mais sobre os desfavorecidos que sofrem profunda desigualdade e injustiça decorrentes da ação das corporações de mineração. Populações ribeirinhas, pescadores, comunidades tradicionais de quilombolas e indígenas são as mais fragilizadas no âmbito da bacia do rio Doce, além dos moradores das cidades ao longo das áreas atingidas.[4] No desastre de Mariana, sobretudo, as comunidades negras foram as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e emocionais do evento, caracterizando crime de racismo ambiental (JUSTIÇA GLOBAL, 2016; POEMAS, 2015). [5]

O desastre da mineradora Samarco tende a provocar uma série de desdobramentos de curto, médio e longo prazo, alguns de difícil mensuração. Destes, muitos impactos socioambientais imediatos foram identificados em relatórios preliminares de diferentes grupos de estudos. O relatório da Força-Tarefa (2016) avaliou os impactos ambientais da tragédia na escala microrregional e macrorregional, ao longo da bacia do rio Doce e constatou: danos ambientais à água, ao solo e à biodiversidade; danos materiais à economia e à infraestrutura; e danos humanos à saúde e segurança, à educação, cultura e lazer e à organização cultural. O abastecimento de água, a morte de toneladas de peixes, o impacto sobre a fauna, a flora, as áreas marítimas e de conservação foram as mais ressaltadas. Além dos prejuízos ao patrimônio, às atividades pesqueiras, a agropecuária e ao turismo e lazer na região. Por sua vez, no que tange aos danos humanos o relatório enfatiza os efeitos na saúde pública, a saúde psicológica inclusive, e às condições de segurança dada às situações temporárias de abrigo, o acesso à educação da população atingida, os elementos simbólicos dados pela perda das referências identitárias e culturais, bem como às suas formas de organização social (FORÇA-TAREFA, 2016). Esse último produz implicações na dinâmica econômica, pessoal e comunitária, seja no acesso e uso da água pela população das cidades seja na reprodução social das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Sendo os principais impactos econômicos aqueles sobre a agricultura e a pesca, as condições cotidianas de vida e trabalho das populações foram diretamente comprometidas, tendo sido ameaçadas suas fontes locais de geração de renda e as condições materiais e imateriais de permanência nos seus territórios (POEMAS, 2015).

No Espírito Santo somam-se, a este quadro de perdas, outras dimensões do desastre dadas pela chegada da lama no mar. Ao diagnóstico de alterações físico-químicas e assoreamento do leito do rio, provocado pelo despejamento direto dos dejetos de mineração na bacia, o estudo de pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo

[3] Depoimento do presidente da Associação de Pescadores de Regência, distrito de Linhares (ES), concedido a Euzeneia Carlos e Antonio Cesar Machado da Silva em pesquisa exploratória, no dia 10 de dezembro de 2015.

[4] A noção de atingidos segue o marco normativo construído pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que o caracteriza pelas perdas e impactos, efetivos ou potenciais, sofridos por pessoas e populações e causados por barragens, empreendimentos e desastres tecnológicos (FORÇA-TAREFA, 2016).

[5] O desastre de Mariana afetou 35 cidades em Minas Gerais e três no Espírito Santo, à exceção dos municípios indiretamente afetados, perfazendo 1.026.031 habitantes no território mineiro e 282.175 no capixaba (IBGE, 2010).

(UFES), em parceria com a Marinha do Brasil, pelo NOc. Vital de Oliveira, aponta os principais efeitos deletérios ao meio ambiente (BASTOS et al., 2016). No estudo, "a alta concentração de material particulado em suspensão e a potencial toxidade dos metais que foram lançados no rio e carregados até a foz e áreas adjacentes marinhas", foram identificados como os mais graves (ibid, p. 4). Além da concentração de metais como cromo, nitrato, nitrogênio amoniacal e silício, a análise das amostras coletadas na plataforma marítima adjacente a foz do rio Doce destacou o potencial impacto no mar causado pelo aporte do material de rejeito, o qual pode ser avaliado diretamente na produção marinha primária, como no fito plâncton. Assim, o estudo constata que a onda de rejeito que alcançou a foz do rio Doce no dia 21 de novembro de 2015, gerou o aumento da sedimentação e altos valores de concentração de metais que podem se acumular no fundo e, consequentemente, possui potencial de gerar um impacto significativo na produção marinha. Em decorrência, o comprometimento futuro do estoque pesqueiro da região é enfatizado, dada pela alteração do ecossistema na desembocadura do rio Doce com perda de diversidade e substituição de algumas espécies (BASTOS et al., 2016, p. 16).

O município de Regência, em Linhares (ES) – sendo leito de rio e área de mar – foi severamente afetado. Com a constatação da contaminação da água por altos níveis de metais pesados, a pesca foi proibida no rio Doce. O impacto sobre a pesca e as atividades pesqueiras, nos municípios afetados no Espírito Santo, também é destacado no relatório de impactos socioambientais do Organon (2015)[6]. Esse estudo aponta ainda perdas e contaminação das lavouras especialmente pela contaminação da água do rio, outrora utilizada para irrigação das plantações, afetando os cultivos dos ribeirinhos, das famílias de assentados do Movimento de Sem-Terra e diversos outros produtores dos três municípios capixabas (ORGANON, 2015). A insegurança da população local quanto aos riscos de contaminação do pescado foi extensiva ao estoque de peixes antes capturados, cujo estigma associado ao produto inibe o seu consumo pela população local, afetando a sua comercialização, sendo o mesmo sentimento notado acerca das lavouras irrigadas pelo rio Doce.

Tal como aconteceu em Governador Valadares (MG), o desabastecimento de água em Colatina (ES), município provido exclusivamente pelo rio Doce, afetou a população em geral de diferentes modos, seja pela privação do acesso à água, seja pelas mudanças em seu cotidiano dadas pelas situações de conflito pelo uso da água. Nossas observações preliminares acerca da estrutura produtiva dos municípios capixabas diretamente afetados pelo desastre, formada por atividades comerciais, industriais e de serviços, incluindo o turismo no caso de Regência, de pequeno e médio vulto, indicam que essas se encontram sob risco grave de comprometimento. No entanto, estudos a esse respeito no período pós desastre são inexistentes e análises robustas precisam ser desenvolvidas.

Em linhas gerais, nos municípios capixabas, pescadores e produtores agrícolas, dependentes da atividade de pesca e das lavouras para sua reprodução social foram diretamente afetados, constituindo os grupos sociais de maior vulnerabilidade. Mas não só, as comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas da região, com sua reprodução associada às atividades de subsistência, como o cultivo de pequenas plantações, criação de animais e pesca, tendem a uma vulnerabilidade social ainda maior, tendo em vista a distribuição desigual dos impactos dos desastres tecnológicos que recai com maior severidade sobre os grupos étnicos minoritários.

No presente projeto, o desastre socioambiental como "conjuntura crítica" suscitou ações e relações entre uma complexa trama de atores institucionais e não institucionalizados que compreendem diferentes níveis[7] e arenas governamentais, instituições participativas, comitês de bacia, fóruns, empresas privadas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, partidos políticos, ONGs, organizações internacionais de direitos humanos, comunidades de pescadores, grupos étnicos vulneráveis, formas emergentes de ativismo e de ciberativismo, dentre outros.

Considerando estes elementos, nosso projeto de pesquisa comporta propósito duplo, científico acadêmico e de

[6] No Espírito Santo, os municípios de Baixo Guandú (29.081 hab.), Colatina (111.788 hab.) e Linhares (141.306 hab.) foram os diretamente afetados (IBGE, 2010).

[7] É importante sublinhar a natureza federalista das políticas brasileiras, especialmente, a divisão de tarefas entre os entes federados, incluindo como sendo responsabilidade do município o uso da terra, o planejamento urbano, a habitação, a infraestrutura urbana, a coleta de lixo e o transporte, enquanto saneamento, meio ambiente (incluindo licenças e aplicações de leis ambientais) e transporte público intermunicipal constituem serviços a cargo da esfera estadual. Além disso, muitos desses serviços são financiados através de transferências federais, aumentando a capacidade de indução desta instância (MARQUES, 2013b).

intervenção. Articulamos esse duplo propósito ao conferir tratamento interdisciplinar às áreas do conhecimento especializadas na governança, na sociedade civil e movimentos sociais, nas capacidades estatais e nas políticas públicas, associando-as ao componente de intervenção, tornando possível as questões da pesquisa a exemplo das formas de organização da sociedade civil e das capacidades institucionais estatais no contexto de conjuntura crítica, mediante a implementação de uma tecnologia de governança participativa ao serviço do fomento das políticas públicas de reconstrução das comunidades afetadas na Bacia do Rio Doce. No caso específico desse segundo componente também adotamos pressupostos que descansam no conhecimento acumulado pelo campo de estudos da governança, a saber: a ampliação dos atores contemplados no processo de redefinição de questões que afetam suas vidas é fundamental para reduzir externalidades ou efeitos imprevistos não desejados, bem como para ampliar a aceitação das decisões tomadas e para estimular a apropriação social dos resultados dessas decisões.

De modo mais específico, a implementação da tecnologia de governança participativa visa a **contribuir à incorporação das populações à definição do processo de reconstrução de suas comunidades mediante implementação ad hoc de tecnologia de governança participativa que permita não apenas levantar as prioridades e preferências das comunidades, mas estimular a reflexão coletiva sobre as mesmas fornecendo informação de qualidade para empoderá-los diante da tomada de decisões das autoridades públicas envolvendo-as no monitoramento e implementação das políticas públicas**. Desse modo, a **implementação da tecnologia social de governança participativa** compreende um mecanismo de legitimidade e sustentabilidade da Bacia do Rio Doce, por assegurar a inclusão da população, das organizações da sociedade civil e dos grupos minoritários na elaboração coletiva das soluções para os problemas. A tecnologia social de governança participativa possui relação direta com a sustentabilidade da Bacia porque permite a pluralização dos atores incluídos no processo de governança (para além dos governos), pois esses são sujeitos políticos capazes de coordenar atores e de definir prioridades decisórias envolto à reconstrução das comunidades afetadas. Perceber este fenômeno é também considerar as tensões envolvidas entre estes sujeitos, haja vista, não haver garantias que os interesses envolvidos na recuperação e gestão da Bacia do Rio Doce sejam os mesmos para todos os envolvidos.

Baste lembrar que o campo de pesquisa contemporâneo sobre inovações deliberativas tem apontado os impactos positivos da participação de grupos afetados no processo decisório, em termos de resultados para as políticas públicas implicadas (FUNG; WRIGHT, 2003). Segundo esses autores, os processos participativos têm potencialidades de produzir efeitos positivos em termos de políticas públicas porque, geralmente, a) agrupam indivíduos que possuem conhecimentos relevantes – de *expertise* - sobre os assuntos alvo das decisões; b) incorporam indivíduos que vivenciam na prática os temas alvos das decisões; c) regulam a tomada de decisão de modo que todos os participantes possam oferecer informações úteis sobre os temas alvos das decisões e, assim, geram também decisões mais pactuadas; d) encurtam a distância entre as decisões e sua implementação, na medida mesma em que reúnem e possibilitam pactos entre os diferentes agentes implicados na implementação de decisões e soluções.

Nesse sentido, espera-se que a aplicação dessas tecnologias conectivas participativas incremente a capilaridade de processos de mobilização cidadã e confira maior legitimidade aos espaços de ação coletiva, bem como permita a formação e a integração de uma rede de agendas de interesse compartilhado, operativas em âmbito local e extra local, incrementando a capacidade de governança e a efetividade de processos de tomada de decisão nas áreas do desastre ambiental e adjacências. Por outro lado, é de conhecimento que tecnologias conectivas ultrapassam barreiras espaço-temporais e carregam no seu bojo a possibilidade de uma maior democratização na produção e acesso à informação (SEGERBER, BENNET, 2012). Sendo assim, essas tecnologias oferecem a possibilidade de superação de barreiras institucionais, na medida que possuem a capacidade de fomentar relações em âmbito tanto interdisciplinar como interfederativo.

A implantação da tecnologia de governança participativa, em momento em que o desastre opera como conjuntura crítica, como o choque de um fator externo extremo, totalmente independente das características das populações afetadas, é propícia para o exercício de pesquisa comparativa orientada ao teste de hipóteses. Por outras palavras, o desastre é um processo exógeno e aleatório do ponto de vista das unidades afetadas, o que permite testar hipótese sobre os efeitos das condições pré-existentes. Neste caso, trata-se de averiguar os efeitos das características da sociedade civil e das capacidades estatais no plano local sobre o tipo de demandas de política pública que cada comunidade formulará nos canais de governança participativa a ser implantados.

A tecnologia de governança participativa proposta ocupa uma posição intermediária em um *continuum* de

qualidade e custo da informação e deliberação produzida. É uma tecnologia nesse espectro central que nos parece servir melhor aos desafios da reconstrução das comunidades atingidas. O *continuum* associa qualidade de informação e intensidade de participação – logo, custos de tempo para os participantes –, em um extremo, e quantidade de informação com baixa intensidade de participação – logo, menos demanda de tempo e maior inclusão do ponto de vista dos participantes –, no outro extremo.

Assim, o voto nas eleições para executivo e legislativo, como expressão quase universal da participação dos cidadãos apresenta a vantagem de uma alta inclusão, mas tem como consequência a produção muito limitada ou qualitativamente pobre. As demandas de tempo e outros recursos para os participantes são baixas, mas a deliberação desempenha um papel muito limitado e, por conseguinte, a capacidade de estimular a reflexão da comunidade é baixa. *Surveys* suprem algumas dessas limitações, mas não são propriamente participativos, e não permitem processos interativos de diálogo. A possibilidade de gerar informação qualitativa e de ampliar a cobertura para tornar representativa essa informação qualitativa aumenta significativamente seu custo, tanto para aqueles que participam, quanto para aqueles que realizam e financiam o *survey*.

No outro extremo, assembleias e mecanismos de participação direta que descansam em interações face a face permitem processos interativos mais intensos e estimulam a reflexão e a emergência de conteúdos produto dessa interação. Entretanto, para preservar essas qualidades é preciso manter as assembleias restritas a um número relativamente pequeno de participantes e para ampliar a inclusão é preciso aumentar o número de assembleias, elevando os custos da inclusão rapidamente. Também para os participantes, assembleias são mais demandantes em termos de tempo exigido para participar delas.

A tecnologia de governança participativa proposta permite simultaneamente agregar preferências de um número amplo de participantes ao mesmo tempo que estimula a reflexão e é sensível ao processo de formação de consensos que demanda tempo e interação. Obviamente, as tecnologias de governança participativa que ocupam essa posição intermediária não substituem às outras nem são superiores em si, apenas apresentam especificidades que as tornam especialmente adequadas quando é necessário combinar simultaneamente capacidade de agregação e qualidade da informação.

O uso corrente de computadores e de dispositivos tecnológicos pessoais móveis, e das tecnologias embarcadas nesses dispositivos, tem incrementado a capacidade de comunicação e de produção, publicação, distribuição e compartilhamento de informações por parte de indivíduos, agremiações e coletivos (SEGERBER, BENNET, 2012). Essas tecnologias, denominadas tecnologias de ação conectiva, tem gerado novas formas, mais ágeis e dinâmicas, de mediação e participação (SEGERBER; BENNET, 2012). O papel dessas tecnologias sociais como instrumentos de construção e articulação de fenômenos sociais emergentes é fato reconhecido por vários estudos (ELLISON, LAMPE, STEINFIELD, 2009; HAGEN, ROBERTSON, 2010; HOWARD, HUSSAIN, 2011; SEGERBER, BENNET, 2012).

O uso dessas tecnologias conectivas, conforme dito, não substitui os meios tradicionais de participação, pois essas arenas tradicionais apresentam oportunidades singulares de discussão e de produção de conhecimento (LANDEMORE, 2012), distintas daquelas oferecidas por mediação eletrônica. Sendo assim, o emprego dessas tecnologias não se sobrepõe à processos consagrados de consulta e planejamento, mas por complementaridade, podem conferir a esses processos maior efetividade e alcance social, sendo mais adequados para contextos extraordinários de desastre socioambiental.

Por superarem barreiras espaciais e restrições temporais de acesso ao engajamento individual, o uso de fóruns e espaços virtuais de comunicação e participação tem ampliado o alcance de consultas normalmente conduzidas por meio da mobilização cidadã e da promoção de espaços de ação coletiva (FUNG, 2004; FUNG, 2006). Para além da constituição de redes de engajamento, o emprego dessas tecnologias tem permitido novas formas de tematização e a formação plural e flexível de grupos sociais e políticos compartilhados (FUNG, 2006; SEGERBER, BENNET, 2012).

De modo específico, faz-se necessário identificar espaços comunitários e ponderar quanto à capacidade existente de engajamento, organização e inclusão/exclusão digital dos coletivos identificados. Isso feito, ambiciona-se constituir um processo de pesquisa cujo modo de coleta de manifestações no campo registre o arcabouço social dos grupos pesquisados em toda sua complexidade, respeitando especificidades sócio territoriais e bagagens cognitivas e epistêmicas de comunidades e seus componentes. Por fim, esse processo deverá possibilitar a captura e o registro da voz dessas comunidades em toda sua pluralidade, registrando a experiência do impacto do dano

socioambiental na tessitura cotidiana das comunidades atingidas e seus indivíduos.

Sendo assim, a presente proposta propõe-se a criar uma rede integradora tecnológico-conectiva de captura, organização e priorização de informações primárias e secundárias, oriundas do campo e, a partir dessas informações, consolidar mapas dinâmicos e/ou informações acerca de prioridades emergentes objeto de intervenção da ação pública, otimizando a destinação de recursos e a integração de ações cooperativas em âmbito interdisciplinar e interfederativo.

Do ponto visto metodológico faz-se necessário o estabelecimento de uma linha de base e o emprego de um instrumento capaz de mediar as comunidades envolvidas e as tecnologias que eventualmente utilizam. Ainda, as tecnologias utilizadas deverão permitir livre publicação de informações e associação entre indivíduos, permitindo a formação de um mosaico emergente da expressão comunitária. Diversas tecnologias já apresentam recursos que possibilitam a formação desse mosaico. Trata-se, portanto, da utilização de um conjunto de soluções tecnológicas complementares.

O desafio maior que se impõe é, uma vez estabelecida a linha de base e coletadas as informações, proceder com sua organização e priorização respeitando tanto os devires locais quanto à vontade comunitária. Para esse fim, especificamente, propõe-se o emprego de tecnologias conectivo-agregativas a exemplo de plataformas livres tais quais Stackoverflow, Reedit, Apgree, Tracfm e POP, que apresentam metodologias de coleta e priorização de manifestações individuais e de extração de leituras da manifestação coletiva. Para esta proposta, será utilizada como tecnologia social de governança a plataforma POP (Painel de Opinião Pública), disponibilizada como plataforma livre[8].

Considerando que o estabelecimento de uma rede integradora tecnológico-conectiva no território do desastre socioambiental partirá do reconhecimento e da incorporação dos espaços de representação social e das bases tecnológicas comunicacionais e informacionais lá atuantes, a plataforma a ser utilizada deverá ser passível de incorporação por parte desses espaços de representação e das suas bases tecnológicas. Para tal, a solução a ser utilizada deverá ser versátil o suficiente para incorporar aspectos identitários das diversas comunidades atingidas e também ser passível de integração e incorporação por parte da base tecnológica já instalada. Sendo assim, a plataforma a ser empregada deverá permitir não só a formação de comunidades e capturar as opiniões desses coletivos e de seus componentes, como, ainda, deverá ser passível de ser inserida em blogs, sites, páginas de redes sociais, etc. de maneira complementar, conectando e criando nexo entre esses diversos componentes do universo informacional, constituindo uma tecnologia social de governança participativa.

II.3. JUSTIFICATIVA

a) RELEVÂNCIA E ORIGINALIDADE DO PROJETO PARA AS ÁREAS TEMÁTICAS

O projeto é relevante e original porque visa a implementar tecnologias sociais de governança participativa em um contexto extraordinário, de catástrofe socioambiental, de transformação inesperada em diferentes dimensões do ambiente e nas condições de vida social, econômica, cultural e política, de destruição de populações e comunidades tradicionais, de violações diversas dos direitos humanos. Diante deste quadro extraordinário, de conjuntura crítica, os canais e mecanismos de participação e governança existentes – desde as formas tradicionais de controle social como o voto até as inovadoras instituições participativas (conselhos, conferências, comitês e audiências públicas) – tornam-se inócuos, senão insuficientes, para produzir processos inclusivos e democráticos de reconstrução das comunidades afetadas e de sustentabilidade dos instrumentos de recuperação da Bacia do Rio Doce.

A incorporação efetiva da população afetada e dos grupos sociais representativos de seus interesses no processo de construção das soluções para as diversas ordens de problemas socioambientais e socioeconômicos que impactaram a bacia do rio Doce constitui um caminho necessário para a implementação de decisões legítimas, sustentáveis e eficientes. Cabe ressaltar que, nesta proposta, serão mobilizadas especialmente as áreas prioritárias referidas aos impactos sociais – condições socioeconômicas, qualidade de vida e saneamento básico –, apontadas de modo recorrente nos relatórios preliminares de grupos de estudos como as mais relevantes, as quais receberão

[8] O POP está disponível como plataforma tecnológica desde janeiro de 2016 e pode ser utilizada stand-alone ou acoplada como um API à plataformas web, smartphone, URA e à dinâmicas presenciais. Para saber mais visite www.painelpopular.com

tratamento interdisciplinar. Nesse sentido, faz-se necessário a implementação de mecanismo de natureza participativa – uma tecnologia específica de governança – voltado a inclusão das comunidades e dos grupos sociais interessados na produção de informação de qualidade e de soluções para os problemas que subsidiarão as decisões políticas acerca da reparação dos impactos sociais na bacia. Esta tecnologia social, em um só tempo, produz o alargamento da governança e de sua legitimidade e potencializa o empoderamento da população afetada e dos segmentos sociais organizados para o exercício do controle social sobre as medidas mitigatórias e de reparação dos impactos na Bacia do Rio Doce.

A tecnologia POP (Painel de Opinião Pública) possui extensa vantagem frente a outros mecanismos de governança, porque abrange a opinião pública da população em geral e dos grupos mobilizados em grande escala, ou seja, possui grande potencial de abrangência territorial e de inclusão dos mais diversos segmentos da sociedade. Possibilita, assim, a construção de um panorama amplo acerca das decisões da sociedade civil e da sociedade em geral sobre o desastre socioambiental e as suas soluções, através da construção coletiva de informações relevantes para as ações e políticas governamentais. Outrossim, a tecnologia social proposta possui potencial de replicação para outros ambientes afetados, tendo sido executada com sucesso em outros experimentos de governança. Por fim, tal metodologia que pode ser usada de modo complementar a outras iniciativas de governança participativa.

b) CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO PARA A CONSOLIDAÇÃO DE LINHAS DE PESQUISA E/OU DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO/INOVADOR OU MESMO DE ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPG):

Esta proposta tem como foco a implementação de tecnologia social de governança participativa voltada a processos inclusivos de produção de políticas públicas, em um contexto extraordinário de relações entre sociedade civil e Estado. Por um lado, suas contribuições e impactos se referem a consolidação das linhas de pesquisa e áreas de concentração dos programas de pós-graduação a que estão vinculados os pesquisadores desta rede, interligados através da temática das interações das ações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas. Como exemplo das linhas de pesquisa com potencial de fortalecimento, podemos citar: participação, instituições e políticas públicas; tecnologias de governança; ação coletiva e Estado; estudos socioambientais, culturas e identidades; desigualdades, mobilidade social e trabalho; dentre outras.

A crescente complexidade das interações entre movimentos sociais e Estado em contextos pós-redemocratização, na qual observa-se um significativo aumento na permeabilidade estatal e novos padrões de relacionamento, interpela a capacidade explicativa das ciências humanas. Rompendo com visões dicotômicas que contrapõem institucionalização e contestação, esta proposta se nutre do diálogo interdisciplinar entre as teorias dos movimentos sociais e da sociedade civil, as teorias do Estado e das capacidades estatais e as teorias das políticas públicas, por meio do qual se busca a inovação nas abordagens teóricas e metodológicas predominantemente utilizadas pelos pesquisadores da temática da governança e de sua interface com questões socioeconômicas e culturais. Esta proposta é, portanto, fruto do amadurecimento de uma agenda de pesquisa que explora as relações entre institucionalização e contestação na conformação da sociedade civil contemporânea e de seu papel no aprofundamento da democracia, na gestão governamental e nas políticas públicas. Esta agenda busca apreender a diversidade de modos de interação entre os movimentos sociais e atores da sociedade civil e o Estado, incluindo tanto a atuação das organizações sociais por dentro das arenas institucionais (conselhos, conferências, ocupação de cargos, etc.) como o recurso a repertórios diversos de negociação e contestação (protesto, *lobby*, ocupações, formas de resistência cotidiana, etc.). Além disto, visa compreender as dimensões do Estado e das políticas públicas (capacidades estatais e setores de políticas públicas) implicadas nas interações socioestatais, analisando os elementos que favorecem a influência dos atores coletivos sobre as políticas públicas. Esta proposta, sendo de suma relevância para o desenvolvimento desta problemática, possibilitará o fortalecimento de linhas de pesquisa dos PPG envolvidos, mediante a interlocução profícua entre pesquisadores de diferentes centros de ensino e pesquisa e o debate nutrido pela diversidade intergeracional, regional e interdisciplinar dos pesquisadores da rede, além do contato com ambiente empírico bastante rico para propiciar esse diálogo.

Por outro lado, esta proposta contribui para o desenvolvimento tecnológico e a inovação nos instrumentos de governança. A tecnologia social utilizada inscreve-se como inovação no campo de governança pois apresenta características processuais raras de captura e sistematização de voz por parte de seus usuários. A metodologia utilizada permite que usuários se apropriem de competências e a partir delas compartilhem opiniões e construam

agendas de interesse comum por meio de técnicas de comparação interpessoal e medição de utilidade (SEN, 1998). Torna-se possível assim relacionar essas competências e construir agendas emergentes de interesse compartilhado. Esse padrão emergente, por sua vez, é escalável possibilitando a agremiação complexa de conjuntos de indivíduos e comunidades.

A aplicação dessa tecnologia junto às comunidades locais fomenta a colaboração e a participação igualitária uma vez que permite que não só grupos econômicos e o Estado, mas também a população em geral, organizações de trabalhadores, da sociedade civil e grupos minoritários, possam efetivamente ter sua voz registrada e sistematizada fomentando ações de governança compartilhada em âmbito local e regional.

Nesse processo, ao potencializarmos as oportunidades de participação para os diversos grupos sociais e de interesse, tornamos visível a opinião de grupos sociais e comunidades no território fortalecendo processos de *advocacy* e *accountability*. Do mesmo modo, contribuímos para ordenação e priorização de demandas sociais em campo facilitando ações de planejamento e geramos linhas de base para monitoramento e avaliação das ações em curso.

Esta tecnologia social foi apresentada em janeiro de 2013 em um painel da ODTA - Open Development Technology Alliance, no Banco Mundial em Washington. Foram exibidos resultados promissores obtidos no teste piloto de levantamento de demandas sociais realizado em 2010 nos bairros do Jardim Ângela, Capão Redondo, Vila do Sol e Parque Santo Dias, na zona sul da cidade de São Paulo. Mais informações sobre essa apresentação podem ser encontradas no endereço: https://worldbankva.adobeconnect.com/_a833642795/p459qk6adh7/?launcher=false&fcsContent=true&pbMode=normal

Para sua implementação, a plataforma tecnológica POP foi desenvolvida em linguagem Ruby-on-Rails e interface html e encontra-se plenamente funcional para emprego em ambiente web. O modelo atual constitui um MVP – *Minimal Viable Product* cuja fase de desenvolvimento é teste preliminar de campo em âmbito municipal.

c) INTERDISCIPLINARIDADE DA PROPOSTA:

Esta proposta se caracteriza pela interdisciplinaridade entre quatro áreas temáticas: Governança, Estudos socioeconômicos, Qualidade de vida e Saneamento básico. A interdisciplinaridade ocorrerá através de duas medidas principais. Primeira, pela formação de uma rede de pesquisa composta por pesquisadores atuantes nas áreas da Ciência Política, Antropologia, Sociologia, Ciências Sociais e Comunicação Social. Com apoio dos programas de pós-graduação a que estão vinculados, tais pesquisadores desenvolverão a abordagem interdisciplinar desta proposta, através da articulação entre os diversos enfoques teórico-metodológicos e das linhas de pesquisa a que estão associados, sendo: na USP e CEM-CEBRAP-NDAC, as linhas (a) tecnologias de governança e (b) ação coletiva e Estado; na UFES, as linhas (a) participação, instituições e políticas públicas e (b) estudos socioambientais, culturas e identidades; no IESP-UERJ, a linha (a) sociologia política e dos movimentos sociais e (b) desigualdades, mobilidade social e trabalho e; na UNISINOS, a linha atores sociais, cidadania e políticas públicas. A segunda medida que promoverá a interdisciplinaridade consiste na definição da área Governança como eixo transversal que perpassará todas as demais áreas prioritárias, referidas a diferentes setores de políticas públicas: à socioeconomia, à qualidade de vida (saúde) e ao saneamento básico. Especificamente, as áreas temáticas serão interligadas através da implementação da tecnologia social de governança participativa (POP), a qual produzirá informação de qualidade e com legitimidade, pois construída coletivamente pela população afetada e grupos sociais representativos de seus interesses, a respeito das áreas prioritárias que assumirão o papel de temas mobilizadores, canalizando os fóruns de debates e de formação da opinião a respeito dos problemas e das soluções envoltas à recuperação da bacia do rio Doce.

d) REGIÃO DA BACIA DO RIO DOCE QUE DEVERÁ SE BENEFICIAR COM OS RESULTADOS ESPERADOS:

Considerando a amplitude da área afetada da Bacia do Rio Doce e da complexidade do fenômeno e das soluções a serem coletivamente construídas, esta proposta toma como escopo empírico dois municípios do Espírito Santo diretamente afetados pelo desastre – Linhares e Colatina. Esta escolha deve-se aos aspectos demográficos, socioeconômicos, culturais e ambientais desses municípios. Correspondem, assim, (i) aos municípios mais

populosos da região, com mais de 100 mil habitantes, (ii) o município de Linhares, ao de maior diversidade potencial de demandas, soluções e grupos sociais envolvidos, dentre os quais populações indígenas, quilombolas, comunidades de pescadores, agricultores ribeirinhos, assentamentos, e (iii) a cidade de Colatina exclusivamente dependente da água do rio Doce para abastecimento e atividades econômicas. Metodologicamente, a adaptação e implementação da tecnologia de governança POP serão iniciadas com um *proxy* (modelo) aplicado em Linhares e, de modo subsequente, no município de Colatina, formando paulatinamente uma rede ampliada de governança em torno da área afetada e suas adjacências.

III. Objetivos Científicos do Projeto

Apresentação do objetivo geral;

Descrição dos objetivos específicos;

Observação (No item X" Cronograma e Gestão de Projeto" cada atividade deve estar associada ao correspondente objetivo específico).

III.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste projeto é implementar tecnologia social de governança participativa e analisar os padrões de governança emergentes no contexto de "conjuntura crítica" gerado pelo desastre, identificando as implicações desses padrões para as políticas de reconstrução das comunidades afetadas (especificamente nos municípios de Linhares e Colatina, no Espírito Santo). A implementação da tecnologia de governança participativa visa não apenas levantar as prioridades e preferências dos indivíduos e grupos sociais implicados, mas estimular a reflexão coletiva sobre as mesmas, fornecendo informação de qualidade para a tomada de decisão das autoridades públicas. Decisões assim informadas favorecerão a sustentabilidade das medidas sociais de reconstrução da Bacia do Rio Doce nos municípios em questão, especialmente nas áreas temáticas da socioeconomia, da qualidade de vida e do saneamento básico. A implementação da tecnologia participativa conformará parte do trabalho de campo que permitirá elaborar análises sobre as mudanças nas relações e estratégias de atuação dos atores da sociedade civil, bem como nos seus padrões de interação com o Estado.

III.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Considerando que governança democrática envolve processos de tomada de decisão e de legitimação da ação pública e que isso, por sua vez, envolve a coadunação da ação estatal com o emprego da boa técnica no atendimento do interesse público e a incorporação das populações e organizações da sociedade civil no processo de construção das demandas e soluções para os problemas socioambientais, amplo senso, faz-se necessário mapear, acompanhar e analisar as mudanças na ação coletiva e nas políticas públicas nos setores da socioeconomia, da saúde e do saneamento básico, decorrentes do desastre na Bacia do Rio Doce.
2. Identificar e acompanhar os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, ONGs, instituições religiosas e coletivos que atuam na defesa dos direitos sociais, ambientais e dos direitos humanos das populações atingidas, nos municípios de Linhares e Colatina (ES) afetados pela tragédia no rio Doce, seja os existentes sejam os emergentes pós-desastre, em seus repertórios de ação coletiva, quadros interpretativos e interação socioestatal, a exemplo do Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio, Fórum SOS Rio Doce, Fórum Estadual da Juventude Negra do ES, Centro de Defesa de Direitos Humanos, Centro de Apoio aos Direitos Humanos, Movimento Sem-Terra, Associação de Pescadores, Colônia de Pesca, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento de Pequenos Agricultores.
3. Mapear e acompanhar as diversas formas de ciberativismo e ativismo digital nas redes sociais de interação da internet (Facebook e Twitter) emergentes do contexto de tragédia socioambiental no rio Doce, seus repertórios de ação coletiva, padrões de interação social com os aliados e suas narrativas e quadros interpretativos de construção social do significado da catástrofe e das soluções correlatas, tendo em vista a sua

incorporação ao processo de governança participativa.

4. Identificar, etnografar e acompanhar os coletivos de juventude indígenas/negros/mulheres que atuam na defesa dos direitos humanos, vinculados à interseccionalidade de gênero e raça e referidos às comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas, no município de Linhares, analisando a capilaridade das organizações políticas juvenis, haja vista a consideração de sua significação da tragédia e das soluções do problema ao processo de governança.

5. Identificar e acompanhar os canais institucionalizados de participação e os mecanismos de controle social (conselhos, comitês e fóruns) que atuam em prol da recuperação da bacia do rio Doce, nos municípios de Linhares e Colatina, avaliando seus efeitos sobre as políticas públicas, a exemplo do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Comitê da Bacia do Rio Doce e do Fórum das Águas.

6. Identificar, acompanhar e analisar as ações do Estado e as capacidades estatais para mitigar as consequências do desastre e para operar as políticas públicas nos setores da socioeconomia, da saúde e do saneamento básico, quanto à normativa geral do setor de política, o organograma e funções dos órgãos em seus programas e projetos, os recursos humanos e a capacidade financeira, e sempre em face das oportunidades e constrangimentos políticos do contexto de conjuntura crítica pós-desastre.

7. Implementar a tecnologia social POP de governança participativa voltada à estimular a reflexão coletiva sobre prioridades de construção da opinião pública que possibilite a criação de soluções compartilhadas para os problemas específicos decorrentes do desastre no rio Doce, tendo como piloto o município de Linhares e, posteriormente, Colatina. Este objetivo, por sua vez, se desdobra nos seguintes objetivos ou metas:

    a. Selecionar redes de ação coletiva e promover oficinas de capacitação de lideranças e multiplicadores no uso da tecnologia POP.

    b. Desenhar em conjunto com lideranças da sociedade civil e grupos de interesse (associações, agências governamentais, etc.) a estratégia de implantação de fóruns de discussão, bem como, recortes setoriais, temáticos e territoriais, definição da participação presencial e on-line a serem adotados para o POP.

    c. Implantar fóruns de discussão (presenciais e on-line) com recortes setoriais, temáticos e territoriais, capazes de colher e priorizar a contribuição de participantes na implementação do POP.

    d. Sensibilizar populações e grupos de interesse (associações, agências governamentais, mídia, etc.) no apoio a implementação do processo, na sua divulgação e na adoção prática dos resultados para uso imediato (reconhecimento de demanda).

    e. Sistematizar processos de extração e análise de dados (relatórios).

    f. Identificar agentes receptores de informação (associações, agências governamentais, etc.) e formalizar protocolo bidirecional de troca de informações.

    g. Desenhar, implementar e formar equipe editorial e de gestão de ambiente virtual *web* (site e banco de dados) contendo (i) seção de registro e publicação de processo de pesquisa da Rede e seus resultados; (ii) seção de visualização de demandas sociais consolidadas e (iii) instrumento de disseminação eletrônica (*mailing*) de boletins (*newsletter*) de demandas sociais consolidadas.

    h. Promover seminários de discussão e disseminação de metodologias e resultados.

8. Investigar e analisar as tensões e as sinergias existentes no encontro entre os diversos atores (econômicos, sociais, estatais) nos processos de produção de políticas públicas, em especial, no que concerne aos diferentes interesses que constrangem, tensionam e amplificam as ações realizadas pela burocracia estatal nas políticas públicas.

9. Acompanhar e analisar os órgãos gestores ambientais no processo de formulação e implementação de políticas direcionadas aos danos e prejuízos causados com o desastre, sobretudo aquelas que envolvem questões de direitos humanos, sociais, ambientais e sanitárias no âmbito da bacia do rio Doce.

10. Desenvolver ações inovadoras de acompanhamento, apoio e empoderamento direcionadas aos movimentos

sociais, organizações civis, coletivos e ativistas que atuam em prol da recuperação da bacia do rio Doce e das populações atingidas, nos municípios selecionados do Espírito Santo afetados pelo desastre, bem como aos atores sociais que representam a sociedade civil nos canais institucionalizados de participação e elaboração de políticas públicas, como os conselhos, comitês e fóruns, no intuito de contribuir com sua incorporação ao processo de elaboração de soluções para os problemas específicos.

11. Contribuir com a promoção da articulação e a difusão da ação coletiva através da criação de mecanismos inovadores na sociedade civil, tendo em vista a construção coletiva de soluções para os problemas, caracterizados por novas arenas de luta social e política, por novos repertórios de mobilização, por novas formas de articulação e de propagação da ação coletiva.
12. Agenciar a capacitação dos conselhos gestores, comitês e fórum de participação institucional para a interação com o Estado e as agências governamentais e empresariais, potencializando a sua qualificação, visando o controle social dos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e fiscalização das medidas de recuperação da Bacia do Rio Doce.
13. Desenvolver o diálogo com os "núcleos de juventude" de defesa dos direitos humanos existentes, vinculados à interseccionalidade de gênero e raça, e fomentar a criação de novas bases, tendo em vista a formação de espaços de interlocução com a juventude e de potencialização de sua inserção social e política na construção de soluções para a recuperação da área atingida.
14. Analisar as transformações na ação coletiva, em face dos impactos do contexto de desastre socioambiental na reconfiguração da atuação da sociedade civil, nas formas de militância e engajamento social, bem como nos seus repertórios de interação com o Estado, em que pese tanto o padrão de ação coletiva pretérito quanto as possibilidades de inovação organizacional.
15. Qualificar se e como o desastre extinguiu ou modificou drasticamente, ou parcialmente, as chances de acesso ao Estado, bem como as pontes de acesso e comunicação entre aparelhos públicos locais e cidadania, de forma a incidir politicamente nas capacidades estatais das prefeituras, seja no sentido de fortalecer capacidades herdadas ou restituir aquelas danificadas.
16. Produzir cartilhas e cartografias sociais sobre os impactos socioambientais e a violação dos direitos humanos na Bacia do Rio Doce, de caráter público e em linguagem acessível para o acesso aos cidadãos, às escolas de educação básica, às organizações de direitos humanos e à sociedade em geral.
17. Produzir informações em linguagem audiovisual (documentário) com coletivos juvenis de defesa dos direitos humanos, referidas às comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, mediante o resgate, registro, produção e divulgação das memórias das juventudes relativas ao significado da catástrofe no rio Doce, promovendo a difusão e popularização dos resultados obtidos.
18. Incentivar entre as organizações da sociedade civil atingidas a constituição de canais de comunicação formais, os quais permitam uma continua troca de experiências de controle e gestão da Bacia do Rio Doce, o que facilitaria a constituição de redes mais duradouras, que poderão ser potencializadas pelos instrumentos de divulgação e popularização dos resultados da pesquisa.

IV. Metodologia

Descrição da estratégia de pesquisa e das técnicas e modelos adotados, tanto no desenvolvimento, quanto na análise e interpretação dos dados a serem obtidos.

Nesta proposta, o tema da Governança consiste em um eixo transversal que norteará a implementação de tecnologia social de governança participativa em setores de políticas públicas, visando a contribuir com a incorporação dos grupos sociais e das populações à definição do processo de reconstrução de suas comunidades, referente às áreas sociais da socioeconomia, da qualidade de vida e do saneamento básico. Sob esse prisma, para que isso seja possível, é preciso empregar mecanismos de pesquisa que possam dar conta da apreensão da ação coletiva nos correspondentes âmbitos de complexidade. Isso significa uma pesquisa que atue não só em âmbito local, mas também no âmbito inter-federativo, de modo interdisciplinar (multi epistêmico), criando pontes entre diversas dimensões do território e também entre as dimensões da ação estatal, da adequabilidade técnica e da

mitigação da vulnerabilidade social.

Nesta pesquisa aplicada, com foco na implementação de tecnologia social de governança participativa voltada à incorporação das populações afetadas no processo de reconstrução de suas comunidades no contexto pós-desastre, o modelo analítico assume o pressuposto de que as mudanças institucionais no Estado e nas políticas públicas, por um lado, e na sociedade civil, por outro, se correlacionam na solução de problemas que afetam a sociedade em geral. Por conseguinte, a problemática norteadora da pesquisa desdobra-se nas seguintes questões: Quais oportunidades de inovação institucional o contexto de "conjuntura crítica" pós-desastre oferece para o Estado e os atores da sociedade civil? Como age o Estado e a sociedade civil frente a contextos extraordinários de catástrofe? Quais as implicações do legado histórico das instituições do Estado e das formas pretéritas de organização da sociedade civil para a mudança institucional?

Para operacionalização da tecnologia de governança participativa POP (Painel de Opinião Pública) no modelo analítico proposto, a precisão na escolha dos casos de comunidades atingidas pelo desastre na Bacia do Rio Doce no Espírito Santo é fundamental. Essa seleção prévia contou com pesquisa exploratória realizada pelo Núcleo Participação e Democracia (NUPAD) em parceria com o Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), ambos da UFES, no período imediato ao rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco até o presente momento. Valeu-se, ainda, de estudos anteriores de pesquisadores dessa Rede sobre as comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas da área afetada, bem como do acúmulo de conhecimento dos estudiosos vinculados e de suas pesquisas a respeito da governança participativa, dos movimentos sociais e da sociedade civil e das capacidades estatais e políticas públicas.

Para efeito da presente pesquisa trabalharemos inicialmente com um *proxy* (modelo), cujos resultados poderão ser replicados em outras comunidades ou municípios adiante. Dentre os municípios atingidos Linhares foi escolhido para implementação inicial por ser um dos mais populosos da região, com mais de 100 mil habitantes, e apresentar maior diversidade potencial de demandas, soluções e grupos sociais envolvidos, dentre os quais populações indígenas, quilombolas, comunidades de pescadores, agricultores ribeirinhos, assentamentos, entre outros. A aplicação do processo de construção de uma rede de governança compartilhada nesse território permitirá integrar visões epistêmicas e territoriais distintas, apresentando assim complexidade compatível para a expansão desse procedimento nas demais fases do trabalho. Desse modo, Colatina deverá ser o município subsequente nessa construção, e assim em diante, formando paulatinamente uma rede ampliada de governança em torno da área afetada e suas adjacências.

Nesse processo, eixos temáticos transversais relacionados aos temas de pesquisa – governança, estudos socioeconômicos, qualidade de vida e saneamento básico – permitem, por sua vez, o desenho de avaliações setoriais ampliadas, compreendendo diversos territórios e comunidades.

A estratégia metodológica aspira avançar na área de desenho de pesquisa misto, por meio da combinação de métodos qualitativos e quantitativos (*mixed method research*). Assim como, mobilizará arcabouços teóricos e analíticos que, em sua diversidade, se complementarão na exploração do problema de pesquisa através de uma abordagem interdisciplinar, conforme exposto, sendo eles: teorias da governança, dos movimentos sociais e da sociedade civil, do neoinstitucionalismo histórico, das políticas públicas, teorias antropológicas e da comunicação social. No que tange aos métodos qualitativos e quantitativos, um conjunto de técnicas de pesquisa serão utilizados em três principais etapas do projeto, a saber: (1) construção do banco de dados, (2) implementação do POP-Painel de Opinião Pública e, (3) acompanhamento e capacitação. Cada haste desse tripé será aqui descrita.

1. Construção do Banco de Dados

Visando o objetivo geral de implementar a tecnologia de governança participativa POP é imprescindível a construção de um banco de dados da pesquisa, que dará subsídios ao modelo de incorporação das comunidades afetadas ao processo de reconstrução da bacia do rio Doce. Esta etapa do projeto de coleta e processamento de informações será conduzida através do uso de técnicas do método quantitativo e qualitativo. As análises quantitativas de natureza descritivas terão como base as informações censitárias, da PNAD e da MUNIC (todas pesquisas do IBGE e de acesso público), que permitirão definir o perfil sóciodemográfico, socioeconômico, de acesso a serviços, presença de conselhos participativos gestores de políticas, bem como das capacidades

administrativas instaladas nas prefeituras nos dois municípios examinados. Essas informações quantitativas serão processadas no software *SPSS Statistics,* específico para a sistematização e análise de dados quantitativos descritivos e a produção de estatísticas nas ciências sociais. Ao passo que, as análises qualitativas serão conduzidas através da aplicação de diferentes instrumentos metodológicos, a saber, entrevista em profundidade, análise documental, etnografia e análise de redes de interação na internet.

As **entrevistas em profundidade** conformam uma ferramenta mais adequada para coletar as informações sobre as ações dos movimentos sociais, dos atores da sociedade civil, das suas redes de relações e das Instituições Participativas (IPs), referente aos conceitos de repertório de ação coletiva, repertório de interação socioestatal e de enquadramento interpretativo ou frame. Bem como para levantar dados sobre o sistema de alianças dos atores da sociedade civil e da percepção dos opositores à sua causa. A entrevista será aplicada, ainda, para complementar os dados sobre capacidades estatais. Serão entrevistados diversos atores entre os militantes e dirigentes das organizações dos movimentos e associações civis, conselheiros das IPs, servidores e dirigentes públicos, ocupantes de cargos comissionado, burocratas de diferentes instituições públicas, entre outros. No que tange aos segmentos sociais organizados serão entrevistados, especialmente, atores do Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio, Fórum SOS Rio Doce, Fórum Estadual da Juventude Negra do ES, Centro de Defesa de Direitos Humanos, Centro de Apoio aos Direitos Humanos, Movimento Sem-Terra, Associações de Pescadores, Colônias de Pesca, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento de Pequenos Agricultores. No caso das IPs, serão entrevistados os conselheiros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Comitê da Bacia do Rio Doce e do Fórum das Águas. Tais grupos representativos da sociedade civil e que atuam em prol das comunidades afetadas pelo desastre foram identificados através da pesquisa exploratória previamente realizada por pesquisadores desta Rede, conquanto, outros segmentos possam ser identificados e incorporados ao banco de dados.

Por fim, as entrevistas darão base ao mapeamento do "ciclo de protestos" no Espírito Santo, repertórios de ação coletiva emergentes do contexto pós-desastre na bacia do rio Doce. Também na pesquisa exploratória pudemos verificar a extensão das ações contestatórias e de protesto público desenvolvidas por populações diretamente afetadas e por movimentos sociais e fóruns da sociedade civil apoiadores da causa. Na cronologia de eventos, preliminarmente elaborada, as ações de protesto tiveram como agentes desde indivíduos isolados até articulações entre diferentes movimentos e organizações sociais, tendo sido 90% delas protagonizadas no período de novembro de 2015 a janeiro de 2016.Os repertórios mobilizados pelos atores em contestação ao acontecimento e reivindicação de medidas reparatórias, combinaram diferentes táticas e performances de ação coletiva, sendo as mais frequentes: marchas ou passeatas, barricadas em linha férrea e rodovia, dramatização teatral da tragédia, lutas corporais e atos públicos.[9] Com base neste levantamento prévio esta proposta incorpora ao banco de dados o aprofundamento acerca das formas de ação coletiva contestatória, de modo a melhor compreender seus repertórios de ação coletiva, seus oponentes e enquadramentos interpretativos da tragédia – suas causas e soluções. Isso, pois, corresponde a um dos elementos fundamentais que caracteriza as áreas afetadas e suas perspectivas e proposições quanto as soluções para os problemas, sendo, nesse sentido, subsídio para a implementação do POP.

A **análise documental** será empregada para levantar os objetivos iniciais e a dinâmica de organização dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam na defesa das comunidades atingidas pelo desastre, a partir da coleta de documentos produzidos pelos próprios atores. A análise de documentos também será utilizada para levantar as ações das IPs (conselhos, comitês e fóruns) de reparação dos impactos na área afetada, através de suas resoluções e normativas. Por fim, essa técnica será empregada para levantar as informações sobre as capacidades estatais, isto é, sobre as agências do Estado responsáveis pelos setores de políticas públicas elencados – socioeconomia, qualidade de vida (incluso saúde) e saneamento básico –, nos municípios selecionados. Nesse caso, o foco recai sobre as normativas dos setores de políticas, programas e projetos, recursos humanos e recursos orçamentários destinados. Para esse fim, recorreremos principalmente à bibliografia secundária sobre os setores de políticas públicas específicos, complementando essa fonte de dados pelo instrumental de entrevistas com os gestores públicos.

[9] Cf. CARLOS, E.; MALINI, F.; MALINI, M.; SILVA, S. M.; PARIS, R. (2016). **Relato Rio Doce**: sociedade civil, protestos públicos e ciberativismo nas redes sociais. Vitória-ES: UFES, mimeo.

A sistematização das informações coletadas por meio das entrevistas em profundidade e da pesquisa documental, que consistem numa grande quantidade de dados qualitativos não organizados previamente conforme um conjunto delimitado de variáveis, será auxiliada pelo uso do *Software NVivo*. Com o auxílio dessa ferramenta, será possível detectar padrões, associações e tendências de forma sistemática, recortando e classificando o material em categorias de interesse da pesquisa. O propósito é auxiliar na organização do material qualitativo – ainda que as análises continuem a depender da interpretação do analista. A geração de softwares de análise qualitativa como o *NVivo* promove a elevação das possibilidades de controle da validade e confiabilidade das inferências. Ao passo que, a aplicação do *software Ucinet* possibilitará a produção de sociogramas das interações entre os atores sociais, tanto no interior de suas redes de relações, quanto dos seus vínculos com atores governamentais e institucionais.

A **etnografia** soma-se em registro qualitativo às demais técnicas na construção do banco de dados sobre as formas de organização política e social das comunidades afetadas, que dará suporte à implementação do POP. A etnografia busca captar, a partir da experiência da relação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, os significados que tais sujeitos atribuem às suas ações (PEIRANO, 1995). Ao enfocar os coletivos quilombolas e indígenas - populações com histórico amplo de ofensas, racismos de toda a ordem e processos de invizibilização social e política através de categorias tais como pobres, desqualificados para o trabalho, desorganizados, sem interesse na vida política -, está em jogo a capacidade de descrever as maneiras pelas quais tais grupos exercem sua agência na vida política e civil. Neste projeto, a pesquisa etnográfica será desenvolvida junto aos coletivos juvenis indígenas e quilombolas, a partir de temas comuns (socioeconomia e saneamento básico, por exemplo), mas que suscita soluções e interpretações distintas do problema. Ao acompanhar as agendas políticas e os diferentes percursos que tais agentes desenvolvem, pretende-se descrever não apenas "como" os indígenas e quilombolas elaboram seus espaços de participação política, mas os próprios significados da política por eles exercidos. O contexto de construção social do desastre na bacia do rio Doce suscita em primeiro lugar, a elaboração de critérios de mobilização em busca de direitos, o que remete a organização de agências políticas na definição das identificações étnicas. Em segundo lugar, o desastre é uma maneira de objetivação do conflito social e ambiental que perdura por muitas décadas na região, mas que sempre é reposto nos debates sobre a construção do direito e as relações de poder entre indígenas e quilombolas. Nesta proposta, a etnografia permitirá descrever os instrumentos de participação política entre os jovens das comunidades quilombola de Degredo e da comunidade indígena Tupiniquim de Comboios, no município de Linhares (ES) e adjacências, no intuito de contribuir para a incorporação de sua significação do desastre e das suas soluções no processo de governança participativa. Nesse sentido, através da etnografia buscamos descrever e compreender de quais maneiras os jovens indígenas e quilombolas participam da vida política que os cercam, do acesso às políticas públicas e das formas de mediação que eles desenvolvem nos diferentes espaços sociais, fomentando o debate sobre a inserção desses jovens no planejamento e mitigação dos impactos do desastre.

Por fim, o banco de dados da pesquisa será enriquecido através de recursos metodológicos da **Análise de Redes de Interação (ARI)**. Na pesquisa exploratória realizada por pesquisadores desta proposta investigou-se o ativismo digital ou ciberativismo nas redes sociais da internet, mobilizado em defesa das populações afetadas pelo desastre na bacia do rio Doce. Os dados preliminares demonstraram que as redes sociais foram utilizadas para obtenção de informações, demonstração de opinião e articulação da sociedade civil, seja em redes de solidariedade para aquisição de doações aos atingidos seja de confronto e contestação à empresa Samarco/Vale/BHP[10]. É considerando a importância das redes sociais nos processos de formação da opinião e de mobilização social e política que este componente da pesquisa se justifica, sendo parte essencial na construção do banco de dados a partir do qual se estruturará o POP.

Nesta proposta, o ativismo digital será examinado nas redes sociais do Facebook e Twitter, a fim de subsidiar os processos de governança participativa do POP na sustentabilidade da recuperação da bacia do rio Doce. Serão analisados os dados do período pós-desastre até a composição do banco de dados do POP, mediante as coletas de dados nessas redes sociais pelos *softwares* criados pelo LABIC-UFES. No caso do Facebook, serão permitidos coleta de posts, comentários e *likes* fornecidos no âmbito de páginas, grupos de discussão e eventos públicos, com o uso do aplicativo da plataforma – o *Netviz*. Precede a realização da etapa da coleta de dados no Facebook o mapeamento de páginas, eventos e grupos de discussão abertos, através de processos automatizados de busca

[10] Cf. CARLOS, E.; MALINI, F.; MALINI, M.; SILVA, S. M.; PARIS, R. (2016). **Relato Rio Doce**: sociedade civil, protestos públicos e ciberativismo nas redes sociais. Vitória-ES: UFES, mimeo.

guiados por palavras-chave. Já no caso do Twitter, as extrações poderão ser realizadas de qualquer conta de usuários na rede, com volume e tempo limitado.Ou seja, no Twitter as limitações das coletas não estão na tipificação da conta do usuário, mas no tempo de permanência de informações do usuário na plataforma e no volume de tweets e retweets máximo permitido em uma única coleta. As coletas nessa última rede podem ser feitas tanto com o uso de contas de usuários específicos (@) quanto por meio de palavras-chaves. Todas as informações extraídas na etapa de coleta de dados serão organizadas em formato de banco de dados, envolvendo processos de tratamento e organização, os quais serão posteriormente sistematizados em formato de gráficos, quadros e tabelas estatísticas com o uso de programas como o *Excell* e o *SPSS Statistics*. Para a análise das interações produzidas pelos atores sociais ou páginas do Facebook e Twitter será utilizado o *software Gephi*. A partir desse programa os dados serão visualizados em "grafos", ou seja, serão transformados em nós (pontos centrais da rede que destacam os usuários de maior interação) e arestas (linhas de conexão entre esses pontos) que se conectam e condensam entre si, permitindo um aprofundamento no entendimento do panorama das relações que se constituem nas redes sociais envolta ao desastre na bacia do rio Doce.

Na análise geral, resta assinalar que os dados provenientes dos variados instrumentos metodológicos, quantitativos e qualitativos, aplicados na construção do banco de dados receberão tratamento integrado e interpretação interdisciplinar. No caso dos dados sobre sociedade civil, capacidades estatais e setores de políticas públicas, coletados por meio de entrevistas e da pesquisa documental, os mesmos serão agrupados em torno de temas, a fim de verificar a triangulação das evidências e promover a validação dos resultados a partir de linhas convergentes de investigação (YIN, 2005). Ao passo que, as informações oriundas da pesquisa etnográfica e da aplicação de análise de redes de interação farão uso de métodos de análise próprios. De modo geral, os dados provenientes do banco de dados serão analisados com base na articulação das abordagens disciplinares e teóricas aplicadas e integrarão o processo de produção de relatórios analíticos e da redação do relatório final.

2. Implementação do POP (Painel de Opinião Pública)

Considerando o exposto, para os objetivos de implementar a tecnologia social de governança participativa a plataforma POP deverá ser utilizada.

a) Descrição

O POP é uma tecnologia social desenhada para apoiar processos de governança e gestão colaborativa. Ele permite que usuários formem comunidades de discussão (fóruns) e convidem participantes para criar agendas de interesse compartilhado. Através de seu uso, o POP permite a construção de uma rede multiescalar e multitemática de fóruns de discussão e de priorização integrada de propostas.

O POP funciona assim: após entrar em uma comunidade, propostas realizadas pelos usuários são registradas e publicadas anonimamente em um fórum em formato de lista. Demais participantes poderão visualizar este fórum e aqueles pertencentes à comunidade de discussão poderão apoiar, compartilhar ou vetar as propostas lá existentes, ou fazer novas propostas. Essas ações, por sua vez, promoverão alterações na ordem das propostas na lista originalmente publicada. Propostas mais votadas possuem prevalência e são posicionadas mais próximas ao topo da lista.

Cada usuário pode fazer um número limitado de ações por dia induzindo os participantes a escolher quais propostas irão apoiar, compartilhar ou vetar, ou que propostas irão fazer, prioritariamente, a cada dia. As votações são contabilizadas diariamente, e de maneira cumulativa, atualizando a lista de proposições coletivas. Se por um lado, votações diárias garantem a formação de consensos momentâneos, por outro, a contabilização cumulativa permite que agendas minoritárias ganhem expressão por acúmulo de manifestações ao longo do tempo.

A disponibilização permanente de resultados permite que usuários testemunhem o comportamento coletivo em relação aos temas discutidos. Isso, por sua vez, influencia o processo de votação em ciclo contínuo tornando o POP um monitor em tempo real da opinião preferencial dos agentes envolvidos.

Essa metodologia permite, portanto, que grupos se expressem, visualizem e priorizem suas necessidades coletivamente, sem interferência externa e/ou representantes, mas por participação direta. Por sua vez, essa

metodologia promove a auto-gestão de divergências pela oferta de possibilidades de encaminhamento (parcialmente) consensual de conflitos.

Usuários podem criar e participar de fóruns comunitários livremente. Fóruns podem receber ainda recortes temáticos e/ou territoriais, e serem mais ou menos abrangentes. Ainda, listas com contabilizações semanais ou mensais revelam propostas emergentes, enquanto listas consolidadas mostram resultados de votações mais perenes.

Neste processo, ciclos sucessivos de colaboração promovem a formação e a interação entre múltiplos grupos de interesse. Isso faz emergir um sistema complexo de espaços de compartilhamento de opiniões emergentes, sensíveis e responsivas a contextos culturais, territoriais e ambientais.

Passível de utilização por meio de smartphones, computadores e tablets, o POP é um sistema de informação web passível de incorporação por diversos ambientes eletrônicos, tais quais blogs, sites, páginas de redes sociais, etc.

b) Procedimento de implantação

A presente metodologia de implementação do POP foi baseada nos procedimentos previstos nos manuais SEAT – Social Economic Assessment Toolbox, da mineradora Anglo American Inc e os aperfeiçoa. Tal cuidado tem como objetivo, por um lado, oferecer padrões internacionalmente reconhecidos de coleta e tratamento de informações para gestão social de áreas ambientalmente vulneráveis, e por outro, permitir uma possível sinergia com o setor de mineração uma vez que essas informações poderão ser aproveitadas de imediato para elaboração de práticas e políticas de desenvolvimento social, sejam elas de natureza pública ou privada.

As etapas de implantação e operacionalização da plataforma de governança participativa seguem descritas e foram concebidas para ser implementadas paulatinamente, região à região. Em cada região, as ações devem ter como foco municípios, sempre conjugados a territórios de entorno e adjacências, para servir de exemplo para os demais munícipios. Esse procedimento deverá formar inicialmente uma rede capilar, e posteriormente uma semi-trama (rede rizomática).

As comunidades e populações a serem mobilizadas para o processo de fortalecimento institucional e de formação de rede de governança compartilhada, por sua vez, dialogam com os processos de entrevista em profundidade, etnografia e ARI, acima descritas.

Essas etapas preliminares fornecerão um mapa cultural e etnográfico da região incluindo o mapeamento da cultura digital instalada. Esses elementos, por sua vez, são fundamentais para o planejamento e implementação do sistema de leitura territorial e governança almejados. Essa fase é essencial também para avaliar a disponibilidade de uso de tecnologias on-line e possíveis dificuldades nesse sentido. Vale sublinhar que apesar do POP ser uma metodologia desenvolvida basicamente em ambiente virtual, ela se articula e combina com dinâmicas presenciais em fóruns e tem a capacidade de se adaptar em diferentes situações, permitindo a ampliação da etapa presencial, em relação a etapa on-line, sempre que for necessário. Ademais, essas etapas de planejamento deverão fornecer subsídios para o desenho de fóruns específicos de discussão relacionados às áreas temáticas aqui contempladas - socioeconomia, qualidade de vida (saúde) e saneamento básico. Surgirá dessa pesquisa preliminar, adicionalmente, um registro das instituições atuantes na área, entidades também a serem considerados no desenho do sistema de governança, inclusive para suprir alguma deficiência em termos de acesso a equipamentos para uso da plataforma POP e estudar formas de disponibilização destes em ambientes existentes, tais como escolas, unidades de saúde e centros comunitários ou sede de associações de moradores.

A articulação dessas fases de trabalho, apesar de consequentes, uma depois da outra, é de certa maneira orgânica. Isso quer dizer que há sobreposição entre essas etapas e também compartilhamento parcial de equipes.

Desse modo, no que toca a implantação do POP, são previstas as seguintes ações por região, compreendendo município polo e adjacências:

1. Identificação do ambiente de intervenção (coleta de informação primária)
    a. Matriz econômica e papel regional
    b. Principais fontes de receita

   c. Demografia
   d. Dano ambiental e suas consequências
2. Reconhecimento local
   a. Identificação de grupos de interesse e comunidades - etnografia
   b. Identificação de bens intangíveis, cultura e identidade
   c. Dano ambiental e suas consequências (reconhecimento local)
3. Engajamento com grupos de interesse (reconhecimento e visita de agências governamentais)
   a. Identificação de lideranças da sociedade civil
      i. Apresentação do projeto
      ii. Entrevista qualitativa
   b. Identificação de infraestrutura tecnológica de comunicação e informação
   c. Desenho colaborativo de estratégia de coleta de dados
   d. Planejamento de atividades de capacitação
4. Engajamento com grupos de interesse (capacitação, planejamento e implantação da plataforma)
   a. Planejamento e agendamento de oficinas
   b. Realização de oficinas de capacitação de lideranças
   c. Elenco e capacitação de agentes multiplicadores
   d. Implementação de sistema em comunidades e estabelecimento de linha de base
   e. Estabelecimento das bases da rede de integração (eixos temáticos)
5. Levantamento de dados (acompanhamento de plataforma em operação e da atuação de multiplicadores)
   a. Levantamento de prioridades por comunidade e região
   b. Levantamento de prioridades por eixo temático ou regional
   c. Mapeamento de conflitos de interesse e convergências
   d. Desenvolvimento de indicadores sociais
   e. Planejamento de relatórios: apoio à mediação de conflitos, ações programáticas e à capacidade governança e gestão
6. Engajamento com grupos de interesse (reuniões locais de devolutiva / avaliação de meio termo)
   a. Apresentação devolutiva
   b. Compartilhamento de experiências
   c. Elaboração de documento público
      i. Prioridades de atuação por território e por eixo temático
      ii. Conflitos e sinergias
   d. Mediação e encaminhamento
7. Implementação de central de informações
   a. Emissão periódica de relatórios: apoio à mediação de conflitos, ações programáticas e à capacidade de governança e gestão
8. Reforço de capacitação de agentes locais para manutenção das atividades 4 a 6, em ciclo contínuo
9. Manutenção da plataforma

10. Avaliação final em campo
11. Seminário para disseminação de resultados

c) Resultados e métricas

As dimensões oferecidas pelo sistema POP são as seguintes:

1. Fóruns de discussão e de priorização de propostas
    a. Por comunidade
    b. Por região e/ou território
    c. Por assunto ou tema
    d. Associativas, compreendendo associações de comunidades

Extrações customizadas de dados permitem ainda a construção de operações booleanas entre esses conjuntos (união, subtração e intersecção) permitindo uma análise avançada das preferências e necessidade dos indivíduos e grupos que alimentam o *dataset*. O mesmo se aplica no que toca a análise da evolução dinâmica das votações e da formação de agendas de interesse compartilhado.

2. Totalizações por período (listas de prioridades de cada fórum extraídas por período):
    a. Semana
    b. Mês
    c. Bimestre
    d. Semestre
    e. Ano
    f. Acumulado

As métricas decorrentes dessas dimensões são:

1. Distribuição de preferência de propostas por fórum, território, período e tema
2. Distribuição de preferência de temas por fórum, território e período
3. Relação voto/proposta por fórum, território, período e tema
    a. Voto/proposta >1 : consolidação de agenda
    b. Voto/proposta <1 : debate
    c. Voto/proposta = 1: disputa (para n > média)
    d. Voto/proposta = 1: irrelevância (para n < média)

De modo especifico, é esperado do presente processo de pesquisa os seguintes resultados:

1. Espaços de ação coletiva identificados;
2. Fóruns POP nos espaços de ação coletiva correspondentes implantados;
3. Relatórios periódicos de dados com consolidação de prioridades por assunto, tema, região, período, grupo social ou arranjo comunitário emitidos;
4. Plataforma de governança social compartilhada implantada;
5. Rede de governança social compartilhada atuante;

3. Acompanhamento e capacitação

Descrevemos a seguir a estratégia (e técnicas) de fomento, acompanhamento e capacitação previstos neste

projeto, que serão ligadas à metodologia descrita no item anterior, isto é, são procedimentos metodológicos que se destinam a divulgar e consolidar a tecnologia social de governança participativa, implantada através da plataforma POP. Entendemos que a construção do banco de dados sobre a vida associativa, as formas de ação coletiva e a tessitura estatal permitirá a identificação dos atores e seus perfis e, com isso, o desenvolvimento de atividades de sensibilização sobre a plataforma e seu potencial para a criação de soluções coletivas e democráticas para os problemas específicos decorrentes do desastre no rio Doce.

As ações de acompanhamento e capacitação se voltam a todos os atores sociais que o projeto objetiva incorporar nesta forma de governança ampliada – as organizações da sociedade civil como os grupos de interesse, associações, movimentos, sociais, ONGs, instituições religiosas, coletivos de juventude, indígenas, negros, mulheres, ativistas digitais, dentre outros, que atuam na defesa dos direitos sociais, ambientais e dos direitos humanos das populações atingidas pela tragédia no rio Doce.

Estas ações se voltam também ao fortalecimento de canais institucionalizados de participação e mecanismos de controle social (conselhos, comitês e fóruns) que atuam em prol da recuperação da bacia do rio Doce.

As organizações, grupos e canais participativos aos quais se voltam estas ações podem ser preexistentes à implementação do projeto ou surgidas durante a sua implementação, especialmente em decorrência da implantação da plataforma POP.

Tratamos aqui especialmente dos objetivos específicos relacionados a esta etapa, visando o desenvolvimento de ações de acompanhamento, apoio e empoderamento direcionadas aos grupos acima listados.

São previstas as seguintes ações:

1. Produzir série de cartilhas abordando: a) os impactos socioambientais das ações das mineradoras; b) mecanismos de controle social sobre as políticas públicas; c) a importância da participação cidadã na governança participativa; d) funcionamento da plataforma POP; e) resultados de pesquisa sobre o tecido associativo e as capacidades estatais locais. As cartilhas terão linguagem acessível aos cidadãos, às organizações da sociedade civil, às escolas de educação básica, e à sociedade em geral. Também trarão metodologias de aplicação de seus conteúdos em atividades organizadas pelas comunidades para que estas possam ser replicadas autonomamente e incluirão ferramentas didáticas como jogos, dinâmicas e outros elementos para a dinamização da apreensão dos conteúdos trabalhados.
2. Produzir materiais didáticos em formato audiovisual (20 min): a) relativo ao significado da catástrofe no rio Doce, em seus impactos ambientais e sociais, destacando as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, mediante o resgate e registro da memória destas comunidades; b) sobre governança e mecanismos de controle social de políticas públicas dentre os quais a Plataforma POP e suas possibilidades. Estes materiais serão utilizados tanto nas capacitações das comunidades quanto para a difusão nas mídias sociais.
3. Desenvolver encontros, oficinas de debate e cursos de capacitação que visem sistematizar, ampliar e fortalecer o conhecimento dos atores sociais, utilizando os recursos pedagógicos acima relacionados (cartilhas e áudio visuais), tendo como objetivo difundir o conteúdo produzido e compilado no âmbito do projeto, socializando e difundindo os resultados de pesquisa.
4. Potencializar o alcance da difusão das informações, ao introduzir as ações de capacitação que terão como objetivo preparar os participantes para replicarem o conteúdo e as metodologias aprendidas em outros contextos. Trata-se de uma atividade de sensibilização com formato dialógico estabelecido entre o responsável por ela e a comunidade reunida que se valha dos materiais audiovisuais supramencionados.
5. Introduzir encontros sistemáticos de monitoramento e acompanhamento durante os 4 anos de vigência do projeto, de modo a registrar eventuais dificuldades e buscar soluções, inclusive as coletivas.

O dimensionamento e o planejamento destas ações de acompanhamento e capacitação deverão ser melhor detalhados a partir da identificação dos atores sociais relevantes e atuantes no processo, e buscando a sua contribuição acerca de formatos, métodos, duração e calendário de ações.

V. Principais publicações anteriores da equipe relacionadas ao tema do estudo.

INSTITUIÇÃO EXECUTORA – USP

Prof° Dr° ADRIAN GURZA LAVALLE (coordenador geral)

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA, E. (2015), Representación y participación en la crítica democrática. **Desacatos** (CIESAS). , v.49, p.10 - 27.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, p. 157-187..

GURZA LAVALLE, A.; BARONE S.L. (2015), Conselhos, Associações e Desigualdade. In: **Trajetórias das desigualdades - Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**.1a ed.São Paulo : UNESP/ CEM, p. 51-76.

GURZA LAVALLE, A. (2015), Representatividade e representação democrática - Falso problema ou dualidade constitutiva In: **O papel da teoria política contemporânea - Justiça, constituição, democracia e representação**.1 ed.São Paulo : Alameda, p. 291-320.

ISUNZA, E.; GURZA LAVALLE, A. (2015), **El control democrático del Estado en Latinoamérica. Ciudad de México** : Desacatos, número temático como editor convidado, p.205.

ISUNZA, E.; GURZA LAVALLE, A. (2014), Controles democráticos, participación y representación. In: **La representación política de cara al futuro: desafíos para la participación e inclusión democráticas en México**.1 ed.Tijuana, México : EL Colégio de la Frontera Norte, p. 47-73.

GURZA LAVALLE, A.; ZAREMBERG, G. (2014), Más allá de la representación y del clientelismo: hacia un lenguaje de la intermediación política. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v.58, p.19- 49, 2014.

GURZA LAVALLE, A. (2014). NGOs, Human Rights and Representation. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.11, p.293-304.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. (2014), Origens da Política Nacional de Participação Social: Entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 1, p. 91.

GURZA LAVALLE, A.; ROMAO, W.; M.; ZAREMBERG, G. (2014), Partidos políticos e innovación democrática: más allá de purezas y perversiones. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. , v.59, p.21 - 53.

GURZA LAVALLE, A.; BÜLLOW, M. v. (2014). Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. **Política & Sociedade**, v.13, p.125 - 165.

GURZA LAVALLE, A.; SYDENSTRICKER NETO J; ANDRADE J; VITALE D.; BRAATHEN E.; BATATA, A. (2013), Urban Chances in Brazil - Cities Report: Guarulhos, Salvador and Rio de Janeiro. **Chance to Sustain Working Papers**, v.1, p.1 - 38.

GURZA LAVALLE, A.; BUENO, N. S. (2013), A tese da ONG-uização e as mudanças na sociedade civil na América Latina: Cidade do México e São Paulo In: **ONGs - Novos vínculos entre a sociedade e o Estado**.1 ed.Rio de Janeiro : 7 Letras, p. 281-328.

GURZA LAVALLE, A.;.; ISUNZA, E. (2013), Participação e controle social In: **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas**.1 ed.São Paulo : Annablume, p. 349-358.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA, E. (2012), Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. **Novos Estudos**, CEBRAP, v.92, p.105 - 121.

GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, G. (2012), A construção política das sociedades civis In: **O Horizonte da política - Questões emergentes e agendas de pesquisa**.1a ed.São Paulo : UNESP, 2012, p. 185-259.

GURZA LAVALLE, A.; A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. (2012), Movimentos sociais e articuladoras no associativismo do século XXI In: **São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política**.1a ed.São Paulo : Editora 34 e CEM, 2012, p. 253-275.

GURZA LAVALLE, A.; BUENO, N. S. (2012), Sociedade civil e intermediação política - Associações de bairro e ONGs em duas metrópoles latino-americanas In: **Redes sociais no Brasil - Sociabilidade, organizações civis e políticas**

públicas.1a ed.Belo Horizonte : Fino Traço e Centro de Estudos da Metrópole, p. 173-210.

GURZA LAVALLE, A. (2012), **O Horizonte da política - Questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo**. UNESP, v.1000. p.383.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA, E. (2011). A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, v.84, p.95 - 140.

GURZA LAVALLE, A. (2011), **Após a participação**. Organização de número temático como editor convidado, **Lua Nova**. , v.84, p.364.

GURZA LAVALLE, A. (2011), O estatuto político da sociedade civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo. Textos para discussão CEPAL/IPEA , v.28, p.7 - 40.

GURZA LAVALLE, A.; BUENO, N. S. (2011), Waves of Change Within Civil Society in Latin America: Mexico City and Sao Paulo. **Politics & Society**, v.39, p.415 - 450.

GURZA LAVALLE, A. (2011), Civil Society Representation in São Paulo In: **Accountability Trhough Public Opinion - From Inertia to Public Actioon**. Washington: World Bank, p. 389-401.

GURZA LAVALLE, A. (2011),; Participação: valor, utilidade, efeitos e causa In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: Estrategias de avaliação ed.Brasília : IPEA, v.7, p. 33-42.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. (2010), Los agentes colectivos del control social. La doble faz de la accountability societal: Ciudad de México y São Paulo In: La innovación democrática en América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social ed.México : CIESAS-Universidad Veracruzana, p. 407-445.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA, E. (2010), Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática In: **La innovación democrática en América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social.** México : CIESAS-Universidad Veracruzana, p. 17-82.

GURZA LAVALLE, A.; BUENO, N. S. (2010) Civil society organizations in two Latin American metropolises. **Textos para Discussão CEM**, v.2010, p.01 - 52.

GURZA LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. (2010). Civil Society¿s Claims to Political Representation in Brazil. **Studies in Comparative International Development**. , v.45, p.43 - 77.

ISUNZA, E GURZA LAVALLE, A. (2010), **La innovación democrática en América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social**. México : CIESAS-Universidad Veracruzana, p.445.

Drª MAIRA RODRIGUES (pesquisadora associada)

RODRIGUES, M. (2011), Trabalhando juntos – Identificação de Lideranças Locais e Implementação de Estratégias de Governança Colaborativa. In: Oliveira, G. (org.). **Transformação cultural em grandes corporações: Sustentabilidade, Regulação e Foco no Cliente – O Caso Sabesp**. São Paulo: Publicação Sabesp.

RODRIGUES, M. (2014), Collective Action in Forums of Collaborative Governance in Sabesp´s Clean Stream Program, Programa Córrego Limpo, in São Paulo, Brazil. **Digital Library of the Commons**. https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/9391/paper%20WOW5_English_MR_correction.pdf?sequence=4, Bloomington, Indiana - EUA. Junho de 2014. 26 págs.

RODRIGUES, M. (2015), A efetividade da participação em fóruns de governança colaborativa da Sabesp: uma proposta teórico-metodológica comparativa. **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, jun., p. 79-108.

RODRIGUES, M. (2015), Governança Colaborativa na Sabesp: interação socioestatal na gestão de córregos urbanos. **Anais do XXXIII International Congress of the Latin American Studies Association – LASA**. San Juan, PR – EUA. Maio de 2015. 19 págs.

RODRIGUES, M. (2016). **Implementando a participação: interações estatais e socioestatais no Programa Córrego Limpo da Sabesp.** Tese de Doutorado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política – FFLCH/USP. São Paulo.

GURZA LAVALLE, Adrian; BRAATHEN, E.; RODRIGUES, Maira. (2011), Brazil: the role of urban governance institutions in reducing poverty. **Anais do Rethinkig Development in an Age of Scarcity and Uncertainty, Congress of European Association of Development Research and Training Institutes – EADI**. York – Inglaterra. Setembro.

GURZA LAVALLE, Adrian; RODRIGUES, Maira; GREGHI, T. (2012), An outside view: Councils in Brazilian structure of participatory governance. **Anais do I Forum da ISA: Social Justice & Democratization.** Buenos Aires – Argentina, Agosto.

INSTITUIÇÃO COLABORADORA ASSOCIADA 1 – UFES

Profª Drª EUZENEIA CARLOS DO NASCIMENTO (coordenadora da instituição 1)

CARLOS, Euzeneia. (2015), Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), v. 30, n. 88, jun., p. 83-99.

CARLOS, Euzeneia. (2015), **Movimentos sociais e instituições participativas**: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 464p.

CARLOS, Euzeneia. (2015), Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. **Interseções**, v. 17, jun., p. 15-53.

CARLOS, Euzeneia. (2014), Mudanças e continuidades no movimento de direitos humanos: padrões organizacionais, relacionais e discursivos. **Opinião Pública**, 20, 3, p. 450-79.

CARLOS, Euzeneia. (2015), **Controle social e política redistributiva no orçamento participativo**. 2. ed. Vitória: EDUFES, 221p.

CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, O. P.; ROMAO, W. M. (Orgs.). (2014), **Sociedade civil e políticas públicas**: atores e instituições no Brasil contemporâneo. 1. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, 310p.

CARLOS, Euzeneia. (2014), Engajamento institucional, mudanças e continuidades na ação coletiva: o movimento popular e o ambientalista no Espírito Santo. In: ____; OLIVEIRA, O. P.; ROMAO, W. M. (Orgs.). (2014), **Sociedade civil e políticas públicas**: atores e instituições no Brasil contemporâneo. 1. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária.

CARLOS, Euzeneia. (2014) Movimentos sociais, engajamento institucional e seus efeitos: estudo de casos no Espírito Santo. **Revista Democracia e Participação**. Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), v.1, p.97 - 132.

CARLOS, Euzeneia. (2011a). Associativismo e desenho institucional no orçamento participativo da região metropolitana do Espírito Santo. **Unisinos** Revista de Ciências Sociais, v. 47(2), p. 116-128.

CARLOS, Euzeneia. (2011b). Movimentos sociais: revisitando participação e institucionalização. **Lua Nova** Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 48, p. 118-130.

CARLOS, Euzeneia. (2011c). Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Sociologia e Política**, Curitiba/PR, v. 19, n. 39, p. 153-166.

CARLOS, Euzeneia. (2010). O Orçamento Participativo em Vitória-ES: sob o signo de diferentes visões ideológico-normativas In: Participação social na gestão pública: olhares sobre a experiência de Vitória-ES.1 ed.São Paulo/SP: AnnaBlume, p. 224-250.

CARLOS, Euzeneia. (2007), **Controle social e política redistributiva no orçamento participativo**. 1ª ed. Vitória: EDUFES, 221p.

CARLOS, Euzeneia; SILVA, Marta Zorzal. (2006). Associativismo, participação e políticas públicas. **Politica & Sociedade**, v.5, p.163 - 194.

CARLOS, Euzeneia. (2006) Participação e cultura política no orçamento participativo. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais (Impresso). v.6, p.131 - 154.

Profª Drª LUCIANA ANDRESSA MARTINS DE SOUZA (pesquisadora associada)

SOUZA, L. A. M. (2015). Do local para o nacional: o Orçamento Participativo (OP) e a institucionalização da participação popular ao longo da história do Partido dos Trabalhadores (PT). **Interseções (UERJ)**, v. 17, p. 251- 272.

SOUZA, L. A. M. (2014). As relações entre os atores políticos locais nas arenas eleitoral, governamental e legislativa na implementação, continuação e auto-reprodução do Orçamento Participativo. In: CARLOS, E.; OLIVEIRA, O. P.; ROMÃO, W. M. **Sociedade Civil e Políticas Públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Chapecó (SC): Argos, p. 349- 384.

SOUZA, L. A. M. (2011). Orçamento Participativo e as novas dinâmicas políticas locais. **Lua Nova (Impresso)**, p. 245-285 .

Profº Drº SANDRO JOSÉ DA SILVA (pesquisador associado)

SILVA, S. J. Jongos e Cultura Negra no Brasil: um estudo sobre religiosidade e política. **Hombre Y desierto**. v.18, p.72 - 88, 2015.

SILVA, S. J. "Vou falar a verdade": A produção das identidades sociais nos contextos de Audiências Públicas. **Confluencias**. v.15, p.154 - 178, 2013.

SILVA, S. J. Apresentar e representar: os jongos e caxambus capixabas. **Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária**. v.02, p.01 - 19, 2014.

SILVA, S. J. Cafundó: Os desafios da liberdade são todos os dias. In: **Negritude, Cinema e Educação**: Caminhos para a implantação da lei 10.639/2003. Volume III.3 ed. Belo Horizonte: MAZZA edições, 2013, v.III, p. 100-125.

SILVA, S. J. **Cartografia social das comunidades quilombolas e do carvão no sapê do norte**, 2013, v.01. p.32.

SILVA, S. J. O regime de Comodato como empecilho aos direitos dos quilombolas. **ACENO** Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 2016.

SILVA, S. J. Quilombolas and Citizens: National Projects and the Right to Land in Brazil. **African and Black Diaspora**: An International Journal, 2016.

SILVA, S. J. Situações de conflitos nos Quilombos do Sapê do Norte: Direitos Humanos e criminalização In: **Caderno de debates** Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos.1 ed. Manaus: UEA Edições, 2012, v.1, p. 134-146.

Profº Drº FABIO MALINI (pesquisador associado)

MALINI, Fabio. Literatura, Twitter e Facebook: a economia dos likes e do RTS dos usuários fãs de literatura brasileira nas redes sociais. Revista Observatório Itaú Cultural, v. 17, p. 204233, 2014. 2.

MALINI, Fabio; ANTOUN, H. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. 1. ed. Porto Alegre: Editortia Sulina, 2013. 278p .

ANTOUN, H. ; MALINI, Fabio . Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet. Revista Fronteiras (Online), v. 14, p. 6876, 2012. 3.

ANTOUN, H. ; MALINI, Fabio. Ontologie de la liberté dans le Réseaux: la guerre des récits sur l´internet et la lutte sociale dans la démocratie. Multitudes (Paris), v. Aout, p. 187 199, 2010. 4.

MALINI, Fabio; ANTOUN, H . Mobilização nas Redes Sociais: a narratividade do #15M e a democracia na cibercultura. In: Erick Felinto. (Org.). Cibercultura em Tempos de Diversidade Estética, Entretenimento e Política. 1ed.Sao Paulo: Andarco, 2013, v. , p. 193-212.

MALINI, Fabio. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. In: Henrique Antoun. (Org.). Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. 1ed.rio de janeiro: Mauad, 2008, v. 1, p. 83-100.

LAPA, A. ; COELHO, I. ; RAMOS, V. ; MALINI, Fabio. A Research Design for the Analysis of Contemporary Social Movements. In: th International World Wide Web Conference (WWW 2015), 2015, Florença. Proceedings of the the 5th Workshop on Making Sense of Microposts, 2015. v. 1395. p. 3842.

REGATTIERI, L. ; MALINI, Fabio ; MEDEIROS, J. . The Use of Modularity Algorithms as part of the Conceptualization of the Perspectival Form in Large Networks. In: Datawiz, 2014, Santiago. Datawiz, 2014. v. 1. 4. MALINI, Fabio; REGATTIERI, L. ; HERKENHOFF, Gabriel . MarcoCivil: Visualizing the Civil Rights Framework for the Internet in Brazil.. In: Datawiz, 2014, Santiago, Chile. CEUR Workshop Proceedings. Chile: CEUR Workshop Proceedings, 2014. v. 1.

CANCIAN, Allan ; CALMON, P. ; MALINI, Fabio. O CASO CABLEGATE: A NARRATIVA COLABORATIVA CONSTRUÍDA PELA REDE EMERGENTE NO TWITTER. In: VI Simpósio NAcional da Abciber, 2012, Novo Hamburgo. VI Simpósio NAcional da Abciber, 2012.

Prof° Dr° ANTONIO CESAR MACHADO E SILVA (pesquisador associado)

SILVA, A . C. M.; SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, M. (2010), **Educação e Capacitação Cooperativa**: Os desafios no seu desempenho. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 132p .

SILVA, A. C. M. (2015), Oportunidades políticas e framing process na consrução de redes de defesa dos direitos humanos. In: **II Encontro Internacional Participação, democracia e políticas públicas**: aproximando agendas e agentes. Anais.

SILVA, A. C. M. (2015), Repertórios de ação em mudança e a luta por direitos humanos no Espírito Santo. In**: I Congresso Nacional de Ciências Sociais** (CONACSO). Anais.

SILVA, A. C. M. (2012), A experiência da tradução cultural nas redes transnacionais de movimentos sociais. In: **The Second ISA Forum of Sociology Social justice and democratization**. Anais.

SILVA, A. C. M. (2013), Nos bastidores da sociedade civil: um estudo das redes de defesa dos Direitos Humanos no ES. In**: I Seminário Juventudes e Movimentos Sociais**. Anais.

SILVA, A. C. M. (2011), A desradicalização dos discursos e a relação entre movimentos sociais do Sul e do Norte do mundo. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**: mudanças, permanências e desafios sociológicos. Anais.

SILVA, A .C. M. (2010), Entre o reconhecimento e a reificação: a constituição das políticas de atendimento a jovens em conflito com a lei. In: **I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. Anais.

SILVA, A. C. M.(2008), A amizade como base de uma esfera ética: uma possibilidade de superação da abstração do direito. In**: Ciências Sociais Unisinos**. (impresso)n 44, p. 233- 236.

Profª Drª MARTA ZORZAL DA SILVA (pesquisadora associada)

SILVA, M. Z. (2014). Cooperação Sul-Sul, investimentos externos e desenvolvimento: Existem novas perspectivas a partir do sul global? **Cadernos de Estudos Africanos**. v. 27, p. 33-55.

SILVA, M. Z. (2014). Desenvolvimento e governança de investimentos externos: apontamentos sobre Moçambique. **Estudos de Sociologia**. [online], v.2, n. 20.

SIPIONI, M. E.; SILVA, M. Z. (2015). Democracia e saúde: a prestação de contas como legitimadora da representação no Conselho Municipal de Saúde de Vitória (ES). **Saúde em Debate**, v.39, p.197-209.

SIPIONI, M. E.; SILVA, M. Z. (2013). Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política** (Online), v. 46, p. 147-158.

SILVA, M. Z. (2013). Transformações urbanas sob os efeitos dos processos de globalização: os casos de Vitória-ES-Brasil e de Tete-Moçambique-África. **Revista Geografares**, v. 14, p. 1-31.

SILVA, M. Z. (2010). Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: VESCOVI, Ana Paula V. Janes; BONELLI, Regis. (Org.). **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: ES: BIOS, v. 1, p. 29-

66.

SILVA, M. Z. (2004). **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: EDUFES - Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 440 p.

INSTITUIÇÃO COLABORADORA ASSOCIADA 2 – IESP

Profº Drº JOSÉ EDUARDO LEÓN SZWAKO (coordenador associado da instituição 2)

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. (2015), Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública** (Impresso), v. 21, p. 157-187.

DAVILA, P.; SZWAKO, J. ; ROMAO, W. (2015), Dossiê Representação, Participação e Intermediação. **Interseções**, v. 17.

SZWAKO, J. (2012), Participar vale a pena, mas... In. **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios.** São Paulo: Instituto Polis. 1ed.

GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. (2014), Origens da Política Nacional de Participação Social: Entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 1, p. 91.

Profº Drº PAULO D'ÁVILA FILHO (pesquisador associado)

D'AVILA FILHO, P. M.; LIMA, P. C. G. C. ; JORGE, V. L. (2014) Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004. **Revista de Sociologia e Política** (Online), v. 22, p. 39-60.

D'AVILA FILHO, P. M.; LIMA, P. C. G. C. ; JORGE, V. L. (2014). Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de. In: **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros.** Juiz de Fora: Editora UFJF, v. , p. 191-214.

D'AVILA FILHO, P. M.; MARQUES, V. L. (2010). O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política** (Impresso), v. 3, p. 79-112.

Profº Drº RICARDO CENEVIVA (pesquisador associado)

CENEVIVA, R.; FARAH, M. (2012). Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 993-1016.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. (2012) Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2012, p. 09-21.

RIBEIRO, C. A. C. ; CENEVIVA, Ricardo ; BRITO, M. M. A. (2015) Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: Marta Arretche. (Org.). **Trajetórias das desigualdades, como Brasil Mudou nos últimos 50 anos.**. 1a.ed.São Paulo: UNESP, v. , p. 70-124.

Profº Drº IAN CAETANO DE OLIVEIRA (pesquisador associado)

TAVARES, F. ; CAETANO, I. de O. (2016). Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 11-45.

TAVARES, F.; HORIZ, J. H. R. ; CAETANO, I. de O. (2016) As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. **Opinião Pública**, v. 22, p. 140-166.

INSTITUIÇÃO COLABORADORA ASSOCIADA 3 – UNISINOS

Profª Drª MONIKA WERONIKA DOWBOR DA SILVA (coordenadora associada da instituição 3)

DOWBOR, Monika. (2014) Ocupando o Estado: análise da atuação do Movimento Sanitário nas décadas de 1970 e 1980 In: CARLOS, Euzeneia ; PORTO DE OLIVEIRA, O. ; ROMAO, W. M. . Apresentação: Sociedade civil e políticas públicas. In: Euzeneia Carlos; Osmany Porto de Oliveira; Wagner de Melo Romão. (Org.). **Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo**. 1ed.Chapecó: Argos Editora Universitária, p. 56-83.

DOWBOR, Monika; DOWBOR, L. (2013) As novas relações que vão dar trabalho: a adoção de novos formatos de mobilização de recursos pelas Organizações da Sociedade Civil no Brasil. In: MENDONÇA, Patricia M.; E., ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando do A. **Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil.** São Paulo: FGV, 2013. 256 p.

DOWBOR, Monika; HOUTZAGER, Peter. (2014) The Role of Professionals in Policy Reform: Cases from the City Level, São Paulo. **Latin American Politics and Society**, vol. 56, n. 3, p. 141–162.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos estud. - CEBRAP**. 2013, n.97, p. 43-55.

DOWBOR, Monika; AMANCIO, Julia Moretto; SERAFIM, L. (2011) Microterritorialidade e controle societal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 1. n. 84, p. 287-314.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; AMORIM, Ricardo; BARBOSA, R. ; CALIL, V. ; DOWBOR, Monika. (2012) O Brasil Real: **A Desigualdade para além dos Indicadores**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1. 150 p.

HOUTZAGER, P.; ACHARYA, A. K.; AMÂNCIO, Julia Moretto; CHOWDHURY, A. ; DOWBOR, Monika; PANDE, S. . INSCRIBING ACCOUNTABILITY (2014), Activism, Provisioning, and Regulation of Public Services in Delhi and São Paulo (no prelo).

Prof° Dr° ALOÍSIO RUSCHEINSKY (pesquisador associado)

RUSCHEINSKY, Aloísio. (2015) **Direitos e questões socioambientais**. 1. ed. Saarbrucken: Novas Edições Acadêmicas, v. 1. 234 p.

RUSCHEINSKY, Aloísio; EBERT, M. R. (2015) Políticas públicas, contradições em espaços urbanos e conflito socioambiental. In: Daniela Lippstein; Guilherme Estima Giacobbo; Rafael Bueno da Rosa Moreira. (Org.). **Políticas Públicas, Espaço Local e Marxismo**. 1ed.Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2015, v. 1, p. 103-118.

RUSCHEINSKY, Aloísio; MELLO, José Luis Bica de (Org.) ; Lopez, Laura C. (Org.) (2014) **Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, v. 1. 253 p.

Profª Drª LAURA CECILIA LÓPEZ (pesquisadora associada)

LÓPEZ, L. C. (2013) A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. 40-65, 2013.

LÓPEZ, L. C. Políticas raciais, diáspora e transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e as ações afirmativas no Cone Sul. (2013) In: JARDIM, D. F.; LÓPEZ, L. C.. (Org.). **Políticas da Diversidade. (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. , p. 39-58.

JARDIM, D. F. (Org.) ; LÓPEZ, L. C. (Org.) (2013) **Políticas da Diversidade. (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 200p.

Prof° Dr° FREDERICO VIANA MACHADO (pesquisador associado)

PRADO, M. A. M. ; MACHADO, F. V. (2014) Far Beyond The Rainbow. The Constitution Of Collective Identities Between Civil Society and the State. o **Annual Review of Critical Psychology** (Online), v. 11, p. 131-150.

MACHADO, F. V.; RODRIGUES, C. S. (2015) Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da

institucionalização segmentada. In: Frederico Viana Machado; Gustavo Martineli Massola; Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro. (Org.). **Estado, Ambiente e Movimentos Sociais**. 1ed.Florianópolis: Abrapso Editora, v. , p. 22-45.

PRADO, M. A. M. ; MOUTIAN, I. ; MACHADO, F. V. ; SANTOS, L. C. (2010) Los movimientos LGTB y la lucha por la democratización de las jerarquias sexuales en Brasil. **Revista Digital Universitaria**, v. 11, p. 68.

MACHADO, F. V. (2014) Analisando as fronteiras entre o Estado e os Movimentos Sociais: considerações teórico-metodológicas. In: Aluísio Ferreira de Lima & Nadir Lara Junior (Orgs.). (Org.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia social crÍtica**. 1ed.Porto Alegre: Sulina, v. 1, p. 139-164.

metodológicas. In: Aluísio Ferreira de Lima & Nadir Lara Junior (Orgs.). (Org.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia social crÍtica**. 1ed.Porto Alegre: Sulina, v. 1, p. 139-164.

INSTITUIÇÃO COLABORADORA ASSOCIADA 4 – CEM-CEBRAP-NDAC

Profª Drª MARIA DO CARMO ALVES DE ALBUQUERQUE (coordenadora associada da instituição 4)

ALBUQUERQUE, M. C. A.; BOTELHO, Dayana e OLIVEIRA, Adriano. (2013). A municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto em São Paulo (SP) e Pouso Alegre (MG). **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. [São Paulo] Nº 9, 2013, p. 25-47.

ALBUQUERQUE, M. C. A., *et al.* (2014). Medidas socioeducativas em conflito: um diagnóstico a partir das equipes técnicas e adolescentes do meio aberto. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**. [São Paulo] Nº 11, p. 30-69.

ALBUQUERQUE, M. C. A. (2012). Novos atores e repertórios de ação no movimento pelos direitos do adolescente: repensando a institucionalização. **Serviço Social em Revista**. [Londrina] v. 15, n. 1.

ALBUQUERQUE, M. C. A. (2015). A relação do movimento social com atores estatais no controle social sobre a política socioeducativa. **Interseções** [Rio de Janeiro] v. 17 n. 1, p. 252-273, jun.

ALBUQUERQUE, M. C. A. (2015). O movimento pelos direitos da criança e do adolescente e o controle social sobre a política socioeducativa: Repertórios de interação socioestatal. **Política & Sociedade** [Florianópolis] v. 14 - Nº. 29 - Jan./Abr.

Profª Drª JULIA MORETO AMÂNCIO (pesquisadora associada)

AMÂNCIO, J. M. (2015), Inclusão Produtiva e Assistência Social: desafios da implementação a partir das experiências recentes do Pronatec/BSM e do ACESSUAS/Trabalho. IN: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Helberto (Orgs). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. N. 24 (2015). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. ISSN 1808-0758.

AMÂNCIO, J. M. (2008), Os desafios da Gestão de Políticas Públicas a partir das Parcerias entre Estado e Sociedade Civil: O Caso da Assistência Social em São Paulo. **E-cadernos CES** (Online), v. 2, p. 1-23, 2008.

AMÂNCIO, J. M. (2014). Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso as políticas públicas na periferia de São Paulo. CARLOS, E; OLIVEIRA, O. P.; ROMAO, W. M. (Orgs.). (2014), **Sociedade civil e políticas públicas**: atores e instituições no Brasil contemporâneo. 1. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, 310p.

AMÂNCIO, J. M. (2015), Condições Institucionais e Democratização da Participação Cidadã: Perspectivas Teóricas para a Análise das Interações Socioestatais. Anais do **II Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas**, Unicamp: Campinas. Download disponível no site do evento http://www.pdpp2015.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=4

AMÂNCIO, J. M. (2009), Parcerias entre Estado e Sociedade Civil: Significados, Ambivalências e Desafios na Gestão de Políticas Públicas. O Caso da Assistência Social em São Paulo. **Tempo da Ciência (UNIOESTE)**, v. 16, p. 81-109.

AMÂNCIO, J. M. (2010), Desafios da Democracia Brasileira Pós 1989: um ensaio sobre os significados de público e

participação social**. Ideias (UNICAMP),** v. 1, p. 137-157.

AMÂNCIO, J. M.; DOWBOR, Monika; SERAFIM, L. (2010). Controle Social: dos serviços públicos à garantia de direitos. São Paulo: **CEBRAP/IDS** (Material Didático).

VI. Coordenação-Geral

Descrever as principais experiências do Coordenador-Geral destacando a capacidade de gestão de projetos e equipes.

Adrian Gurza Lavalle possui ampla experiência na coordenação de projetos de pesquisa de caráter comparativo, internacional e envolvendo equipes de pesquisa numerosas. A primeira experiência de coordenação internacional iniciou em 2001, quando atuou como coordenador de pesquisa de campo de fôlego (entre seis e nove meses) na cidade do México e em São Paulo; pesquisa integrada a pesquisa comparativa maior. O projeto intitulava-se "Associativismo, representação de interesses e camadas populares. Comparações entre Latino-américa e Índia", e contou com financiamento do Centre for the Future State, Institute of Development Studies-CFS-IDS ao longo de seis anos. O reconhecimento pela qualidade do trabalho de coordenação realizado me tornou pesquisador principal em novo projeto comparativo internacional ("Governança e ação coletiva: fundamentos da responsividade. Comparações entre São Paulo, México e Dehli ", também financiado pelo CFS-IDS. E durante a gestão desse projeto fui indicado como conselheiro do Management Committee do Centre for the Future State, responsável pela seleção e acompanhamento dos projetos do Centro. Desde então, a maior parte dos projetos em que se desempenha como pesquisador principal, inclusive quando financiados por agências de fomento nacionais, conservam o componente comparativo internacional, como ocorreu com o primeiro projeto coordenado com apoio da FAPESP mediante o Centro de Estudos da Metrópole — CEM ("Organizações Civis e Redes Temáticas de Pobreza em São Paulo e Cidade do México").

O maior projeto em que desempenhei simultaneamente a função de pesquisador líder de uma linha de pesquisa e coordenador geral de todas as linhas de pesquisa associadas a um macro projeto foi "Urban Chances - City growth and the sustainability challenge. Comparing fast growing cities in growing economies". Financiado pela União Europeia sob as diretrizes de Sétimo Programa Marco. Com cinco linhas de pesquisa e com escopo comparativo de 16 cidades em quatro continentes (América Latina, África, Ásia), o projeto mobilizou mais de 30 pesquisadores no Brasil e contou com um auxílio financeiro para a pesquisa, no Brasil, de $ 358.130,00 Euros (US Dls $ 467.000,00). Atualmente é pesquisador principal do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão de Estudos da Metrópole —CEM-CEPID, onde coordena o Projeto Political Inequality and Extra-parliamentary Representation, de caráter comparativo subnacional. É membro do Conselho Diretor do CEM-CEPID, bem como do Conselho Executivo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em que exerce funções, entre outras, funções de avaliação dos projetos em andamento. Ao longo de 15 anos de carreira como pesquisador, coordeno mais de 15 projetos de pesquisa, cuja descrição detalhada pode ser consultada no CV Lattes do pesquisador. Abaixo é oferecida descrição sucinta dos projetos mencionados.

Political Inequality and Extra-parliamentary Representation (2013 -)
This project aims to answer three questions: What do councils actually take decisions on? Are there decision patterns that match the territorial inequality (clusters of councils)? Are there councils less likely to influence policy because of their decision patterns, thus less effective for the groups they grant representation?The scope of the first phase of this project is mainly descriptive and aims at establishing basic facts. For instance, council can produce no effects (of reducing political inequality or others) if they are not active decision-makers, but there is no systematic description of this very basic output of councils.Additionally, it is possible to ask how the variation of decision patterns across councils and municipalities relate to the conditions posited by literature as conducive to higher effectiveness of participatory institutions. Although this project is not concerned with causal assessment, the selection of bigger municipalities will assure internal variation for testing literature hypothesized favorable conditions.By focusing on decisions as councils' primarily output we purposely avoid causal statements on welfare or wellbeing outcomes or on actual policy effects of councils, because those statements pose remote causality chains on something we still know little about. We are aware this choice implies that we cannot asses directly the effects of councils on political inequality, but within the current state of arts it seems not feasible to make such

assessment at an aggregated level.
Equipe de pesquisa: oito integrantes.

Urban Chances - City growth and the sustainability challenge. Comparing fast growing cities in growing economies (2010 - 2014)
The main issue examined is how governments and citizens in cities with differing patterns of urban economic growth make use of participatory spatial knowledge management to direct urban governance towards more sustainable development (SD). Participatory spatial knowledge management is the main concept used to study this issue, as it reflects a strategic resource, to which all stakeholders can contribute in urban governance processes. It includes expert knowledge and several forms of non-expert knowledge, such as sector (practice-based) and social (community-based) knowledge. Participatory processes of urban planning and management can strategically elicit these forms of spatially disaggregated knowledge, not usually included in top-down, expert-driven models of urban governance and planning. Utilizing participatory spatial knowledge can make urban governance and planning more effective and accountable, by incorporating varieties of knowledge. However, the success of such approaches depends on external political and economic conditions. A legal framework providing fiscal decentralisation and funding is a strategic support. The influence of various external political, environmental and economic conditions has not yet been analysed much locally and certainly not comparatively across different socio-political contexts, although such conditions are strategic, given the inherent trade-offs and potential conflicts in combining environmental, social and economic goals (within SD)
Equipe de pesquisa: trinta integrantes na equipe Brasileira, mais subcontratações.

Organizações Civis e Redes Temáticas de Pobreza em São Paulo e Cidade do México (2006 - 2009)
Descrição: Um aspecto pouco estudado no campo das políticas públicas destinadas a combater a pobreza é o funcionamento da miríade de organizações civis que, com a redefinição das formas e papel da intervenção pública, têm assumido o papel de intermediários entre diferentes agências púbicas e as populações beneficiárias. O assunto, no entanto, merece maior atenção, pois para além de certos "consensos fáceis" acerca de virtualidades positivas da conjugação entre descentralização da prestação de serviços públicos e participação social na gestão dos mesmos, pouco sabemos hoje acerca do modus operandi — política de alianças, obtenção e execução de recursos — das organizações civis dedicadas a gerir verbas públicas destinada à mitigação da pobreza. O projeto se propõe a examinar comparativamente, na cidade do México e em São Paulo, as redes de organizações que atuam no campo da pobreza, quer na administração local e/ou focal de programas, quer no desenho e/ou supervisão de políticas ou na intervenção direta com financiamento privado. Para tanto, a análise de redes será utilizada para explorar as informações relacionais dos bancos de dados de organizações civis produzidos na pesquisa "Direitos, representação e camadas populares" — CEBRAP/ IDS.
Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa
Equipe de pesquisa: cinco integrantes

Governança e ação coletiva: fundamentos da responsividade. Comparações entre São Paulo, México e Dehli (2005 - 2007)
Descrição: A pesquisa trata de um estudo comparativo internacional que examina como as mudanças na capacidade das camadas populares de se organizarem e influenciarem ações públicas são afetadas e afetam as mudanças nos padrões de provisão de serviços. Para identificar essas mudanças, bem como sua eficácia na distribuição de serviços públicos, serão comparados processos de reformas na provisão de serviços públicos (service delivery reform) relacionados à distribuição de serviços e aos padrões de interação entre Estado e atores sociais em quadro grandes regiões metropolitanas: Cidade do México, Delhi e São Paulo, no período de 1985 a 2005.
Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa
Alunos envolvidos: Graduação (5); Mestrado acadêmico (2); Doutorado (1);
Equipe de pesquisa: doze integrantes na equipe brasileira, mais subcontratações.

Associativismo, representação de interesses e camadas populares. Comparações entre Latino-américa e Índia (2001 - 2006)
Descrição: Quais os efeitos produzidos pelos extensos processos de liberalização econômica e globalização nas

capacidades das classes populares em se organizar, alcançar representação política e resolver problemas sociais de caráter coletivo? Encontra-se amplamente difundida a idéia de uma mudança histórica nas formas tradicionais de representação política acessíveis a esses setores sociais, fragilizando os padrões de representação característicos do século XX, cuja lógica foi estabelecida em torno do mundo do trabalho (relações sociais, organizações sindicais e partidos políticos). Tal fragilização, e a correspondente perda de centralidade nas lutas pela ampliação dos direitos econômicos e sociais, coincide com perceptíveis mudanças provindas de novos padrões de representação impulsionados por redes de atores sociais que têm sido genericamente aglutinados sob o nome de "sociedade civil".Esta investigação constitui o primeiro estudo sistemático, de caráter comparativo internacional, sobre organizações populares locais e participação política em cidades e regiões que têm sido afetadas de diversas formas pelo processo de liberalização ocorrido nos últimos anos. O trabalho, realizado mediante surveys de grande escala com cidadãos e organizações, concentram parte substancial de sua atenção na classe média baixa e trabalhadora, e em segmentos urbanos pobres. O propósito central do projeto é indagar como as mudanças ocorridas no Estado e no mundo do trabalho têm alterado as formas pelas quais os habitantes das cidades analisadas (i) se organizam para realizar demandas ao Estado e para resolver problemas de forma coletiva ou individual, (ii) projetam suas reivindicações no nível nacional ou local e (iii) usam as principais arenas de reivindicação, a saber, o sistema político, o sistema institucional das relações de trabalho e a sociedade civil. As cidades se encontram em três países que podem ser denominados de "large developing democracies": São Paulo – Brasil; Cidade do

Situação: Concluído Natureza: Projetos de pesquisa

Equipe de pesquisa: nove integrantes na equipe brasileira; cinco integrantes na equipe mexicana, mas subcontratações.

VII. Estrutura operacional e modelo de gestão da rede

Descrever a dinâmica de trabalho entre as instituições participantes do projeto

Este projeto de pesquisa científica, tecnológica e de inovação é formado por uma rede de pesquisadores, de caráter interinstitucional e interdisciplinar, com extenso histórico de participação conjunta em pesquisas e iniciativas técnico-científicas (organização de eventos e publicações, inserção em redes de pesquisa, promoção de mesas de debates e discussão em congresso acadêmicos e formação de recursos humanos). Esta proposta, nesse sentido, ao mesmo tempo que se alimenta da integração prévia entre os pesquisadores oferece possibilidades concretas para a consolidação desta rede no campo das ciências humanas.

No Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, a equipe do projeto é composta pelo professor Adrian Gurza Lavalle, coordenador geral da proposta, e pela pesquisadora Maira Rodrigues, essa última também membro do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC), que o professor lidera. O professor é pesquisador principal do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), sediado simultaneamente na USP e no CEBRAP. Por sua vez, o NDAC está completando uma década (2006-2016) de tradição em pesquisas sobre o papel da sociedade civil sobre a democracia e as políticas públicas, tendo relação direta com a formação de uma nova geração de pesquisadores desse campo temático. O Núcleo integra o Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq – http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2958072753511197#repercussao – e algumas de suas linhas de trabalho são: novas formas de representação política, instituições participativas e efetividade, controle social e accountability, interfaces entre instituições políticas e atores sociais, redes de organizações civis, redes de interação entre Estado e sociedade, construção política das organizações civis, cidadania, direitos sociais e espaço público.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a equipe executora do projeto é formada pela professora Euzeneia Carlos do Nascimento, coordenadora da instituição colaboradora 1, e pelos pesquisadores do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD), que conduz. O NUPAD integra o Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq – http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3584082815886923 – desde 2007, atua na temática movimentos sociais, participação e democracia e no tema políticas públicas e Estado, e reúne os professores pesquisadores desta proposta Luciana Andressa Martins de Souza, Antonio Cesar Machado e Silva e Marta Zorzal e Silva, além de mestres, mestrandos e graduandos. Na UFES, esta proposta articula ainda outros dois grupos de pesquisa que desenvolvem parcerias com o NUPAD. O primeiro deles é o Núcleo Áudio Visual (NAV) de

estudos antropológicos, especialmente voltado às comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas, coordenado pelo professor pesquisador desta proposta Sandro José da Silva e mestrandos, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. O segundo é o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), associado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, homepage http://www.labic.net/, e liderado pelo pesquisador desta proposta professor Fábio Malini e composto por vários pesquisadores da área das humanidades.

No Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) – instituição colaboradora 2 –, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, a equipe será coordenada pelo professor José Eduardo León Szwako e envolverá os professores Ricardo Ceneviva e Paulo D'Ávila Filho, além de doutorandos e mestrandos. No IESP-UERJ os trabalhos serão desenvolvidos a partir da linha de pesquisa Sociologia política e dos movimentos sociais e da linha Desigualdades, mobilidade social e trabalho, sendo a primeira focada nas relações entre Estado e sociedade a exemplo das dinâmicas de construção social das políticas públicas e do papel dos movimentos e atores sociais nas políticas e, a segunda, nos estudos socioeconômicos e do trabalho.

No Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), instituição colaboradora 3, a equipe será coordenada pela professora Monika Weronika Dowbor da Silva e formada pelos professores pesquisadores Aloisio Ruscheinsky, Laura Cecilia López e Frederico Viana Machado, além de doutorandos e mestrandos do programa e graduandos da instituição. A linha de pesquisa que articulará seus trabalhos no PPG da instituição é Atores sociais, cidadania e políticas públicas.

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) constitui a quarta instituição colaboradora desta proposta. Nele o vínculo será estabelecido com o Centro de Estudos da Metrópole (CEM) do qual faz parte o NDAC, através da coordenação da professora Maria do Carmo Alves Albuquerque e a participação da professora Julia Moretto Amâncio.

É importante salientar que os coordenadores de todas as instituições colaboradoras associadas (UFES, IESP e UNISINOS), e seus respectivos núcleos ou grupos de pesquisa, já desenvolvem projetos científicos em parceria com o CEM-CEBRAP-NDAC, núcleo liderado pelo coordenador geral desta proposta, professor da USP, em um processo de retroalimentação. Desse modo, trata-se de uma rede de pesquisadores cuja estrutura e composição são orgânicas, pois caracterizada pela tradição de trabalhos e iniciativas conjuntas que lhe confere legitimidade e reconhecimento no campo das ciências humanas.

Esta rede interdisciplinar de pesquisadores possui expertises e especialidades que se complementam na elaboração desta proposta de recuperação sustentável da Bacia do Rio Doce. Ainda que as etapas do projeto se sobreponham ou requeiram habilidades múltiplas, algumas atividades serão executadas pelos núcleos ou laboratórios de maior conhecimento agregado sobre o tema. Assim que, o NAV (UFES) conduzirá, em coprodução com núcleos de juventude quilombola e indígenas, os materiais de audiovisual como documentários e cartografias sociais. E o LABIC (também da UFES), referência internacional no estudo de análise de rede de interação do Facebook, Twitter, Youtube e Instagram será o responsável pela execução do mapeamento das interações nas redes sociais do Facebook e do Twitter, referente ao contexto pós-desastre no rio Doce, como parte do Banco de Dados que dará subsídios a implementação do Painel de Opinião Pública. A plataforma conectiva POP, por sua vez, será coordenada pelas instituições USP e CEM-CEBRAP-NDAC em virtude da vasta experiência de seus pesquisadores no tema da governança participativa e na aplicação do POP. Por seu turno, as instituições colaboradoras associadas UFES, IESP e UNISINOS conduzirão as pesquisas necessárias às demais etapas da elaboração do Banco de Dados que dará sustentação à tecnologia de governança participativa, conduzindo o trabalho de campo nos territórios selecionados; bem como atuarão na etapa de acompanhamento e capacitação dos atores envolvidos. Temáticas como movimentos sociais, sociedade civil, capacidades estatais e políticas públicas – aplicadas às populações atingidas em geral e às comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas – compreendem o rol de expertises destas equipes de pesquisadores que mobilizarão suas competências oriundas de áreas interdisciplinares da ciência em prol de pesquisa aplicada e de cunho acadêmico. Caberá também aos coordenadores colaboradores das IES, em concordância com o coordenador geral e os programas de pós-graduação vinculados, a condução da seleção dos pesquisadores de mestrado, doutorado, pós-doutorado e de desenvolvimento tecnológico a quem serão atribuídas bolsas para o desenvolvimento de projetos condizentes com a execução desta proposta, bem como a seleção de pesquisadores de iniciação científica quando for o caso.

Nesta dinâmica de trabalho, por outro lado, as instituições participantes do projeto desenvolverão coletivamente as funções basilares da proposta. Ou seja, as etapas angulares do projeto serão conduzidas conjuntamente pelos coordenadores (geral e associados) e suas equipes locais, em função da abordagem metodológica empregada que exige um grau elevado de precisão em termos das especificações de combinações causais e da comparação dos casos de aplicação da tecnologia de governança participativa, ao longo da pesquisa. A etapa de capacitação, monitoramento e difusão dos resultados também ficará a cargo do conjunto dos pesquisadores da rede.

Para viabilizar estas atividades integradas, introduzimos no modelo de gestão da rede interinstitucional os Seminários Integrados de modo que esse processo de definição, discussão, especificação e acompanhamento seja realizado de forma sistemática e regular em todas as fases do projeto. Outro desafio que exige proximidade entre os pesquisadores e suas equipes é a aplicação do POP, em virtude do mesmo articular um conjunto de informações complementares e de cunho interdisciplinar reunidas no Banco de Dados da pesquisa. Em geral, a dinâmica de trabalho em rede prevê a realização de 4 (quatro) Seminários Integrados presenciais entre os membros das equipes executora e colaboradoras, a serem realizados em São Paulo (USP ou CEBRAP) e em Vitória (UFES), a saber: 1º Seminário – discussão das abordagens teóricas e metodológicas empregadas no projeto; preparação dos instrumentos de coleta de dados empíricos para composição do Banco de Dados da pesquisa, da técnica de treinamento da equipe de trabalho de campo e de sistematização dos dados coletados; 2º Seminário – preparação do modelo de aplicação do POP, com base no Banco de Dados da pesquisa; 3º Seminário – análise e discussão dos resultados parciais do projeto; elaboração dos materiais e da dinâmica de capacitação e acompanhamento das populações atingidas e; 4º Seminário – análise e discussão dos resultados finais do projeto; análise comparativa dos estudos de casos de implementação do POP e do teste das hipóteses da pesquisa; difusão dos resultados. Esses seminários presenciais, com duração de dois dias, ocorrerão em complemento as reuniões realizadas periodicamente, por vídeo conferência, entre os integrantes das equipes. Para a realização dos Seminários Integrados este projeto demanda desta Chamada recursos necessários às despesas com passagens e com diárias para, ao menos, um dos integrantes da equipe de cada instituição da rede.

Esta proposta integra uma rede interinstitucional e intergeracional formada por pesquisadores professores, pesquisadores de pós-doutorado, de doutorado, de mestrado, de desenvolvimento tecnológico e de iniciação científica atuantes nas áreas da Ciência Política, Antropologia, Sociologia, Ciências Sociais e Comunicação Social. Essa interdisciplinaridade é uma marca dessa Rede e uma condição essencial para o desenvolvimento desta proposta de implementação de tecnologia social de governança participativa para a sustentabilidade da recuperação da Bacia do Rio Doce, em diversos setores de políticas públicas.

VIII. Modalidades e quantidades de bolsas solicitadas, por coordenador participante (geral e associados) e total do projeto

Coordenador-Geral (USP)	Modalidades	Nº bolsas
Adrian Gurza Lavalle	Pós-Doutorado	1
Adrian Gurza Lavalle	Desenvolvimento Tecnológico	1

Coordenadora Associada (UFES)	Modalidades	Nº bolsas
Euzeneia Carlos do Nascimento	Pós-Doutorado	1
Euzeneia Carlos do Nascimento	Mestrado	4
Euzeneia Carlos do Nascimento	Iniciação Científica	12

Coordenador Associado (IESP)	Modalidades	Nº bolsas
José Eduardo León Szwako	Doutorado	1
José Eduardo León Szwako	Mestrado	1

Coordenadora Associada (UNISINOS)	Modalidades	Nº bolsas
Monika Weronika Dowbor da Silva	Doutorado	1
Monika Weronika Dowbor da Silva	Mestrado	1

IX. Plano de Trabalho dos Bolsistas a serem selecionados para o Projeto

Descrever as principais atividades a serem realizadas por cada bolsista.

Os planos de trabalhos referentes à Iniciação Científica se dividem em quatro linhas que abrangem os principais eixos deste projeto e constituem elementos básicos para a construção da proposta de governança participativa: sociedade civil; comunidades tradicionais; capacidades estatais e políticas públicas. Essas linhas gerais são descritas abaixo, as quais sofrerão desdobramentos internos a fim de dar origem a subprojetos de iniciação científica específicos.

Iniciação científica: levantamento e mapeamento bibliográfico referente à sociedade civil e governança inclusiva; levantamento e coleta de dados secundários referentes a ONGs, instituições religiosas e coletivos que atuam na defesa dos direitos sociais, ambientais e dos direitos humanos das populações atingidas; alimentação do banco de dados; acompanhamento das entrevistas; redação de relatórios acadêmico-científicos aprovados pelo professor responsável pela orientação.

Iniciação científica: desenvolvimento de sub-projetos específicos e apoio às pesquisas etnográficas relacionadas a defesa dos direitos humanos nos contextos do desastre ambiental e à pactuação para a gestão territorial de Povos e Comunidades Tradicionais, à luz de quatro perspectivas específicas: gênero e geração, raça, etnicidade e patrimônio cultural.

Iniciação científica: levantamento e mapeamento bibliográfico referente às capacidades estatais – tanto aquelas acumuladas nos executivos locais quanto aquelas eventualmente afetadas, ou mesmo destruídas, pelo desastre ambiental; alimentação do banco de dados; acompanhamento das entrevistas; redação de relatórios acadêmico-científicos aprovados pelo professor responsável pela orientação ou supervisão.

Iniciação científica: levantamento e mapeamento bibliográfico referente às políticas públicas setoriais (direitos sociais, ambientais e dos direitos humanos); levantamento e coleta de dados secundários sobre as políticas públicas locais do ponto de vista normativo, estrutural e orçamentário; alimentação do banco de dados; acompanhamento das entrevistas; redação de relatórios acadêmico-científicos aprovados pelo professor responsável pela orientação ou supervisão.

Os planos de trabalhos referentes às bolsas de Mestrado também seguem divididos em quatro temas-chaves: sociedade civil; comunidades tradicionais; capacidades estatais, políticas públicas. Perpassa transversalmente a cada uma dessas chaves a temática da governança participativa. Nesse caso, as atividades buscam atingir o nível de complexidade da pós-graduação "stricto sensu". Essas quatro chaves sofrerão desdobramentos internos dando origem a projetos específicos de dissertação.

Mestrado: revisão analítica da bibliografia relativa ao tema da sociedade civil e governança inclusiva; realização de entrevistas com moradores das cidades afetadas e militantes de organizações e associações populares. Processamento das entrevistas, sua categorização e análise. Preparação e acompanhamento de oficinas de sensibilização e capacitação na implementação da tecnologia de governança participativa. Redação de dissertação de mestrado e elaboração das cartilhas de intervenção local.

Mestrado: revisão analítica da bibliografia dedicada a questões de povos e comunidades tradicionais; desenvolvimento de pesquisa etnográfica relacionada a defesa dos direitos humanos nos contextos de desastre ambiental e pactuação para a gestão territorial de Povos e Comunidades Tradicionais em quatro perspectivas específicas: gênero e geração, raça, etnicidade e patrimônio cultural.

Mestrado: revisão analítica da bibliografia relativa ao tema das capacidades estatais e participação; realização de entrevistas com lideranças partidárias locais, sub-regionais e estaduais, bem como dos poderes executivos. Processamento das entrevistas, sua categorização e análise. Preparação e acompanhamento de oficinas de sensibilização e capacitação na implementação da tecnologia de governança participativa. Redação de dissertação de mestrado e elaboração das cartilhas de intervenção local.

Mestrado: revisão analítica da bibliografia relativa ao tema das políticas públicas e governança participativa; realização de entrevistas com pessoal técnico-administrativo dos poderes executivos atuante nas políticas públicas (direitos sociais, ambientais e dos direitos humanos) e dos legislativos municipais. Processamento das entrevistas, sua categorização e análise. Preparação e acompanhamento de oficinas de sensibilização e capacitação na implementação da tecnologia de governança participativa; redação de dissertação de mestrado e elaboração das cartilhas de intervenção local.

Os planos de trabalhos referentes às bolsas de Doutorado estão divididos em três temas-chaves: sociedade civil; capacidades estatais, políticas públicas.

Doutorado: revisão analítica da bibliografia relativa ao tema da sociedade civil e governança inclusiva e formulação das problemáticas analítico-teóricas em torno deste tema; identificação de atores relevantes da sociedade civil mobilizados em torno da demanda de ampliação de participação e incidência nas políticas públicas; realização de entrevistas; análise de dados da pesquisa; identificação dos fatores que dificultam e facilitam o fortalecimento do tecido associativo; condução de oficinas de sensibilização e capacitação na implementação da tecnologia de governança participativa; elaboração das cartilhas de intervenção local e redação de tese de doutorado a respeito das linhas centrais e questões centrais do projeto.

Doutorado: revisão analítica da bibliografia sobre as relações entre capacidades estatais e participação de atores e redes civis na recomposição de institucionalidades democráticas; formulação das problemáticas analítico-teóricas em torno deste tema; identificação de atores relevantes no Estado em torno do fortalecimento da governança inclusiva; realização de entrevistas; análise de dados da pesquisa; identificação dos fatores que dificultam e facilitam a construção de capacidades institucionais, bem como o acesso da cidadania aos serviços públicos; condução de oficinas de sensibilização e capacitação junto aos servidores públicos locais; implementação da tecnologia de governança participativa; elaboração das cartilhas de intervenção institucional e redação de tese de doutorado a respeito das linhas centrais e questões centrais do projeto.

Doutorado: revisão analítica da bibliografia relativa ao tema de políticas públicas e governança participativa e a formulação das problemáticas analítico-teóricas em torno deste tema; identificação de atores relevantes nas políticas públicas dos setores sociais, de infraestrutura e planejamento bem como dos atores com poder de influência nas três esferas do poder público; realização de entrevistas com os atores identificados; condução de oficinas de conscientização e de implementação da tecnologia de governança participativa com atores da sociedade; identificação dos fatores que dificultam e facilitam a construção da governança participativa; análise comparativa de casos e redação de tese de doutorado a respeito das linhas centrais e questões centrais do projeto e elaboração das cartilhas de intervenção local.

Os planos de trabalhos referentes às bolsas de Pós-doutorado estão divididos em dois temas-chaves: governança

participativa e mudança institucional; sociedade civil e mudança organizacional.

Pós-doutorado:

Atuar em todas as etapas do projeto – elaboração do banco de dados da pesquisa, implementação da tecnologia social de governança participativa e capacitação dos atores sociais envolvidos; colaborar na elaboração dos relatórios parciais da pesquisa; colaborar na orientação dos alunos do mestrado; coordenar a produção de cartilhas e materiais didáticos para oficinas de capacitação no campo; acompanhar e supervisionar a implementação do POP nos municípios selecionados; conduzir oficinas de sensibilização e capacitação junto aos servidores públicos locais; elaborar relatório analítico final; publicar artigos para periódicos especializados e capítulos de livros; contribuir com a análise das questões centrais do projeto, **sobretudo**, dos padrões de governança e de interação Estado e sociedade civil no contexto de conjuntura crítica pós-desastre, avaliando as oportunidades de mudanças institucionais no âmbito da governança local.

Pós-Doutorado:

Participar de todas as etapas de execução do projeto; elaborar relatórios parciais junto aos coordenadores; supervisionar os alunos de mestrado e iniciação científica; desenvolver grupos de trabalho junto às comunidades afetadas; correção, adequação e supervisão da confecção de cartilhas e cartografias sociais; supervisão e coordenação das oficinas de implementação de governança participativa; aproximação de atores das comunidades, da sociedade civil e do Estado; identificação dos fatores que dificultam ou facilitam essa aproximação; estímulo de arenas de interação e diálogo entre Estado e sociedade; condução de oficinas de sensibilização e capacitação junto aos servidores públicos locais; implementação da tecnologia de governança participativa; redação de relatório final; elaboração de artigos e textos para intervenção local e publicação nacional. Contribuir com a análise das questões centrais do projeto, **em especial**, com a avaliação dos impactos do desastre na reconfiguração da sociedade civil capixaba e nas transformações no associativismo civil e nos enquadramentos interpretativos e, assim, da inovação organizacional em processos de governança inclusiva na produção de políticas públicas.

O plano de trabalho referente à bolsa de <u>Desenvolvimento Tecnológico</u> tem como eixo tecnologias de governança participativa e metodologias de pesquisa.

Desenvolvimento Tecnológico:

Suporte à implementação da tecnologia de governança participativa; coordenação de cursos e oficinas de metodologias qualitativas e quantitativas para as equipes do projeto; assessoria e supervisão na construção do banco de dados; supervisão dos treinamentos das equipes locais; produção de materiais didáticos e instrucionais para qualificação das equipes acerca de procedimentos metodológicos centrais para a pesquisa; gerenciamento da rede de pesquisadores interdisciplinar e interinstitucional; organização dos seminários integrados da rede; suporte a elaboração de relatórios técnicos e financeiros; suporte a divulgação e implementação dos resultados do projeto.

X. Cronograma e Gestão do Projeto

Especifique as atividades em cada linha e marque com um "x" o período de sua execução.

Objetivos Específicos do Projeto	Atividades	Tempo (bimestre) (Set/2016 a 2020)																			
		set/2016				2017				2018				2019				2020			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1. Mapear, acompanhar e analisar as transformações na ação coletiva decorrentes do desastre na Bacia do Rio Doce.	1.1. Selecionar, contratar e realizar treinamento de pesquisadores bolsistas. 1.1.1. Seleção dos bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado vinculado aos programas de pós-graduação das IES envolvidas. 1.1.2. Seleção, contratação e treinamento dos bolsistas de iniciação científica vinculados aos cursos de graduação das IES envolvidas e dos bolsistas de desenvolvimento tecnológico.																				
	1.2. Visitação das áreas atingidas no ES.																				
	1.3. Entrevistar informantes-chave das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e movimentos sociais para mapear as reconfigurações na ação coletiva e a emergência de novas formas de militância e ativismo no contexto pós-desastre.																				
	1.4. Análise documental acerca do contexto político (oportunidades e constrangimentos) pós-desastre.																				
	1.5. Acompanhar e avaliação dos impactos do desastre na reconfiguração da atuação da sociedade civil, movimentos sociais e formas de militância, e de seus padrões de interação com o Estado.																				

	1.6. Processamento das informações no Banco de Dados da pesquisa que dará subsídios à implantação do POP.																			
2. Identificar e acompanhar os movimentos sociais, OSC, ONGs e formas de ativismo que atuam na defesa das populações atingidas, seja os existentes sejam os emergentes pós-desastre, nos municípios afetados.	2.1. Mapeamento da sociedade civil existente e emergente do contexto pós-desastre (coletivos, movimentos sociais, entidades civis e associações), incluso as redes de solidariedade e as de conflito.																			
	2.2. Visitação das áreas atingidas e coleta de depoimentos de informantes-chave.																			
	2.3. Recolher documentos das OSC e fazer *clipping* dos jornais locais, a fim de mapear a cronologia dos protestos públicos e campanhas mobilizatórias emergentes no contexto pós-desastre.																			
	2.4. Mapear a estrutura da rede de relações sociais das organizações, movimentos e ativistas e elaboração de sociogramas de seus vínculos sociais.																			
	2.5. Processamento das informações no Banco de Dados da pesquisa que dará subsídios à implantação do POP.																			
3. Mapear, acompanhar e analisar as diversas formas de ciberativismo e ativismo digital nas redes sociais da	3.1. Coletar, minerar e visualizar rede de movimentos no Facebook e Twitter, tendo em vista o Banco de Dados da pesquisa que subsidiará o POP.																			

internet (Facebook e Twitter) no contexto pós-desastre, seus repertórios de ação coletiva, narrativas e quadros interpretativos, e padrões de interação com os aliados e opositores.	3.1.1. A partir de software do Labic, conhecido como Ford, coletar no Facebook e Twitter em tempo real as redes de relações construídas pelos movimentos de atingidos pelo rompimento da barragem de Mariana. 3.1.2. Processar os dados coletados para identificação de padrões discursivos e geração de estatísticas, a partir da mineração de dados em grande volume. 3.1.3. Visualizar rede de relações (entre movimentos; entre movimentos e pessoas; entre pessoas) que publicam informação e opinião nas redes sociais, a fim de compreender as controvérsias, os processos de mobilização, os repertórios e as discussões no Facebook e Twitter. 3.1.4. Construir plataforma de predicção sobre comportamento político dos atores envolvidos com a temática (a partir do software Hash/Labic), a fim de possibilitar a gestores e a sociedade civil um acompanhamento em tempo real do andamento das ações de reparação aos afetados pelo rompimento da barragem de Mariana.																		
	3.2. Categorizar os atores sociais, ativistas, coletivos, movimentos sociais e organizações civis que mobilizam o ciberativismo como forma de protesto e contestação, mapeando suas redes de interação na internet (vínculos e interações) no Facebook e Twitter.																		
	3.3. Analisar os enquadramentos interpretativos dos ciberativistas, a partir dos padrões discursivos acerca dos impactos socioambientais, das causas do desastre, da identificação dos aliados e oponentes, das reivindicações e percepções das soluções.																		

	4. Disponibilizar todo o acervo de publicações no Twitter e Facebook (mais de 2 milhões de posts) acerca do impacto na opinião pública em função do rompimento da barragem de Mariana e a contaminação do Rio Doce. 4.1 – Analisar os pontos de vistas abertos por lideranças e influenciadores de diferentes grupos sociais acerca da temática a ser estudada, a partir da mineração desses dados históricos disponibilizados. 4.2 – Analisar os padrões de viralidade dos conteúdos que circularam (e ainda circulam nas redes), identificando quais eram (e ainda são) a principal agenda de reivindicação de movimentos que possuem perfis e páginas no facebook e Twitter.																		
5. Identificar, etnografar e acompanhar os coletivos de juventude indígenas / negros/mulheres que atuam na defesa das comunidades indígenas e quilombolas atingidas.	5.1. Realizar trabalho de campo etnográfico nos municípios de Linhares e Colatina, em comunidades quilombolas e indígenas.																		
	5.2. Estabelecer uma parceria entre os Coletivos Juvenis na bacia do Rio Doce e integrantes do projeto para estabelecer os termos da pesquisa ação. 5.2.1. Realizar o levantamento das organizações de povos e comunidades tradicionais e indígenas. 5.2.2. Montar equipe de apoio local nas comunidades e definir agenda de reuniões e oficinas. 5.2.3. Criar rede de comunicação entre as equipes e os coletivos. 5.2.4. Identificar as ações anteriores e as categorias de mobilização, mediação e participação dos coletivos juvenis.																		
6. Identificar e acompanhar os canais de participação institucionalizados (conselhos, comitês e fóruns) que atuam em prol da recuperação da bacia do rio	6.1. Mapeamento das Instituições Participativas (comitês de bacia; fóruns de recursos hídricos; conselhos gestores de segurança alimentar e nutricional; saúde; e direitos humanos) e dos atores participantes.																		

Doce, nos municípios de Linhares e Colatina, avaliando seus efeitos sobre as políticas públicas.	6.2. Visitação das áreas atingidas para acompanhamento das reuniões das IPs.																			
	6.3. Acompanhar as decisões das IPs vinculadas às políticas públicas nas suas resoluções e os seus repertórios de interação com o Estado.																			
	6.4. Processamento das informações no Banco de Dados da pesquisa que dará subsídios à implantação do POP.																			
7. Realizar Seminários Integrados da equipe interdisciplinar da rede	7.1. I Seminário Integrado da Rede de Pesquisa: visitação da área afetada pelo desastre; discussão das abordagens teóricas e metodológicas empregadas no projeto; preparação dos instrumentos de coleta de dados empíricos para composição do Banco de Dados da pesquisa, da técnica de treinamento da equipe de trabalho de campo e de sistematização dos dados coletados.																			
	7.2. II Seminário Integrado da Rede de Pesquisa: preparação do modelo de aplicação do POP, com base no Banco de Dados produzido.																			
	7.3. III Seminário Integrado da Rede de Pesquisa: análise e discussão dos resultados parciais do projeto; elaboração dos materiais e da dinâmica de capacitação e acompanhamento das populações atingidas.																			
	7.4. IV Seminário Integrado da Rede de Pesquisa: análise e discussão dos resultados finais do projeto, análise comparativa dos estudos de casos de implementação do POP e do teste das hipóteses da pesquisa.																			
8. Identificar, acompanhar e analisar as ações do Estado e suas capacidades para mitigar as consequências do desastre socioambiental, nos municípios afetados do Espírito Santo.	8.1. Fazer um histórico dos recursos e capacidades de cada setor de política pública especifico – socioeconomia, saúde e saneamento básico – disponíveis anteriormente ao desastre do Rio Doce.																			
	8.2. Acompanhar as ações (reações e inação) do Estado no contexto imediato pós-desastre, através do mapeamento das medidas governamentais (decretos, resoluções, programas e projetos).																			

	8.3. Identificar se e quais capacidades estatais e alianças das burocracias locais com atores da sociedade civil foram afetadas ou minadas por consequência direta ou indireta do desastre socioambiental.																			
	8.4. Mapeamento e análise das capacidades estatais (burocracias, normativas, recursos humanos, financiamento) para mitigar as consequências do desastre, nos setores de políticas públicas.																			
9. Implementar tecnologia social de governança participativa (POP), no intuito de construir coletivamente as soluções para os problemas específicos pós-desastre.	9.1. Diagnóstico de ambiente de intervenção.																			
	9.2. Engajamento com grupos societais e de interesse (associações, agências governamentais, etc.) e implantação da plataforma POP.																			
	9.3. Levantamento de demandas sociais e de soluções via POP																			
	9.4 Implantação de central de informações na plataforma POP e site da rede.																			
	9.5. Avaliação de meio termo e relatórios de dados																			
	9.6. Avaliação final em campo e relatórios de informações																			
	9.7. Seminários de troca de informações																			
10 - Investigar as tensões e as sinergias existentes no encontro entre os diversos atores (econômicos, sociais, estatais) nos processos de produção de políticas públicas, em especial, no que concerne aos diferentes interesses que constrangem, tensionam e amplificam as ações realizadas pela burocracia estatal nas políticas públicas.	10.1 - Acompanhar a relação estabelecida entre atores do setor privado, sobretudo aqueles envolvidos diretamente com o desastre (Samarco/Vale/ BHP), e atores estatais inseridos nas burocracias governamentais em seus diferentes níveis, buscando compreender como essa relação impacta, tensiona e desafia o processo de produção de políticas públicas e de sua execução.																			
	10.2 - Identificar as estratégias e as ações de atores relevantes da sociedade civil visando influir nas medidas governamentais de recuperação, mitigação, remediação/reparação, indenização e compensação dos impactos do desastre.																			

	10.3 - Identificar as estratégias e ações dos órgãos governamentais face às dificuldades, impasses e mudanças de rota decorrentes da multiplicidade de interesses e conflitos que se expressam na diversidade de situações, contextos, atores e as assimetrias existentes entre os distintos segmentos sociais de um lado, e os governos na sua dimensão subnacional e municipal, por outro.																			
11 - Acompanhar e analisar os órgãos gestores ambientais no processo de formulação e implementação de políticas direcionadas aos danos e prejuízos causados com o desastre, sobretudo aquelas que envolvem questões de direitos humanos, sociais, ambientais e sanitárias no âmbito da bacia do rio Doce.	11.1 - Analisar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal nº. 9.433/1997, no que tange as diretrizes voltadas para prevenção e gestão de ações em casos de situações de desastres ambientais.																			
	11.2 - Analisar os instrumentos de gestão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), no que concernem as adaptações resultantes da situação crítica provocada pelo desastre socioambiental que resultou em impactos com múltiplas e indissociáveis implicações incidentes no território da bacia do rio Doce.																			
	11.3 - Acompanhar e avaliar a operacionalização das ações dos Sistemas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (nacional e estadual) identificando como o rompimento da barragem e suas consequências impactaram o planejamento quali-quantitativo dos recursos hídricos; bem como o processo de reavaliação, identificação de novas ações e definições de priorizações.																			
	11.4 - Acompanhar os órgãos ambientais visando identificar os desafios que caracterizam as atividades de governança no processo de implementação de políticas direcionadas aos danos e prejuízos causados com o desastre, sobretudo aquelas que envolvem questões de direitos humanos, sociais, ambientais e sanitários no âmbito da bacia do rio Doce.																			
12. Desenvolver ações inovadoras de acompanhamento, apoio e	12.1. Seleção do público-alvo voltada à capacitação dos atores da sociedade civil e lideranças locais.																			

empoderamento direcionadas aos movimentos sociais, organizações civis, coletivos e ativistas que atuam em prol da recuperação da bacia do rio Doce, nos municípios do Espírito Santo.	12.2. Promover oficinas e cursos de capacitação para os atores sociais, ativistas e lideranças da sociedade civil, durante e depois da implementação do POP, envolvendo inclusive o debate sobre os resultados da pesquisa.																			
13. Agenciar a capacitação dos conselheiros das IPs (conselhos gestores, comitês e fórum de participação institucional) para a interação com as agências governamentais e empresariais, potencializando a sua qualificação, tendo em vista o controle social dos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e fiscalização das medidas de recuperação da Bacia do Rio Doce.	13.1. Seleção do público-alvo voltada à capacitação dos atores da sociedade civil que atuam nas IPs de Linhares e Colatina.																			
	13.2. Promover palestras, oficinas e cursos de capacitação para os conselheiros das IPs, durante e depois a implementação do POP, incluindo de discussão dos resultados da pesquisa acerca da memória social do desastre ambiental e das percepções das soluções para os problemas, em linguagem adequada.																			
14. Travar o diálogo com os "núcleos de juventude" de defesa dos direitos humanos, vinculados à interseccionalidade de gênero e raça, e fomentar a criação de novas bases, visando a formação de espaços de interlocução com a juventude e de potencialização de sua inserção política.	14.1. Identificação dos núcleos de juventude vinculados às reivindicações das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas.																			
	14.2. Potencializar a criação de novos núcleos de juventude, mobilizados em prol da recuperação da bacia do rio Doce e promover sua capacitação para a mediação política.																			
	14.3. Fomentar a criação de um fórum de coletivos juvenis na bacia do Rio Doce para desenvolver uma percepção da gestão territorial e ambiental nos coletivos juvenis e fomentar novos processos de mediação política. 14.3.1. Realizar oficinas com os núcleos juvenis sobre participação públicas dos jovens.																			
15. Produzir cartilhas em linguagem acessível e outras formas de difusão e	15.1. Produção e difusão de cartilhas didáticas sobre os impactos socioambientais do desastre no rio Doce.																			

popularização do conhecimento, voltados aos cidadãos, às escolas de educação básica, às organizações de direitos humanos e à sociedade em geral, sobre os impactos socioambientais e a violação dos direitos humanos na Bacia do Rio Doce.	15.2 Produção e disseminação de cartilha sobre o uso do POP para levantamento de necessidades e acompanhamento de atividades na região.																				
	15.3. Promover palestras com os resultados da pesquisa sobre a memória social do desastre ambiental na bacia do Rio Doce nas escolas locais, em linguagem acessível.																				
	15.4. Construir cartografia social sobre o desastre socioambiental na bacia do Rio Doce. 15.4.1. Identificar e construir um mapeamento do Desastre Ambiental com base na agência dos coletivos juvenis para desenvolver uma percepção da gestão territorial e ambiental nos coletivos juvenis da bacia do Rio Doce. 15.4.2. Publicar e distribuir nas escolas cópias das Cartografias Sociais segundo os núcleos juvenis locais e realizar debates públicos sobre seu conteúdo.																				
16. Produzir informação em linguagem audiovisual (documentário e curtas) mediante o resgate, registro, produção e divulgação das memórias das juventudes relativas ao significado da catástrofe no rio Doce, promovendo a difusão e popularização dos resultados.	16.1. Fomentar coletivos juvenis para a produção de audiovisual. 16.1.1. Realizar oficinas de vídeo-documentário (roteirização, fotografia, iluminação, edição, montagem produção e pós-produção) para capacitar os coletivos juvenis a realizarem suas próprias produções audiovisuais. 16.1.2. Fomentar a criação de núcleos juvenis locais de produção audiovisual. 16.1.3. Realizar filmes de 20 minutos por cada núcleo juvenil de produção audiovisual.																				
	16.2. Produção e disseminação de vídeo viral (20 seg) sobre o uso do POP para levantamento de necessidades e acompanhamento de atividades na região.																				

	16.3. Realizar uma mostra audiovisual itinerante nas escolas dos municípios selecionados da Bacia do Rio Doce.																				
17. Divulgação científica dos resultados	17.1. Participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais.																				
	17.2. Publicação em periódicos científicos nacionais e internacionais.																				
	17.3. Publicação de livro e de capítulos de livros.																				
18. Relatórios parciais e final e prestação de contas	18.1. Elaboração de relatórios parciais.																				
	18.2. Elaboração de relatório final.																				
	18.3. Prestação de contas parcial e final.																				

XI. Descreva a contrapartida de cada Instituição de Ensino Superior participante do Projeto (disponibilidade efetiva de infraestrutura para a execução do projeto e apoio técnico).

Na **Universidade de São Paulo (USP)**, instituição executora, a proposta encontra-se vinculada ao Departamento de Ciência Política e a seu programa de Pós-graduação (nota 7 na avaliação da CAPES), bem como ao Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão do Centro de Estudos da Metrópole CEPID-CEM. Ambos contam com infraestrutura e staff independentes, que restarão a disposição dos pesquisadores envolvidos no projeto. A infraestrutura contempla laboratórios, salas de trabalho e reunião, acesso a bibliotecas e portais de periódicos, equipamento de trabalho em escritório, acesso à internet banda larga, *server* para *back copy*, xerox, telefonia e serviços similares. Especificamente no caso do CEM, os recursos humanos incluem profissionais especializados em divulgação e em transferência de tecnologia, que trabalham ao serviço dos projetos. Caberá a ambos viabilizar um dos componentes mais importantes da contrapartida, a saber, a solidariedade interinstitucional para fortalecer os programas de pós-graduação envolvidos na pesquisa, especialmente os da Universidade Federal do Espírito Santo (nota 3 na avaliação da CAPES). Isso supõem não apenas autorizar afastamentos de professores e pesquisadores envolvidos para participar de atividades de formação (diferentes das atividades de pesquisa), mas estimular a formação de professores e alunos da pós-graduação das instituições colaboradoras em cursos regulares e atividades de formação permanente na área de metodologia. O CEM e o DCP-USO são nacionalmente reconhecidos pela excelência na formação metodológica.

Na **Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**, instituição colaboradora 1, o projeto será desenvolvido nas dependências do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) e no Centro de Artes (CAR), sendo garantidas as necessidades infraestruturais demandadas para a execução da proposta e o apoio institucional e técnico para a sua realização, como a garantia de espaço físico e instalações de laboratórios, assegurando a contrapartida de recursos materiais e humanos, bem como o acesso a serviços disponíveis na instituição relevantes para sua realização. No CCHN, a pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e será realizada em dois núcleos de pesquisa. O primeiro consiste no Núcleo Participação e Democracia (NUPAD), integrante do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil-CNPq e liderado pela coordenadora associada, localizado no Laboratório de Estudos Políticos (LEP) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que conta com os seguintes recursos disponíveis: a. 1 (um) sala com a infraestrutura necessária para reuniões de trabalho, 3 equipamentos de informática com programa Microsoft de banco de dados para processamento de material empírico e 1 impressora jato de tinta; b. mobiliário com armários de aço para arquivos, mesas para computadores, mesas e cadeiras; c. telefone ligado à central da instituição, com acesso à internet; d. acesso dos pesquisadores ao JSTOR, portal de artigos científicos oriundos dos principais periódicos internacionais. O segundo compreende o Núcleo de Áudio Visual (NAV) de estudos antropológicos, coordenado pelo professor Sandro José da Silva. O NAV tem 20 anos de existência e foi responsável por diversos cursos de formação em audiovisual, debates sobre cinema etnográfico, apoio à produção, edição e finalização de vídeos documentários. Esse núcleo conta com os seguintes recursos: duas ilhas de edição não linear, duas câmeras filmadoras 3CCD e uma câmera fotográfica SLR Full HD de 21 Pixels, uma caixa de som estéreo, 2 tripés, dois microfones, projetor de LCD, além de acesso a internet banda larga, telefone, sala de aproximadamente 22mt^2 com ar condicionado, armários e mesas para reuniões. Ao passo que, no CAR, a proposta está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e será desenvolvida no Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC). Atualmente esse laboratório conta com cerca de 150m^2, em quatro ambientes climatizados e adaptados para a realização de pesquisas, análises e apresentações. Há ainda 10 computadores de alta performance preparados para lidar com grandes volumes de dados. Com background em diferentes níveis de programação e conectados com outros grupos de pesquisa ao redor do mundo, reconhecido pelo prêmio internacional das Humanidades Digitais da Universidade de Oxford com o mapeamento sobre a importância de redes sociais na organização de protestos ocorridos no Brasil, o LABIC é referência na área de *big data* no Brasil.

Na instituição colaboradora 2, o **Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)** conta com dois edifícios abrangendo um total de 1.200m2, distribuídos em: 4 salas de aula; 2 salas de reuniões; 32 escritórios da faculdade; 2 salas para o uso geral de alunos e 12 salas para fins administrativos. O IESP conta também com outro edifício de propriedade da UERJ para ser usado por estudantes e de pessoal. Além disso, as instalações do principal campus

da UERJ no Maracanã também estarão disponíveis para alunos do projeto. Quanto à tecnologia da informação, o IESP tem um laboratório de informática que suporta as necessidades de ensino, pesquisa e biblioteca. Sobre seus equipamentos, conta com uma rede interna com 9 servidores e 100 computadores; 8 impressoras de laser; 10 impressoras a jato; 3 projetores de dados e um sistema de videoconferência.

Na **Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)**, instituição colaboradora 3, o projeto será desenvolvido no interior do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais que em suas dependências conta com a seguinte infraestrutura: 2 salas de aula; 3 salas de reuniões para grupos; escritório individual para cada um dos pesquisadores; aporte tecnológico com dois laboratórios de informática com rede de conexão de alta velocidade e servidor de apoio nos cerca de 60 computadores acoplados a impressora a laser e sala com sistema de videoconferência. A Unisinos dispõe também de uma ampla biblioteca e espaços para a realização de eventos.

No **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)**, instituição colaboradora 4, este projeto será desenvolvido no Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC) do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), integrante do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil-CNPq. A infraestrutura disponível para as atividades do projeto compreende salas, auditório e as dependências do CEBRAP, bem como o mobiliário de escritório e equipamentos do NDAC, a saber: a. mobiliário com armários de aço para arquivos, mesas para computadores, mesas e conjunto de cadeiras para reuniões; b. 2 microcomputadores; c. 1 impressora multifuncional; d. acesso à internet banda larga.

Por fim, o desenvolvimento desta proposta demanda desta Chamada a aquisição de equipamentos de processamento de dados necessários e indispensáveis à realização plena de seus objetivos, os quais serão alocados na instituição executora. O detalhamento dos equipamentos permanentes e dos materiais de consumo requisitados pode ser observado na Planilha Orçamentária do Excel (Anexo III).

XII. Explicite o comprometimento de cada Instituição de Ensino Superior participante do Projeto com a continuidade e fortalecimento do ensino e pesquisa na área, mesmo depois de encerrada a execução do processo.

Esta proposta possui caráter interinstitucional e interdisciplinar. Neste âmbito, cada Instituição de Ensino Superior (IES) participante do projeto se compromete com a continuidade e o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas temáticas envolvidas, mesmo após o encerramento da execução do processo. Tal comprometimento institucional está vinculado ao fortalecimento das linhas de pesquisa articuladas nesta proposta, mediante o incentivo seja à oferta de disciplinas obrigatórias e optativas nos programas de pós-graduação vinculados, e de graduação quando for o caso, seja o apoio técnico e de recursos para o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa e de extensão, seja ainda o fomento à formação de recursos humanos na área das ciências humanas implicadas.

XIII. Indicadores de Produtividade Esperados

Produtividade Esperada		Quantidade por Ano					Total
		2017	2018	2019	2020	2021	
1. Publicações	1.1 Livros			1		1	2
	1.2 Artigos em Revistas/Periódicos Internacionais	1	1	1	1	1	5
	1.3 Artigos em Revistas/Periódicos Nacionais	2	2	2	2	2	10
2. Participações em Eventos Científicos	2.1 Artigos publicados em Anais de eventos científicos internacionais	3	3	3	3	3	15
	2.2Artigos publicados em Anais de eventos científicos nacionais	3	3	3	3	3	15
	2.3 Painéis em Eventos Científicos Internacionais ou Nacionais	2	2	2	2	2	10
3. Organização de Seminários e Conferências	3.1 Eventos Internacionais		1		1	1	3
	3.2 Eventos Nacionais	1	1	1	1	1	5
	3.3 Eventos Regionais	2	2	2	2	2	10
	3.4 Eventos da Rede	1	1	1	1		4
4. Formação avançada *(Considere tanto as bolsas solicitadas neste projeto quanto aqueles pesquisadores que poderão participar da equipe e que* ***não*** *terão bolsa atribuída por esta Chamada/Projeto)*	4.1 Projetos de Pós-Doutorado			2		2	4
	4.2 Tese de Doutorado				4		4
	4.3 Dissertação de Mestrado			8		8	16
	4.4 Projetos de Iniciação Científica	2	8	8	8	8	34
	4.5 Pesquisador/Professor Visitante			3		3	6
5.Modelos/Protótipos/Software	5.1 Modelos		1				
	5.2 Protótipo			1			
	5.3 *Softwares*				1		
6. Patentes	6.1 Patentes						
7. Relatórios	7.1 Relatórios de transferência de tecnologia			2	2	2	6
8. Cartilhas	8.1 Cartilhas e cartografias sociais	5	5	5	5	5	25
9. Outros	9.1 Documentários	5	5	5	5	5	25

XIV - Plano de divulgação e de implementação dos resultados

A estratégia de divulgação e implementação de resultados de pesquisa envolvem ações em duas dimensões.

A primeira dimensão está relacionada à produção e circulação de informação durante o próprio processo de pesquisa, e à estruturação de canais de informação e mediação em torno de processos de governança compartilhada. Para circulação da informação serão utilizados os canais já existentes, relacionados aos meios empregados pelas iniciativas institucionais e de ação coletiva para disseminar informações e considerações acerca do desastre ambiental do rio doce, por exemplo, escolas e sede de organizações sociais e associações civis.

Em complemento, como mencionado na seção IV Metodologia e III Objetivos, a partir da seleção de redes de ação coletiva ambiciona-se implantar fóruns de discussão com recortes setoriais, temáticos e territoriais, capazes de colher e priorizar a contribuição de participantes sobre os temas em discussão. Esse processo deverá ser acompanhado por ações de sensibilização e mobilização de populações e de segmentos da sociedade civil às demandas sociais oriundas do processo de consulta. Essas informações, uma vez tratadas pelo grupo de pesquisa, serão publicadas em um ambiente virtual, em forma de *newsletter* de demandas sociais, artigos e bases de dados do processo de pesquisa, visando a disseminação dos resultados junto tanto aos grupos participantes quanto a demais grupos de interesse envolvidos no planejamento, implementação, seguimento e avaliação das ações públicas. Através do ambiente virtual a comunicação com a sociedade em geral será ampliada e outros materiais produzidos na implementação da tecnologia de governança participativa também serão disponibilizados ao público, como cartilhas, cartografias sociais, documentários, materiais didáticos das oficinas e cursos, bem como artigos técnico-científicos, livros e trabalhos monográficos da pós-graduação e da graduação produzidos pelo projeto.

De maneira concomitante, grupos de trabalho, seminários de discussão e de disseminação de metodologias e resultados se encarregarão de repercutir esses resultados da pesquisa de maneira complementar.

A segunda dimensão, por sua vez, diz respeito à consolidação de conhecimentos científicos. Esse processo envolve a elaboração de trabalhos acadêmicos e sua disseminação por meio de seminários, congressos, encontros, publicações de livros e de artigos em periódicos especializados nacionais e internacionais. O detalhamento dessa componente encontra-se na seção XIII Indicadores de Produtividade Esperados. A submissão de trabalhos deverá ter seu início em finais de 2017, e ocorrer até 2021, conforme registrado na mesma tabela. O impacto dessas ações é a circulação e a troca de informações e a disponibilização de conhecimento técnico-científico subsidiando o planejamento e a implementação da ação pública, seja ela conduzida por entes privados, organismos sociais, público-não-estatais ou o Estado.

XV. Perfil dos <u>demais membros</u> das equipes participantes: *(Complete as informações solicitadas abaixo para cada membro de cada equipe participante. Copiar os itens quantas vezes forem necessárias.)*

Da Equipe Executora: USP - Adrian Gurza Lavalle
1. Nome: Maira Rodrigues
a) Titulação: Doutoranda em Ciência Política
b) IES: Universidade de São Paulo
c) Tipo de vínculo na IES: doutoranda
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: tecnologias e governança; ação coletiva e Estado.
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora
f) Link do currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4735418A5

Da Equipe Colaboradora 1: UFES - Euzeneia Carlos do Nascimento
1. Nome: Luciana Andressa Martins de Sousa
a) Titulação: Doutora em Ciência Política

b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo
a) Tipo de vínculo na IES: Professora Adjunta do Ensino Superior
c) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Instituições, participação e políticas públicas
d) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora
e) Link do currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773503T1

2. Nome: Sandro José da Silva
a) Titulação: Doutor em Antropologia
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Adjunto do Ensino Superior
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Estudos socioambientais, culturas e identidades
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9873497099288005

3. Nome: Fabio Malini
a) Titulação: Doutor em Comunicação Social
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Adjunto do Ensino Superior
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Estudos socioambientais, culturas e identidades
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8284809605215682

4. Nome: Antonio Cesar Machado da Silva
a) Titulação: Doutor em Sociologia
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo
c) Tipo de vínculo na IES: pesquisador colaborador
d) Linha (s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador colaborador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8836179582614592

5. Nome: Marta Zorzal e Silva
a) Titulação: Doutora em Ciência Política
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo
c) Tipo de vínculo na IES: Professora Adjunta do Ensino Superior
d) Linha (s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2461902946855298

6. Nome: Bruno Quintão de Souza
a) Titulação: Graduado em Direito
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo
c) Tipo de vínculo na IES: Mestrando em Ciências Sociais
d) Linha (s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador colaborador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8369725287118335

7. Nome: Marianne Malini
a) Titulação: Graduada em Ciências Sociais
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
c) Tipo de vínculo na IES: Mestranda em Ciências Sociais
d) Linha (s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora colaboradora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5284909056595926

8. Nome: Natali Destefani
a) Titulação: Mestre em Antropologia
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
c) Tipo de vínculo na IES: pesquisadora colaboradora
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Estudos socioambientais, culturas e identidades
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora colaboradora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5508941185542584

9. Nome: Yamilia de Paula Siqueira
a) Titulação: Graduanda em Ciências Sociais
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
c) Tipo de vínculo na IES: Graduando em Ciências Sociais
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: : Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora colaboradora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5293486856070177

10. Nome: Rodrigo Paris
a) Titulação: Graduando em Ciências Sociais
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
c) Tipo de vínculo na IES: Graduando em Ciências Sociais
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: : Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador colaborador
f) Link do currículo Lattes:

11. Nome: Lorena Orletti Del Rey
a) Titulação: Graduanda em Ciências Sociais
b) IES: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
c) Tipo de vínculo na IES: Graduanda em Ciências Sociais
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: : Instituições, participação e políticas públicas
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora colaboradora
f) Link do currículo Lattes:

Da Equipe Colaboradora 2: IESP-UERJ - José Eduardo León Szwako

1. Nome: Paulo D'Ávila Filho
a) Titulação: Doutor em Ciência Política
b) IES: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Adjunto

d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Desigualdades, Mobilidade social e Trabalho

e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6383313029296081

2. Nome: Ricardo Ceneviva
a) Titulação: Doutor em Ciência Política
b) IES: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Adjunto

d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Desigualdades, Mobilidade social e Trabalho
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5215324360791404

3. Nome: Ian Caetano de Oliveira
a) Titulação: Mestrando em Sociologia
b) IES: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
c) Tipo de vínculo na IES: Mestrando em Sociologia
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Sociologia Política e dos Movimentos Sociais
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador colaborador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2025154855268177

4. Nome: Gabriela dos Santos Mayal
a) Titulação: Mestranda em Sociologia
b) IES: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
c) Tipo de vínculo na IES: Mestranda em Sociologia
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Sociologia Política e dos Movimentos Sociais
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora colaboradora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8260113595004233

Da Equipe Colaboradora 3: UNISINOS - Monika Weronika Dowbor da Silva

1. Nome: Aloisio Ruscheinsky
a) Titulação: Doutor em Sociologia
b) IES: Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Titular
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Atores sociais, políticas públicas e cidadania
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador
f) Link do currículo Lattes: lattes.cnpq.br/0364210650396629

2. Nome: Laura Cecilia López
a) Titulação: Doutora em Antropologia Social
b) IES: Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Adjunto
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Atores sociais, políticas públicas e cidadania
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0621367687187866

3. Nome: Frederico Viana Machado
a) Titulação: Doutor em Psicologia Social
b) IES: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
c) Tipo de vínculo na IES: Professor Adjunto

d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Atores sociais, políticas públicas e cidadania
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisador
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8186353203247945

4. Nome: Leide Mailaine da Silva
a) Titulação: Graduada em Ciências Sociais
b) IES: Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)
c) Tipo de vínculo na IES: Mestranda em Ciências Sociais
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Atores sociais, políticas públicas e cidadania
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora colaboradora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0684422117595709

Da Equipe Colaboradora 4: CEM-CEBRAP-NDAC – Maria do Carmo Alves de Albuquerque

1. Nome: Julia Moretto Amâncio
a) Titulação: Doutora em Ciências Sociais
b) IES/Centro de Pesquisa: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)
c) Tipo de vínculo na IES/Centro de Pesquisa: pesquisadora associada
d) Linha(s) de pesquisa(s)/projeto(s) a que se vinculam e/ou vincularão: Ação coletiva e Estado
e) Tipo de atuação no Projeto: pesquisadora
f) Link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6531186476207277

XVI. Competência, experiência e adequação da equipe de pesquisadores em relação aos objetivos e metas da proposta e em relação à capacidade de formação de recursos humanos com perfil adequado aos desafios da Chamada

A estrutura da rede deste projeto é formada por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, cujo caráter interinstitucional e interdisciplinar por si só expressa grande potencial no desenvolvimento dos objetivos e metas da pesquisa e na formação de recursos humanos para os estados envolvidos, quiçá o país. Critérios de excelência e diversidade institucional, geracional e regional, foram norteadores para a constituição desta rede. Seus pesquisadores são especialistas reconhecidos em sua área de atuação, nacional e internacionalmente. Especialmente, os conhecimentos e experiências agregados ao longo de suas trajetórias são diretamente ligados aos objetivos desta proposta, ampliando as possibilidades de sua realização em plenitude. Dentre as atividades específicas que compõe tais objetivos, de competência e experiência destes pesquisadores, destacamos: a atuação em setores de políticas públicas aqui vinculados, como socioeconômica, qualidade de vida (saúde), saneamento básico e meio ambiente; a implementação de processos de participação no campo, tais como o orçamento participativo e o POP-Painel de Opinião Pública; a implementação de tecnologias e processos de governança colaborativa em subsistemas da água; a capacitação e acompanhamento de atores sociais e estatais no desenvolvimento de processos inclusivos, participativos e colaborativos de políticas públicas, através de cursos e oficinas de treinamento; a produção e difusão de informação de domínio público em linguagem acessível voltada para formadores de opinião, atores da sociedade civil e agentes governamentais, escolas públicas de educação básica e população em geral, através da produção de cartilhas, cartografias sociais e documentários; por fim, a experiência comprovada na coordenação de equipe interdisciplinar e de participação em projetos e iniciativas interinstitucionais. Esta proposta, outrossim, possibilitará a formação de quadros de recursos humanos em um ambiente fértil e de intercâmbio entre pesquisadores academicamente reconhecidos em seu campo. Além disso, os trabalhos serão propiciados em um espaço que reúne especialistas nos temas e de distintos momentos da carreira profissional, favorecendo debates interdisciplinares, intergeracionais e regionais em um nível elevado. Deste modo, a elevada competência e experiência em relação aos objetos e metas da proposta e em relação a capacidade de formação de recursos humanos atesta a adequação desta rede aos desafios da Chamada, os quais podem ser comprovados pelas

informações pormenorizadas que seguem.

A trajetória acadêmica da **coordenadora colaboradora da UFES**, professora **Euzeneia Carlos** – quer na formação de recursos humanos quer na produção técnico-científica e de inovação quer ainda na coordenação de projetos de pesquisa – tem como marco a criação e coordenação do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD) do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, em 2007. Sua produção científica e contribuição à comunidade acadêmica é referente ao tema desta proposta, qual seja, as formas de inclusão cidadã no processo de políticas públicas mediante o estudo da participação de movimentos sociais e atores da sociedade civil nas instituições participativas de elaboração e implementação de políticas setoriais, no Brasil pós Constituição de 1988. Como pesquisadora do tema, integrou a equipe do projeto de investigação "Controles Democráticos no Electorales (CDNE) y Régimen de Rendición de Cuentas. En Búsqueda de Respuestas Comparativas: México, Colombia, Brasil, China y Sudáfrica", formada por pesquisadores de outros países e sob a coordenação de Adrian Gurza Lavalle e Ernesto Isunza Vera (2013). Ao longo deste período, destacam-se as seguintes pesquisas sob sua coordenação: "Movimentos sociais e instituições políticas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos", 2008-2012, com o apoio do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (Facitec) e do CNPq; "Movimentos sociais e participação em esferas institucionalizadas de elaboração de políticas públicas: o caso de Vitória-ES", 2010-2011, com o financiamento do Facitec; "Orçamento Participativo e democratização da gestão pública: estudo comparado das experiências de Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica", 2006-2007 e 20072008, com o apoio do CNPq; dentre outros projetos de pesquisa e; "Efetividade do controle social na política de assistência social", 2013-2015, em parceria com Carla Almeida da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que coordena os trabalhos, e com o financiamento do CNPq. Atualmente, coordena o projeto de pesquisa "Efetividade dos movimentos sociais nas políticas públicas em perspectiva comparada", em parceria com Monika Dowbor (UNISINOS), Maria do Carmo A. Albuquerque (CEBRAP) e Adrian Gurza Lavalle (USP), com o auxílio financeiro do CNPq e da FAPES. E, finalmente, coordena uma equipe de 16 membros no projeto de ensino e pesquisa "Formação Docente em Ciências Sociais", desenvolvido na UFES em parceria com escolas públicas de Vitória-ES e Serra-ES, no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), com o apoio financeiro da CAPES, pelo período 2014-2017. Sua experiência e qualificação na formação de recursos humanos se vinculada aos projetos que coordena e participa, ocorrendo através da sua atuação como orientadora no Programa de Iniciação Científica do PIIC-CNPq/UFES e de outras agências de fomento como o Facitec, o CNPq e FAPES, bem como de sua atuação como orientadora de Iniciação à Docência através do PIBID-CAPES. Esta formação de recursos humanos além de caracterizada pela iniciação à pesquisa de bacharelandos e a iniciação à docência de licenciandos em ciências sociais, ocorre mediante a orientação de dissertação de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES e pela orientação de Trabalho de Conclusão de Curso em nível de especialização "latu sensu" e de graduação. Suas publicações refletem o interesse pela temática dos controles sociais e da participação da sociedade civil em instâncias de políticas públicas, particularmente de políticas sociais e de direitos humanos, e marca indelevelmente sua atuação profissional como pesquisadora. Publicou diversos artigos em periódicos especializados e em anais de congressos nacionais e internacionais. E publicou quatro livros, sendo: Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição (Ed. Fino Traço, 2015); Controle Social e Política Redistributiva no Orçamento Participativo (Ed. Edufes, 2015 e 2007) e; Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo, em coautoria com Wagner de Melo Romão e Osmany Porto de Oliveira (Ed. Argos, 2014). Desse modo, a proposta ora apresentada conta com a sua experiência e qualificação acumulada sobre o objeto empírico "governança participativa em políticas públicas", com reflexos significativos na formação de recursos humanos, na produção técnico-científica e na coordenação de projetos.

A equipe da UFES é composta ainda por professores pesquisadores com vasta competência e experiência nos objetivos do projeto e na formação de recursos humanos. Dentre eles, **Luciana Andressa Martins de Souza** é professora no Departamento de Ciências Sociais e pesquisadora do NUPAD e do CEBRAP-NDAC. Além de sua vasta experiência no desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre o tema deste projeto, se destacou em trabalho inovador sobre uma das instituições participativas mais reconhecidas em nível internacional, o Orçamento Participativo (OP). Inovação essa caracterizada pela articulação analítica entre as possibilidades de continuidade do OP ao padrão de relação entre os poderes Executivo e Legislativo. Sua reflexão profunda acerca da relação entre atores da sociedade civil, Executivo e Legislativo é singular a este projeto que visa a implementar instrumentos inovadores de governança que necessariamente passam pela interação entre

sociedade civil e Estado. Ademais, a pesquisadora possui vasta experiência no desenvolvimento de processos participativos junto a prefeituras municipais, bem como de vínculos com agências governamentais na implementação de políticas públicas, especialmente nos setores de habitação e saúde, conforme segue. Entre 2004 e 2006 atuou na área de implementação e avaliação de políticas públicas, especialmente nas áreas de participação popular e saúde. Em 2004, foi Chefe de Participação Popular do Orçamento Participativo (OP), no município de São Carlos (SP). Entre as principais funções desempenhadas destaca-se a organização, divulgação e acompanhamento das reuniões deliberativas e participativas do OP desse município e a implementação da parte relativa à participação comunitária do Projeto Habitar Brasil – BID. Esse projeto, fruto de pesquisa realizada em parceria com a UFSCar foi financiada a fundo perdido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implementação de várias melhorias (habitação para as famílias em situação de risco, unidade de saúde da família, áreas de lazer, legalização da área e participação comunitária) numa área de risco ambiental conhecida como Favela do Gonzaga (que se tornou posteriormente o bairro Jardim Gonzaga), na qual aproximadamente 550 famílias viviam em situação de profunda vulnerabilidade. Entre 2005 e 2006, atuou na Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e foi Chefe de Auditoria e Coordenadora do Centro Municipal de Especialidades, onde implementou processos de governança e gerenciamento na melhoria dos serviços públicos prestados. Nesse período, também foi Conselheira do Conselho Municipal de Esportes e Lazer e Conselheira Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo, **Sandro José da Silva** atualmente é professor Adjunto na Universidade Federal do Espírito Santo na Graduação em Ciências Sociais e nos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e de Direito. Membro do Comitê de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia, sócio da Associação Brasileira de Antropologia desde 1998 e da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA). Desenvolve projetos de pesquisa e extensão sobre relações étnico-raciais, patrimônio cultural e Direitos Humanos em editais públicos da prefeitura de Vitória (FACITEC), parcerias com o INCRA-UFES para a regularização de territórios quilombolas, assim como consultoria para a elaboração de EIA/RIMA em Terras Indígenas e territórios quilombolas. Atua na grande área Ciências Humanas, área Antropologia e sub áreas Etnologia Indígena, Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Antropologia Rural, Antropologia Jurídica. É consultor da temática povos e comunidades tradicionais em revistas especializadas de ciências Sociais e Direito. A trajetória acadêmica do professor Dr. Sandro José da Silva envolve a docência, projetos de pesquisa e extensão. Já desenvolveu projetos de pesquisa com pescadores, pesquisa e extensão quilombolas e indígenas. Atualmente é supervisor do projeto Ação Saberes Indígenas na Escola (MEC/SECADI) e do Projeto de extensão Africanidades que está construindo uma Cartografia Social dos Terreiros de Candomblé na Região da Grande Vitória-ES. Sua atuação no curso de Graduação e Pós-graduação envolve projetos de Iniciação Científica e mestrado ligados à temática dos Povos e Comunidades Tradicionais. Publicou em conjunto com os jovens quilombolas do Sapê do Norte uma cartografia sobre o trabalho nas carvoarias e junto ao Projeto Nova Cartografia Social, um fascículo sobre o Quilombo de Linharinho no norte Capixaba, além de artigos em revistas científicas sobre a temática indígena e quilombola. Editou os vídeo-documentários "do fundo aqui" (2009) e "São Jorge e seus dragões" (2012), este exibido em circuitos nacionais e internacionais.

Também na equipe da UFES, **Fábio Malini** é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, onde atua como professor e pesquisador na linha de pesquisa Comunicação e Poder. Especializado em Cibercultura é o criador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), considerado um dos laboratórios mais importantes na análise de fenômenos de mobilizações sociais e suas repercussões nas diferentes redes sociais; no desenvolvimento de softwares para coleta, mineração e visualização de dados sociais digitais; e na difusão de estudos conjunturais sobre movimentos sociais e mídias sociais. É professor do Departamento de Comunicação na UFES desde 2005. Atualmente é especializado em *data science*, campo novo de pesquisa que produz estudos a partir de grandes volumes de dados (big data). O LABIC possui o maior acervo digital sobre a opinião pública em rede gerada em função do rompimento da barragem de Mariana, acumulando mais de 2 milhões de publicações (e suas respectivas redes de atores). E desenvolveu ainda metodologia para mapeamento de controvérsias digitais. Fabio Malini é autor do livro "A internet e a rua" (Sulinas, 2013), que já se encontra na segunda edição e em tradução para o idioma espanhol. Atualmente realiza pesquisa financiada pelo CNPQ, FAPES, CAPES, INEP. Além disso, coordena o projeto de cooperação científica entre a Universidade ITESO (Guadalajara), UFES e Universidade Aberta da Catalúnia (UOC), para estudos dos

padrões globais das manifestações em Hong King, Brasil, Espanha, Egito, México e França. À sua vasta competência na coordenação de projetos soma sua experiência na formação de recursos humanos na universidade, seja na pós-graduação e na graduação na orientação de dissertação e TCC seja na condução de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico.

Já a atuação da professora Drª **Marta Zorzal e Silva** na produção técnico-científica e na formação de recursos humanos têm como marco a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS) do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e do Laboratório de Estudos Políticos (LEP), em 1997. Diversos estudos e pesquisas foram desenvolvidos a partir do NEPCS-LEP oportunizando aos alunos de iniciação científica participar em diversos congressos e eventos de porte nacional e a conquista do *Prêmio Sociólogos do Futuro* no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, pela aluna Jessica Kamille Simões, em 2011. Entre 2007 e 2008 coordenou a proposta de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, aprovado pela Capes em 2008, tendo sido sua coordenadora nos dois primeiros anos. Sua produção tanto no campo do ensino quanto no campo científico vincula-se a consolidação e expansão do campo das ciências sociais no estado do Espírito Santo. Sua contribuição à comunidade acadêmica tem como marco o primeiro estudo realizado sobre o estado do Espírito Santo tendo por fundamentação teórica analítica as ciências sociais, em especial a sociologia política que resultou no livro "Espírito Santo: Estado, interesses e poder", publicado em 1995, pela FCAA/SPDC. Ainda neste âmbito de estudos sua atenção esteve voltada para a ação do Estado e suas instituições na configuração dos processos de desenvolvimento e respectivos efeitos desses processos no reordenamento da economia e da sociedade onde esses processos incidem. Sua tese de doutorado versou sobre a atuação da Companhia Vale do Rio Doce no contexto do Estado desenvolvimentista brasileiro, defendida em 2001, na USP, e publicada sob a forma de livro em 2004 com o título: "A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro", EDUFES. Ao longo desse período, diversas pesquisas foram desenvolvidas sob sua coordenação tendo o tema da participação social como foco, entre elas cabe mencionar: "Trajetórias, Redes e Poder: Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política no estado do Espírito Santo" – 2008-2010, realizada com o apoio do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (Facitec) e do CNPq; "Instituições, atores e processos políticos: dimensões da democracia no Espírito Santo" – 2008-2009, com apoio do CNPq; "Orçamento Participativo e Democratização da Gestão Pública: estudo comparado das experiências de Vitória, Serra e Vila Velha. – 2006-2007; com apoio do CNPq, "Dimensões da Democracia Participativa no Projeto Terra - Vitória-ES" – 2005-2006; realizada com o apoio do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (Facitec); "Gestão Pública Democrática e Participação: Significados da Democracia Participativa em Vitória-ES" – 2004-2005, com o apoio do CNPq. Mais recentemente o eixo do desenvolvimento foi retomado no pós-doutorado realizado no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basiléia – Suíça (2011-212). Dessa experiência resultou a pesquisa em andamento denominada "Cooperação e Desenvolvimento no eixo Sul-Sul: o caso de Moçambique – 2013-2016", a qual se vincula orientações de mestrado e diversas publicações.

Na **instituição colaboradora 2 – IESP-UERJ** – a sua adequação aos objetivos e metas desta proposta é atestada pela competência e experiência do coordenador associado **José Szwako** e demais pesquisadores de sua equipe. Além de compor o Núcleo Democracia e Ação Coletiva (CEM-CEBRAP), o professor José Szwako está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia de sua instituição, tem seu perfil de produção e pesquisa concentrado em questões como participação da sociedade civil em políticas públicas e capacidades estatais relevantes para entender o potencial de impacto dos movimentos e atores sociais sobre o Estado. Prova disso são suas publicações mais recentes, especialmente em co-autoria com outros proponentes colaboradores: 'Sociedade civi, Estado e autonomia', em parceria com A. Gurza Lavalle (USP; CEM-CEBRAP), bem como o 'Dossiê Representação, Participação e Intermediação', junto com Paulo D'Ávila (UERJ), são exemplos claros desse envolvimento temático. Por outro lado, a continuidade e o engajamento com a formação de pesquisadores ligados à governança participativa podem ser ainda notados na formação do "NUCLINT" - Grupo de Pesquisa CNPQ 'Núcleo de Pesquisa das Interações Estado/sociedade' (UFPR), cujas preocupações e pesquisas centrais passam pela agenda dos controles democráticos e das políticas públicas, bem como por outras formas e padrões de interação socioestatal. **Paulo D'Ávila Filho**, ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UERJ), vem desenvolvendo e orientando pesquisas em temas relativos às relações entre política municipal e intermediação de interesses, bem como aqueles ligados às ligações entre participação e representação política. **Ricardo Ceneviva**, ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (UERJ), tem atuado e publicado em áreas de pesquisa conexas a políticas públicas, políticas sociais, federalismo e comportamento político. Cabe

destacar, ainda, que esses professores pesquisadores possuem contribuições na formação de recursos humanos, tanto na pós-graduação quanto na graduação, conforme atesta suas trajetórias nas universidades mencionadas.

Na **UNISINOS, instituição colaboradora 3**, a trajetória acadêmica da coordenadora professora **Monika Dowbor**, inclui mais de 10 anos de pesquisa, produção técnico-científica, inovação e formação de recursos humanos no (CEBRAP) nos temas relativos às instituições participativas, controle social, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e políticas públicas, destacando-se o uso de diversas ferramentas metodológicas e formas de disseminação de resultados. Atualmente coordena o projeto "As Origens das Melhorias nos Serviços Públicos: Experiências Inovadoras e Redes Sociais na Saúde Básica em São Paulo", (2015-2016), em parceria com o IDS/Inglaterra, e já esteve no papel de coordenadora nos seguintes projetos de pesquisa desenvolvidos no CEBRAP em parcerias com outras organizações: "Desigualdades raciais e étnicas nas populações indígenas e quilombolas no Brasil" (2013-2014) financiada pela Christian Aid; "Avaliação Quantitativa com Egressos do Programa de Qualificação Profissional do Estado de São Paulo" da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (2011), "Modes of Service Delivery, Collective Action, and Social Accountability: Making Public Services Responsive to the Poor in Brazil", em parceria com o Center for the Future State/IDS, (2007-2010). As pesquisas supramencionadas tiveram seus resultados divulgados por meio de congressos acadêmicos, publicação de artigos entre os quais "Microterritorialidade e controle societal publicado" na Lua Nova: Revista de Cultura e Política, em co-autoria com Julia Moretto Amancio e Liza Serafim, (2011) e "The Role of Professionals in Policy Reform: Cases from the City Level, São Paulo publicado no Latin American Politics and Society com co-autoria com Peter Houtzager (2014). A produção acadêmica também esteve atrelada à difusão mais ampla dos resultados por meio de oficinas e encontros voltados para a comunidade em geral e setores interessados. Para potencializar o retorno dos trabalhos à sociedade, a pesquisadora, junto com os colaboradores, elaborou duas cartilhas intituladas "Controle Social: dos serviços públicos à garantia de direitos. São Paulo", (CEBRAP & IDS), em co-autoria com Julia Moretto Amancio e Liza Serafim (2010) e "Enfrentando os desafios de representação em espaços participativos" (CEBRAP & IDS), em co-autoria com Peter Houtzager e Liza Serafim (2008). Como pesquisadora integrou a equipe do projeto sobre os indicadores de desigualdade no Brasil sobre a coordenação de Alexandre Barbosa (USP) que resultou na publicação do livro O Brasil Real: A Desigualdade para além dos Indicadores. Ed.Expressão Popular (2012). Participou da investigação "Controles Democráticos no Electorales (CDNE) y Régimen de Rendición de Cuentas. En Búsqueda de Respuestas Comparativas: México, Colombia, Brasil, China y Sudáfrica", formada por pesquisadores de outros países e sob a coordenação de Adrian Gurza Lavalle e Ernesto Isunza Vera (2013) e atualmente participa do projeto de pesquisa "Efetividade dos movimentos sociais nas políticas públicas em perspectiva comparada", sob a coordenação de Euzeneia Carlos (UFES) em parceria com Maria do Carmo A. Albuquerque (CEBRAP) e Adrian Gurza Lavalle (USP), com o auxílio financeiro do CNPq e da FAPES (2014-2017). No Cebrap, esteve na co-cordenação do Núcleo de Democracia e Ação Coletiva junto a professor Dr. Adrian Gurza Lavalle, que vem formando novos pesquisadores na área de estudos sobre as relações socioestatais. Entre 2012 e 2014, coordenou o desenvolvimento de projeto denominado "Oficinas Metodológicas" que foi operacionalizado por uma série de encontros metodológicos abertos à comunidade com base em pesquisas desenvolvidas no Cebrap, visando a disseminação de novos métodos e tecnologias de pesquisa (Big Data, análise de redes, questionários on line, etnografia nas redes sociais etc.).

A atuação do professor da equipe executora na UNISINOS, **Aloisio Ruscheinsky**, situa-se em termos de suas atividades profissionais, quer na formação e produção técnico-científica e de inovação quer ainda na coordenação de projetos de pesquisa, no marco da criação e coordenação do grupo de pesquisa "Sociedade e ambiente: atores, conflitos e políticas ambientais, " registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, desde 2006. A produção científica e contribuição à comunidade acadêmica encontra-se demarcada e está referenciada pelo viés deste grupo de pesquisa, qual seja, a formulação de políticas públicas ambientais e a sua implementação como um processo de gestão integrada, em cuja dinâmica a inclusão de cidadãos e de atores socioambientais ocupa uma posição primordial. Neste sentido, o estudo de movimentos socioambientais como atores da sociedade civil nos mecanismos institucionais de participação destaca-se em face da elaboração e implementação de políticas setoriais. Em relação aos projetos, o pesquisador integrou uma rede de investigadores ligados a 15 universidades latino-americanas denominado de "Red de Indicadores de evaluación de la sustentabilidad en Universidades Latinoamericanas", tendo como meta apontar um conjunto de indicadores que sirvam para a avaliação dos compromissos com a sustentabilidade e o meio ambiente nas instituições e que contou com financiamento do banco Santander. Ao mesmo tempo, ao longo de um período de

uma década destacam-se as seguintes pesquisas sob sua coordenação ou colaboração. Entre 2008 e 2011 coordenou o projeto de pesquisa "Políticas públicas e conflitos ambientais: mapeamento de projetos socioambientais", compreendendo a parceria entre atores sociais na região da bacia do Rio dos Sinos. De 2012 a 2015 participou do projeto "Ambientalização e sustentabilidade nas universidades: subsídios e compromissos com práticas socioambientais" sob um viés interdisciplinar contou com uma parceria entre pesquisadores da Univali – SC, Unisinos – RS, USP - São Carlos, contando com financiamento do CNPq. Atualmente, coordena o projeto de pesquisa "A efetividade dos atores sociais na gênese de políticas públicas em perspectiva histórica", considerando os avanços nesta área no vale do Rio dos Sinos na última década com mecanismos que alavancam o saneamento básico, mas sobretudo na proteção das águas com um leque de iniciativas, reconhecendo a presença dos conflitos entre atores sociais e a qualificação da formação de agentes sociais empenhados no desenho e na execução destas políticas. A experiência e qualificação na formação de recursos humanos se vincula aos projetos que coordena e/ou participa, ocorrendo por meio da orientação no Programa de Iniciação Científica CNPq e além ocorre em ciências sociais mediante a orientação de dissertação de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Como consequência desta experiência no campo da pesquisa publicou dezenas de artigos em periódicos especializados e em duas décadas publicou cerca de 50 capítulos de livros e seis livros de sua inteira autoria com destaque para "Conflitos, meio ambiente e atores sociais na construção da cultura da Editora Armazém Digital (2009) e "Direitos e questões socioambientais" da Saarbrucken: Novas Edições Acadêmicas (2015) e cinco que organizou ou colaborou na articulação, sendo: "Ambientalização nas instituições de educação Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades" USP/São Carlos (2014) em parceria com Antonio Guerra, Marilúcia Figueiredo, Patricia Leme, Vitor Ranieri e Walter Deletti; "Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas" da Paco Editorial (2014) em parceria com José Luis Bica de Mello e Laura Lopez.

Laura Cecilia López, outra professora da equipe executora do projeto, é professora dos PPGs em Ciências Sociais e em Saúde Coletiva da UNISINOS. Atua como pesquisadora em temas referentes à interseccionalidade de marcadores sociais da diferença e os efeitos das desigualdades de raça e gênero na saúde das populações, à saúde reprodutiva e as políticas de humanização da assistência pré-natal e ao parto. Participou como integrante do projeto "Capital social e saúde: um estudo quali-quantitativo" (2010 – 2014) e coordena atualmente "Políticas, significados e redes em torno da Saúde da População Negra: um estudo sócio-antropológico na cidade de Porto Alegre". Entre suas publicações destacam-se Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas em co-autoria com A. Ruscheinsky, J.L.B. Melo, Paco Editorial (2014) e em co-autoria com D.F. Jardim "Políticas da Diversidade. (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica" Editora da UFRGS (2013). Orienta dissertações de mestrado e teses de doutorados também vinculadas a desigualdades, políticas públicas, relações de gênero, movimentos sociais.

Frederico Viana Machado, que é professor colaborador deste projeto também pela equipe da UNISINOS, é Professor Adjunto do Bacharelado em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e desenvolve pesquisas sobre participação social, políticas públicas, e as relações entre os movimentos sociais e o Estado. É psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Política. Tem experiência na área de Psicologia Social e Política, com ênfase nas temáticas: Identidade Coletiva, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Juventude, Diversidade Sexual e Gênero. É pesquisador da Rede Governo Colaborativo em Saúde da UFRGS e integra a Rede Interstício (DGP/CNPq: Rede Internacional de Políticas e Práticas de Educação e Saúde Coletiva). Está atualmente no cargo de Vice-Presidente Regional-Sul da Associação Brasileira de Psicologia Política e é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS). Já atuou na capacitação de professores da educação básica, em projetos como o Educação Sem Homofobia (NUH/UFMG / SMED-PBH/ MEC) e, como coordenador do eixo Sexualidade e Orientação Sexual, em uma das edições do projeto Gênero e Diversidade na Escola (UAB/MEC/UFMG). Foi um dos pesquisadores do projeto Escola Sem Homofobia: Estudo qualitativo sobre a homofobia na comunidade escolar em 11 capitais brasileiras, desenvolvido pela Reprolatina em parceria com o MEC. Atualmente Coordena os seguintes projetos de pesquisa: 1) "Psicopolítica das fronteiras estatais: movimentos sociais e políticas de educação", como financiamento CAPES/CNPQ; 2) "Desafios da Participação Social na Atenção Básica: Análise dos Conselhos Locais de Saúde na Cidade de Porto Alegre e Estudo comparativo com experiências de participação nas Casas da Saúde

na Região da Emília Romana na Itália".

No **Centro de Estudos da Metrópole do CEBRAP, instituição colaboradora 4**, a coordenadora colaborada professora **Maria do Carmo Albuquerque** possui reconhecida competência e experiência no desenvolvimento de projetos e na formação de recursos humanos e, mais ainda, na educação popular de movimentos sociais e atores da sociedade civil. Maria do Carmo é professora da Universidade Bandeirantes de São Paulo (Uniban) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei. Além de pesquisadora no Cebrap, possui grande tradição de iniciativas técnico-científicas junto a Organizações de Pesquisa da Sociedade Civil tais como o PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, o CDHEP – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular e o Instituto Cajamar. Nestas instituições desenvolveu pesquisas sobre a participação de movimentos sociais e atores da sociedade civil nas instituições participativas de elaboração e implementação de políticas setoriais, tais como Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Orçamentos Participativos, políticas públicas para o semi-árido brasileiro, integrando e coordenando as equipes que publicaram: Conselhos Gestores de Políticas Públicas, e Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André (2000), Gênero e Raça nas Políticas Públicas, e Orçamento Participativo em municípios paulistas (2001), Orçamento Participativo - Democratização da gestão pública e controle social: as experiências de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal, e La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur (2004), Democracia y ciudadanía en el Mercosur. Santiago de Chile: Lom Ediciones (2006) e Novos paradigmas no semi-árido brasileiro: a experiência da ASA na construção de novas modalidades de políticas públicas. Também nestas instituições coordenou Escolas de Cidadania com cursos de formação de lideranças de movimentos sociais desde 1989 até 2010, nas temáticas Reforma Urbana, Participação Popular, Concepções e Práticas de Movimentos Populares, de Mulheres, de movimento Negro, Participação da sociedade no controle social das políticas públicas sociais e do Orçamento Público etc. Como pesquisas e publicações acadêmicas se destacam o Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática e Orçamentos Participativos: projetos políticos, partilha de poder e alcance democrático (2001), Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul (2006), La Innovación Democrática en America Latina: Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social (2010), A participação da sociedade civil na construção de uma política de direitos da criança e adolescente no Cone Sul da América Latina, Novos atores e repertórios de ação no movimento pelos direitos do adolescente: repensando a institucionalização. (2012), Medidas socioeducativas em conflito: um diagnóstico a partir das equipes técnicas e adolescentes do meio aberto. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade (2013), O movimento pelos direitos da criança e do adolescente e o controle social sobre a política socioeducativa: Repertórios de interação socioestatal. (2015). As últimas publicações se referem a suas pesquisas como docente em tempo integral do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Anhanguera de São Paulo. Sua experiência e qualificação na formação de recursos humanos se vinculam aos projetos que coordena e participa, como orientadora de pesquisas na graduação (TCC e Programa de Iniciação Científica), Cursos de Pós-graduação Lato Sensu e Dissertações de Mestrado. Dentro da pesquisa sobre a relação entre o movimento social e a política de direitos para o Adolescente em conflito com a lei, se insere sua participação atual, coordenando uma das equipes do projeto de pesquisa "Efetividade dos movimentos sociais nas políticas públicas em perspectiva comparada", com Euzeneia Carlos (UFES), Monika Dowbor (UNISINOS), e Adrian Gurza Lavalle (USP), com o auxílio financeiro do CNPq e da FAPES. Esta equipe analisa a efetividade do movimento pelos direitos da infância na política socioeducativa brasileira. A pesquisadora integra desde 2012 a equipe de pesquisadores do NDAC, Núcleo de Estudos e pesquisas Democracia e Ação Coletiva do CEBRAP.

Júlia Moretto Amâncio, pesquisadora da equipe CEM-CEBRAP-NDAC, é professora adjunta da área de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras-MG, atuando nos cursos de Administração Pública desta instituição nas modalidades a distância e presencial, além de ser professora colaboradora do Mestrado Profissional em Administração Pública, exercendo a docência em várias disciplinas de temas correlatos ao projeto. Possui experiência na formação de recursos humanos, orientando trabalhos de conclusão de curso em todos os níveis, que são fundamentais para a formação de quadros públicos nos órgãos públicos da região e do estado de Minas Gerais, no caso do ensino a distância. Coordena a Especialização em Gestão Pública em sua modalidade a distância, com implementação em curso, voltado a formação de quadros públicos já inseridos nas prefeituras da região. Por fim, atua na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola também nesta Universidade, qualificando professores da rede pública de ensino

e demais gestores públicos para temáticas sociopolíticas. Coordena e orienta pesquisas no Núcleo de Pesquisa Participação, Cidadania e Políticas Públicas, que vem desde 2014 realizando pesquisas em cidades da região de Lavras na área de políticas públicas e acerca das relações entre Estado e Sociedade Civil na gestão e no controle social das mesmas. O Núcleo já finalizou neste período 12 trabalhos de conclusão de curso e em breve realizará evento regional de apresentação de seus resultados envolvendo o Ministério Público, Prefeitura, Câmara dos Vereadores e todos os Conselhos Gestores de Políticas Públicas do município, consolidando uma rede de ativistas sociais, organizações civis e gestores públicos em torno da temática das políticas públicas e do controle social em nível local. Em seu doutoramento em Ciências Sociais pela Unicamp (2013), com o trabalho intitulado "Dinâmicas Políticas Microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na cidade de São Paulo", analisou as ações coletivas empreendidas por moradores de regiões vulneráveis em busca da melhoria de serviços públicos e da garantir de seus direitos coletivos. Julia Amâncio publicou em vários periódicos nacionais e internacionais sua pesquisa sobre os convênios e as parcerias firmadas entre o poder público e entidades da sociedade civil para a gestão de políticas sociais, analisando o caso da Assistência Social em São Paulo. É especialista em metodologias de pesquisa e teoria política contemporânea pelas universidades de Sussex (Inglaterra), Syracuse (EUA) e Brown (EUA). Além de membro do Núcleo de pesquisa Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), coordenado pelo prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle, participa também do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva da Unicamp, coordenado pela Profa. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba, na Unicamp. Desenvolveu pesquisas sobre Orçamento Participativo em Campinas, sob orientação da Prof. Dra. Evelina Dagnino; Participação Social e Reforma do Estado no Brasil, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Tatagiba; Cultura e Política nos anos 1960, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Ridenti; Controle Social sobre a prestação de serviços públicos em São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Peter Houtzager; Associativismo e redes sociais, sob orientação do Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle. Tem experiência em pesquisas sobre as relações entre sociedade civil e instituições políticas, sobretudo em políticas sociais, tendo atuado em outras pesquisas sobre políticas de saúde, assistência social, educação, orçamento participativo e conselhos gestores de políticas públicas. Também possui experiência em coordenação e organização de equipes de pesquisa de campo, produção de bancos de dados e análise; e na capacitação de Conselheiros Gestores para o exercício do controle social em diversas áreas, tendo atuado como Consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a capacitação de conselheiros do programa Bolsa Família a partir de 2010, além de outras iniciativas com o mesmo intuito formativo em parceria com o CEBRAP entre 2009 e 2013, que deram origem a um trabalho de elaboração e difusão de resultados de pesquisa a partir de materiais didáticos que formaram lideranças comunitárias e gestores públicos para o Controle Social e para a Representação Política em Organizações Civis. Também atuou como assistente de pesquisas longitudinais na área de políticas sociais pelo Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) da Faculdade de Educação da Unicamp (2005 a 2009) e pela MDA Pesquisa (Lavras), tendo atuado no Painel da Pobreza, financiado pelo MDS, e em outros censos na área social realizados pela empresa. Tem experiência em consultorias especializadas para o SENAR – MG, coordenando projetos na área de Controle Social e Participação Política desde 2013, que consistem na elaboração de materiais didáticos, cursos de capacitação para lideranças comunitárias e gestores públicos e na capacitação dos próprios instrutores da instituição para atuarem na área. O projeto tem atualmente dois cursos regulares sendo realizados pelos instrutores a partir do planejamento e treinamento realizados nesta coordenação. Por fim, foi consultora do Ministério do Desenvolvimento Social em 2013 em projeto financiado pela UNESCO que avaliou qualitativamente a implementação do PRONATEC em todo o país. Os resultados dessa avaliação serviram de base para a reformulação do programa, contando com atuação direta dos consultores nos debates com os gestores públicos e equipes ministeriais envolvidas, além de terem também propiciado a publicação de periódicos de avaliação de políticas públicas de inclusão produtiva na área de assistência social e outras parcerias pertinentes, estreitando a relação entre a produção científica da pesquisadora e a formulação e avaliação de políticas sociais diretamente pelo MDS através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Por fim, a pesquisadora **Maira Rodrigues**, também membro da equipe CEM-CEBRAP-NDAC, nesta proposta está institucionalmente vinculada a instituição executora USP. Maira é doutoranda no Departamento de Ciência Política da USP. Sua carreira acadêmica e profissional tem sido voltada à análise e acompanhamento da execução de "boas práticas" de políticas públicas, visando a inclusão de diversos atores interessados ou afetados por elas para atingir os melhores resultados. Pode-se destacar pesquisas em vários setores de políticas públicas:

Saneamento básico, Recursos Hídricos, Habitação, Vulnerabilidade Social, Assistência Social e Transporte público. Sua pesquisa de doutorado se desdobrou sobre a implementação de fóruns de Governança Colaborativa e outras estratégias de participação social pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp que tinham como intuito envolver a população na sua política de despoluição de córregos na cidade de São Paulo. A reflexão realizada na tese foi desenvolvida a partir de experiência como consultora para a Sabesp, em que coordenou equipes de campo e de tutores para projetos de identificação e desenvolvimento de lideranças locais e estratégias de organização e articulação entre as instituições e as comunidades das bacias dos córregos envolvidas no Programa Córrego Limpo, bem como a capacitação dos técnicos da Sabesp para a implementação de estratégias de Governança Colaborativa. Também foi pesquisadora por três anos do projeto internacional "Cities against Poverty: Brazilian experiences" resultado de uma parceria entre Cebrap e Norwegian Institute for Urban and Regional Research – NIBR que visava estudar comparativamente a governança de quatro setores de políticas públicas em quatro municípios brasileiros em diferentes regiões do país. Dentre os trabalhos técnicos realizados, prestou serviços para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, Secretaria do Meio Ambiente – SMA/SP, fez Avaliação Ambiental Estratégica – AAE para o Governo do Estado da Bahia, Avaliação intermediária do Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju/SE – PROCIDADES/BID e entrevistas para o Projeto Marca D'Água, via Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Dentre essas atividades acadêmicas e profissionais, coordenou diferentes equipes e desempenhou atividades de planejamento e desenho de projetos e pesquisas, bem como de estratégias de atuação com as comunidades locais. Além de atividades de avaliação, acompanhamento e análises teóricas e empíricas. Trabalhou com grupos diversificados, compostos tanto por setores acadêmicos nacionais e internacionais, quanto por atores públicos e privados, também atores diversos da sociedade civil e Organizações Não-Governamentais. Assim, a pesquisadora pode assinalar como principais contribuições para o projeto sua afinidade com experiências de "governança participativa em políticas públicas", em especial a trajetória com estudos de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e capacidade de atuação e coordenação de equipes multidisciplinares.

Cabe assinalar, que à esta rede de professores e pesquisadores serão agregados os pesquisadores de pós-doutorado, doutorado, mestrado, iniciação científica e desenvolvimento tecnológico, oriundos das instituições envolvidas, além de profissionais especializados e consultor em questões centrais para o projeto, requerendo desta Chamada o apoio necessário na forma de concessão de bolsas e de serviço de terceiros (vide Planilha Orçamentária do Excel - Anexo III).

XVII. Observações / Comentários adicionais que julgue pertinente

Nesta rede de pesquisadores, os trabalhos em prol da recuperação da bacia do rio Doce foram iniciados pelos membros da UFES, desde o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP. Nessa universidade, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação fomentou a articulação entre os pesquisadores da instituição a fim de desenvolverem ações em prol da área e das populações atingidas, dando origem a Rede-Ufes (vide: http://redeufes-riodoce.ufes.br/). No que tange a rede-Ufes, nos filiamos ao chamado "Grupo Socioambiental" e, especialmente, o NUPAD, o LABIC e o NAV deram início a um projeto de pesquisa e inovação, tendo conduzido trabalho de campo nos municípios de Linhares e Colatina-ES desde dezembro de 2015, através da coleta de depoimentos e de informações nas mídias tradicionais e nas redes sociais da internet sobre o evento. Sucederam às primeiras atividades do NUPAD-LABIC-NAV, diversas reuniões de planejamento e análise dos dados coletados, bem como a elaboração de relatórios preliminares. Logo depois, diante da complexidade do fenômeno e das soluções requeridas, esses pesquisadores da UFES se articularam às suas conexões acadêmicas prévias (USP, CEBRAP, IESP, UNISINOS), no intuito de formar uma rede interinstitucional e interdisciplinar em torno da solução dos problemas correlatos ao desastre, situação favorecida pela tradição de iniciativas conjuntas entre os pesquisadores desta equipe geral. Assim que estruturamos esta rede nacional de pesquisadores, que reúne seu conhecimento e experiência para a mobilização da ciência em prol da recuperação da Bacia do Rio Doce.

XVIII. Principais referências bibliográficas

ABERS, Rebecca N.; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa M.: FRANK, Beate; KECK, Margaret E. & LEMOS, Maria C. (2009), "Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil". **Ambiente & Sociedade**. Campinas, vol. XII, n. 1, jan/jun.

ABERS, Rebecca. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. (2014), "Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula". **Dados**, 57, 2: 325-57.

ABERS, Rebecca N; KECK, Margaret E. (2013), **Practical Authority**: agency and institutional change in Brazilian water politics. Oxford University Press.

ANSELL, C.; GASH, A. (2008), Collaborative governance in theory and practice **Journal of public administration research and theory.** V. 18 (4), p. 543-571.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean L. (1992), **Sociedad civil y teoría Política Civil**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 703 p.

ARRETCHE, Marta. (2001), Uma Contribuição para Fazermos Avaliações Menos Ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. IEE/PUCSP, São Paulo.

AVRITZER, Leonardo. (2008), Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64.

_____. (2007), Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464.
BARCELOS, Márcio. (2013), A formação da área de análise de políticas públicas. In: **Revista Sociais e Humanas,** Santa Maria, v. 26, no. 01, jan/abr.

BASTOS, A. C.; DIAS JR. C.; LOUREIRO, L. F.; GHISOLFI, R. D.; RODRIGUES NETO, R.; QUARESMA, V. S. (2016) **Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras Coletadas na Plataforma Adjacente a Foz do Rio Doce**: Embarque NOc. Vital de Oliveira. Relatório Técnico Parcial, mimeo.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Master frames and cycles of protest. (1992) In: CAROL, McClung M.; MORRIS, Aldon D. **Frontiers in social moviment theory**. New haven e Londres: Yale University Press, 382 p.

BENFORD, Robert. D.; SNOW, David. A. (2000), Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, 26, 611-639.

BOSCHI, Renato, R.; GOMIDE, Alexandre (orgs.). (2016), **Capacidades estatais em países emergentes**: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Ipea.

BULLARD, Robert. (2005), Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, ano XV, N. 98, jan. Disponível em http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=996. Acesso em 24/05/2016.

CAPELLA, Ana C. N. (2008), "Menos governo e mais governança? Repensando a lógica da ação estatal". In: **6° Encontro da ABCP**. Campinas, UNICAMP.

CARLOS, Euzeneia. (2015), Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS), v. 30, n. 88, p. 83-99, jun.

CARLOS, E.; MALINI, F.; MALINI, M.; SILVA, S. M.; PARIS, R. (2016). **Relato Rio Doce**: sociedade civil, protestos e ciberativismo nas redes sociais. Vitória-ES: UFES, mimeo.

CLEMENS, Elisabeth, S. (1997). **The People's Lobby**: Organizational Innovation and the Rise of Interest Group Politics in the United States, 1890-1925. Chicago: University of Chicago Press.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). (2007), **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: ARGOS, 590p.
DOWBOR, M. (2012), *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. Tese de Doutorado (Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mimeo.

ELLISON, Nicole, B.; LAMPE, Cliff; STEINFIELD, Charles. (2009), **Social Network Sites and Society**: Current Trends and Future Possibilities, *Interaction*, Jan/Feb.
EVANS, Peter. (1993). O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 107-156.

FARIA, Carlos A. P. de. (2003), Ideias, conhecimentos e políticas públicas. **RBCS**, vol. 18, n. 51, fev.

FASE/ETTERN, (2011). **Relatório síntese**: Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Mimeo.

FONSECA, Igor, F. (2016). Capacidades estatais e políticas ambientais: uma análise comparada dos processos de coordenação intragovernamental para o licenciamento ambiental de grandes barragens (Brasil, China e Índia). In: **Capacidades estatais em países emergentes**: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Ipea.

FORÇA-TAREFA (2016), Barragem de Fundão, Mariana-MG. **Relatório**: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Mimeo.

FUNG, Archon. (2004), Participation, Deliberation, and Representation in the Policy Process. Paper presented at the conference on "**Civic Engagement in the 21st Century**," University of Southern California, out. 1-2.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. (2003). Thinking about empowered participatory governance. ___ (Eds.) **Deepening democracy**: institutional innovations in empowered participatory governance. (Real Utopias Project). London: Verso, p. 3-42.

FUNG, Archon. (2006), Varieties of Participation in Complex Governance. **Public Administration Review**, dez. p. 66.

GOODIN, Robert E. (1996) **The Theory of Institutinal Design**. New York: Cambridge University Press.

GOFFMAN, Erving. (1974), **Frame analysys**. Cambridge, Mass. Havard Un. Press.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. (2011), "La construcción política de las sociedades civiles", In: GURZA LAVALE, A. (org.), **El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional**, México, CIESAS, p. 207-267.

HABERMAS, Jürgen. (2003), **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, V. II. 354 p.

HAGEN, Penny; ROBERTSON, Toni. (2010), Social Technologies: Challenges and Opportunities for Participation, **Proceedings of the 11th Biennial Participatory Design Conference PDC**,10, 29-nob, Sydney, Australia.

HALPERN, C. LE GALÈS, P. (2011) No autonomous public policy without ad hoc instruments: a comparative and longitudinal analysis of the European Union's Environmental and Urban Policies. **Revue Française de Science Politique**. V. 61. N. 1., p. 43-67.

HOWARD , Philip, N.; HUSSAIN, Muzammil, M. (2011), The Role of Digital Media. **Journal of Democracy**. Vol. 22, n. 3, jul., p. 35-48.

IBGE. (2010), **Censo Demográfico**.

JOHN, Peter. (2011), "Why study urban politics?". In: DAVIES, Jonathan and IMBROSCIO, David (org.) **Theories of Urban Politics**. Londres: Sage.

JUSTIÇA GLOBAL. (2016), **Vale de lama**: relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. Mimeo.

KJAER, Anne M.; HANSEN, Ole H.; THOMSEN, Jens P. F. (2002), "Conceptualizing State Capacity." **Demstar Research Report** No. 6: 1-32.

LANDEMORE, H. (2012), Democratic Reason: The Mechanisms of Collective Intelligence. In: ELSTER, J.; LANDEMORE, H. (eds), **Collective Wisdom: Principles and Mechanisms**, Cambridge University Press.

LIMA, Luciana L.; D'ASCENZI, Luciano. (2013), Implementação de políticas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, no. 48, dez.

LÜCHMANN, Lígia H. H. (2007), A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 139-170.

_____. (2002), Os conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional. **Revista de Ciências Sociais Unisinos,** n. 161, p. 43-79, jul./dez.

MAHONEY, J. THELEN, K. (2010) Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power. Cambridge. Cambridge University Press.

MARQUES, Eduardo. (2013a) "Government, Political Actors and Governance in Urban Policies in Brazil and São Paulo: Concepts for a Future Research Agenda". **Brazilian Political Science Review**,[online]. Vol. 7, n. 3, p. 8-35.

MARQUES, Eduardo. (2013b), As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E. e FARIA, C.A. **Política Pública como campo multidisciplinar**. São Paulo, Ed. Unesp; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

McADAM, Doug. (1996), Conceptual origins, current problems, future directions In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D; ZALD, Mayer N. (Ed.) **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing. Cambridge: Cambridge University Press, p. 23-40.

_____; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. (2009), Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.11-48.

_____; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. (2004). Dynamics of Contention. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

OSTROM, Elinor. (2009), "A Polycentric Approach for Coping with Climate Change". **Policy Research**, Working Paper 5095.

ORGANON. (2015), **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco**. Relatório preliminar. Mimeo.

PEIRANO, M. (1995), **A Favor da Etnografia**. Rio Janeiro: Relume-Dumará.

PIERRE, Jon. (2011), **The Politics of Urban Governance**. Londres: Palgrave McMillan.

POEMAS (2015). **Antes fosse mais leve a carga**: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana-MG. Relatório Final. Mimeo.

SEGERBER, W., L.; BENNET, A. (2012), The Logic of Connective Action. **Information, Communication & Society**, 15: 5, p. 739-768.

SEN, Amartya. K. (1998). The Possibility of Social Choice. **Economic Sciences**, pp.178-214. Also published in the American Economic Review, vol.89, July.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1993), **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 143p.

SILVA, Antonio C. M. (2015), **Os bastidores da sociedade civil**: oportunidades políticas e estruturas de mobilização na construção de redes de defesa dos direitos humanos. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

STOKER, Gerry. (1998), Governance as theory: five propositions. **International Social Science Journal**, vol. 50, issue 155.

SKOCPOL, Theda. (1992), **Protecting soldiers and mothers**: the political origins of social policy in the United States. Cambridge: Belknap Press/Harvard University Press.

_____. (1985). Bringing the state back in strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (orgs.). **Bringing the state back in**. New York: Cambridge University Press, pp. 3-43.

TILLY, Charles. (2008), **Regime and repertoire**. Chicago, The University of Chicago Press.
_____. (1975). "Reflection on the history of European State-making." In **The Formation of National States in Western Europe**. Charles Tilly and Gabriel Ardant, eds. Princeton NJ: Princeton University Press.

_____. (1996). **Coerção, capital e estados europeus**: 1990-1992. São Paulo: Edusp.

YIN, R. K. (2005). **Estudo de caso**: planejamento e métodos. [Trad. Daniel Grassi]. 3 ed. Porto Alegre: Bookman.

ZHOURI, Andréa. (2008), Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **RBCS**, Vol. 23, n. 68, out., p. 97-107.

Sites da internet

Reedit: https://www.reddit.com/

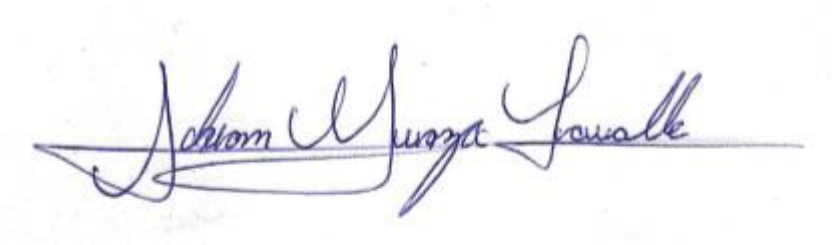
Apgree: http://www.appgree.com/appgree/

Stackoverflow: http://pt.stackoverflow.com/

Tracfm: http://www.tracfm.org

Pop: http://www.painelpopular.com

XIX. Anexos *(caso necessário)*

9. ASSINATURA DO PROPONENTE
Data: 20/06/2016.
 Profº Drº Adrian Gurza Lavalle Universidade de São Paulo (USP)